Pregão Eletrônico 30/2023

Processo Administrativo nº067/2023

Protocolo nº 17437/2022

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos tipo ônibus e van, com motoristas, para suprir as demandas das Secretarias Municipais, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.

Solicitante: Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.

Abertura: 17/05/2023

Horário: 09h00min



PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE



NUMERO PROCESSO NÚI

NÚMERO ÚNICO

Protocolado em:

000017437/2023

JHI.LSE.CBK-E9

22/03/2023 11:04:35

Súmula: INFORMAMOS QUE JÁ FOI ABERTO A SOLICITAÇÃO № 190 E INFORMADO AS SECRETARIAS PARTICIPANTES QUANDO A NECESSIDADE DE DUPLICAÇÃO NO BETA COMPRAS

REQUERENTE NOME

SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENUDE - SMELJ FRG

LOGRADOURO

MUNICÍPIO

CEP

TELEFONE

BAIRRO

BENEFICIÁRIO
Nome:

CPF/CNPJ:

DOCUMENTO DO PROCESSO:

NÚMERO:

/lemorando

SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENUDE - SMELJ

Protocolo: ef98e3ef-ea51-49f0-8570-b62f3b7e2636

CARINA DE FARIA MONDINI

Página:

Data:

1 /

24/03/2023

Usuário: Kethelyncolaco Versão: 5 - Impresso em: 24/3/2023 8:28:19
Desenvolvedor: Betha Sistemas / Filial Curitiba Sistema: Protocolo





Memorando nº 067/2023 SMELJ

De: Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

Para: Secretaria de Administração

Data: 21/03/2023

Assunto: Solicitação abertura de licitação para a locação de ônibus e/ou van com motorista

Tendo em vista o término da ARP 11-2022 no dia 05 de Abril de 2023. A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude solicita abertura de processo de licitatório para contratação de empresa prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria, conforme segue:

LOTE 01 - ÔNIBUS CONVENCIONAL COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO		
1	1.500	Diária	Aluguel de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro – para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.		

LOTE 02 -- ÔNIBUS EXECUTIVO COM PAGAMENTO POR QUILOMETRAGEM / DIÁRIA

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
gares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; frig televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com n ximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual		Aluguel de ônibus tipo EXECUTIVO, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduals.	
		Diária para a empresa locadora de ônibus executivo – para custeio de despesas em viagens onde há necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.	





LOTE 03 - VAN COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO		
1	5.500	Diária	Aluguel de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro – para circulação em em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.		

JUSTIFICATIVA

Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de viagens externas a serem executadas palas equipes de rendimento o qual representarão o Município em competições de nível Estadual e Nacional, com viagens já programadas para cidades do interior do Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, contemplando todas as modalidades de alto rendimento como Futsal, Voleibol, Handebol e Basquetebol. Atenderemos também as atividades desenvolvidas pelos Projetos Sociais e de Lazer, bem jogos e atividades já previstas no calendário das Competições Oficiais do Estado do Paraná, como Jogos Escolares, Jogos da Juventude e Jogos Abertos do Paraná, contemplará também as atividades realizadas pelas demais secretárias municipais.

DA VIGÊNCIA

O presente contrato deverá ter vigência e prazo de execução de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o prazo ser prorrogado de acordo com a Lei 8666/93.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para suporte das despesas, indicamos as seguintes Dotações Orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE 833 e 842 – Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - 911, 937 E 920 - Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - 235, 261, 278, 294, 315, 323 — Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.





SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – 438; 443; 453; 463; 475; 480; 491; 508; 514; 530; 537.

FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada em todos os termos, por servidores devidamente autorizados para esse fim: Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude: Carina de Faria Mondini, matrícula 352554; Secretaria Municipal de Cultura: Andressa Camilo, matricula 358385; Secretaria Municipal de Saúde: Karine Souza Dias, matrícula 351322; Secretaria de Assistência Social: Nestor Luiz Preza, matrícula 349630, nos termos da Lei nº 8.666/1993.

FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pelo Secretário Municipal de Assistência Social e anexada às provas de regularidade com Previdência Social – INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Documento assinado digitalmente

CARINA DE FARIA MONDINI
Data: 21/03/2023 15:03:21-0300
Verifique em https://validar.lti.gov.br

Carina de Faria Mondini Assistente Administratvo Matricula nº 352554

Documento assinado digitalmente
PAULO EDUARDO DOS SANTOS
Data: 21/03/2023 15:12:05-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Paulo Eduardo dos Santos Secretário Municipal Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude Decreto:6309/2022





TERMO DE REFERÊNCIA

O presente termo visa estabelecer as especificações para contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria, conforme especificações abaixo:

LOTE 01 – ÔNIBUS CONVENCIONAL COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO	
1	1.500	Diária	Aluguel de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro – para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.	

LOTE 02 – ÔNIBUS EXECUTIVO COM PAGAMENTO POR QUILOMETRAGEM /

ITEM	TEM QTE. UND. DESCRIÇÃO			
gares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condiciona televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo ximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calcucio e término no setor de Frotas do Município; com destino interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais duais.		Aluguel de ônibus tipo EXECUTIVO, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduals.		
2	700	Diária para a empresa locadora de ônibus executivo – para custel despesas em viagens onde há necessidade de permanência sup a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.		

LOTE 03 - VAN COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO		
1	5.500	Diária	Aluguel de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro – para circulação em em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.		





JUSTIFICATIVA

7. 10

Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de viagens externas a serem executadas palas equipes de rendimento o qual representarão o Município em competições de nível Estadual e Nacional, com viagens já programadas para cidades do interior do Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, contemplando todas as modalidades de alto rendimento como Futsal, Voleibol, Handebol e Basquetebol. Atenderemos também as atividades desenvolvidas pelos Projetos Sociais e de Lazer, bem jogos e atividades já previstas no calendário das Competições Oficiais do Estado do Paraná, como Jogos Escolares, Jogos da Juventude e Jogos Abertos do Paraná, contemplará também as atividades realizadas pelas demais secretárias municipais.

OBJETO

Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades das Secretárias Municipais.

OBJETIVO GERAL

Atender a necessidade dos usuários das Secretarias Municipais.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Exigir o fiel cumprimento das obrigações da CONTRATADA; Atestar a execução do fornecimento e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Contrato; Efetuar o pagamento no prazo previsto; Emitir Ordem de Serviços e Autorizações específicas para a atuação da CONTRATADA; Comunicar, verbalmente, imediatamente à Contratada as irregularidades no desenvolvimento dos serviços, e no ato do recebimento da comunicação supracitada, a Contratada deverá atendê-la imediatamente, sob pena de descumprimento contratual.





OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA se obriga a: Comunicar, verbalmente e imediatamente, a CONTRATANTE de eventuais ocorrências anormais verificadas na execução do contrato, no menor espaço de tempo possível; Atender, com a diligência possível, as determinações da CONTRATANTE, adotando todas as providências necessárias à regularização de faltas e irregularidades verificadas; Manter, durante a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a CONTRATANTE; Responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive quanto a prejuízos ocorridos a terceiros ou servidores; Atender, imediatamente, as requisições de correções feitas pela Contratante; Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis, posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

DA ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

As locações serão da seguinte forma: a) Um ônibus convencional circulará dentro do município, prestando os serviços de transporte dos usuários conforme solicitação e trajeto estipulado pelos coordenadores dos projetos da Secretarias Municipais. Tais locações não serão necessariamente executadas de forma contínua, sendo facultada ao solicitante a criação de um cronograma para melhor atendimento às suas atividades. Sendo assim, utilizaremos como unidade de medida, o quilômetro rodado; b) Um ônibus executivo será utilizado para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais. Sendo que, pela própria natureza dos serviços, estes não serão contínuos e a unidade de medida a ser utilizada será também o quilômetro rodado; c) Tendo em vista a possibilidade do ônibus executivo em sua natureza de prestação de serviços, necessitar por ventura, ficar por mais de 24 (vinte e quatro) horas à disposição do solicitante, parado em posição de aguardo, será paga também diária à empresa prestadora dos serviços, e servirá para cobrir gastos com motoristas, outros funcionários, eventual manutenção do veículo e demais gastos que houver, enquanto o ônibus estiver a serviço do solicitante; d) A contratante, ao identificar a necessidade da locação, deverá entrar em contato com a





empresa contratada e obter junto a ela o quantitativo total de quilômetros a serem rodados para a execução do serviço, mesmo se este acontecer de forma contínua. Após, deverá encaminhar o quantitativo em anexo ao pedido formal para o Setor de Compras da Prefeitura Municipal, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data marcada para o início dos serviços; e) O Setor de Compras emitirá a Autorização de Fornecimento (com o número de empenho) à empresa. Após a emissão da referida Autorização de Fornecimento, fica a Contratada obrigada a entrar em contato com a Secretaria que solicitou o serviço para que esta lhe forneça o cronograma da execução dos mesmos, bem como a data, hora e local onde o ônibus deverá dar início aos serviços, tempo de permanência e demais informações correlatas para a boa execução de tais serviços.

O presente contrato deverá ter vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o prazo ser prorrogado de acordo com a Lei 8666/93.

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada em todos os termos, por servidores devidamente autorizados para esse fim: Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude: Carina de Faria Mondini, matrícula 352554; Secretaria Municipal de Cultura: Andressa Camilo, matricula 358385; Secretaria Municipal de Saúde: Karine Souza Dias, matrícula 351322; Secretaria de Assistência Social: Nestor Luiz Preza, matrícula 349630, nos termos da Lei nº 8.666/1993:

- I Competirá ao fiscal do contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis;
- II a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade da Administração, ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993;
- III o fiscal do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando horário, dia, mês e ano, bem como o(s) nome(s) de funcionário(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à





regularização das faltas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, para as providências cabíveis;

IV – A Fiscalização referente às documentações (ônibus e motorista), condições do veículo e condições de rodagem, ficarão sob a responsabilidade do Setor de Frotas deste município; todos os veículos utilizados deverão ser, obrigatoriamente após vistoria do Setor de Frotas, cadastrados junto a este órgão, o qual emitirá atestado aprovando o veículo; A empresa deverá apresentar os seguintes documentos: a) Para viagens intermunicipais: comprovante de cadastro do veículo, emitido pela URBS; b) Para viagens interestaduais: comprovantes de cadastro do veículo, emitidos pela URBS e pelo DER – Departamento de Estradas e Rodagens; (Ver último processo)

V – A contratada também deverá cumprir o estabelecido no Manual do Transportador, com regras estabelecidas pelo DER para o transporte de passageiros dentro do Estado do Paraná, para viagens intermunicipais (inclusive RM – Região Metropolitana);

VI – A empresa deverá disponibilizar os veículos em perfeitas condições de uso, bom estado de conservação e com certificados de vistorias dos órgãos competentes, válidos, e possuir todos os itens de segurança previstos na legislação vigente. A contratada é a única responsável por toda manutenção preventiva e mão de obra especializada, limpeza e abastecimento do veículo;

VII – Em caso de defeitos ou avarias no veículo, que impeçam seu funcionamento e/ou que necessitem de manutenção pelo período superior a 2 (duas) horas, será de inteira responsabilidade da contratada a substituição do mesmo, evitando prejuízo ao município; VIII – A empresa contratada será responsável direta e exclusiva pela execução do objeto e consequentemente, respondendo civilmente, criminalmente e ambientalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução deste, venha direta ou indiretamente causar à Prefeitura Municipal ou a terceiros, sendo punida com sanções administrativas de acordo com a Lei nº 8666/93;

IX – Não poderá a adjudicatária recusar-se a prestar os serviços solicitados na Autorização de Fornecimento/Empenho, mesmo em pequena quantidade.





FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em parcela única, através de depósito bancário, em até 30 dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação e anexado às provas de regularidade com Previdência Social – INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Elaborado por:

Documento assinado digitalmente

CARINA DE FARIA MONDINI
Data: 21/03/2023 15:02:42-0300
Verifique em https://validac.iti.gov.br

Carina de Faria Mondini Assistente Administrativo Matrícula nº 352554

De acordo:

Considerando os termos do Art. 7°, § 2°, Inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, APROVO o presente Termo de Referência e ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento de marca e/ou modelo do objeto em tela.

Documento assinado digitalmente
PAULO EDUARDO DOS SANTOS
Data: 21/03/2023 15:10:21-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Paulo Eduardo dos Santos Secretário Municipal Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude

Decreto:6309/2022





COTAÇÃO

Favor preencher todos	os dados da empresa		
Empresa: J Marcondes Transportes Ltda	CNPJ: 00.569.505/0001-71		
E-mail: contato@jmarcondes.com.br	Contato: Jurandir		
Fone: (41) 3349-5598	Fax: NA		

Forma de pagamento: 60 días do recebimento da nota fiscal Prazo de entrega: *30 días*

LOTE 01 - ÔNIBUS CONVENCIONAL COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

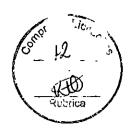
ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
% ∴ √1 	1.500	Diária (12 horas)	Aluguel de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana. Diária de 12 horas Meia Diária de 06 horas	R\$ 1.500,00	R\$ 2.250.000,00

LOTE 02 - ÔNIBUS EXECUTIVO COM PAGAMENTO POR QUILOMETRAGEM / DIÁ

ITEM	QTE.	UŅD.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	150.000	КМ	Aluguel de ônibus tipo EXECUTIVO, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas	R\$ 9,80	R\$ 1.470.000,00

Carina de Faria Mondini Assistante Administracivo





			do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais.		
2	700	Diária	Diária para a empresa locadora de ônibus executivo – para custeio de despesas em viagens onde há necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.	R\$ 900,00	R\$ 630.000,00

LOTE 03 - VAN COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM		UND.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	5.500	Diária (12 horas)	Aluguel de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; para circulação em em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana. Diária de 12 horas Meia Diária de 06 horas	R\$ 1.100,00	R\$ 6.050.000,00

andir Jolamba Marcondes
Diretor Operacional

1700.569.505/0001-717

J. MARCONDES TRANSPORTES LIDA

RUA COPAIBA Nº 770 EUCALIPTUS - CEP 83.820-057

FAZENDARIO GRANDE-PR

Carina da Faria Mondini Assistente Administrativo Matricula de 952556

Voltar

Imprimir





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 00.569.505/0001-71

Razão Social:

J MARCONDES TRANSPORTES LTDA EPP

Endereço: R COPAIBA 770 / EUCALIPTOS / FAZENDA RIO GRANDE / PR / 83820-057

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:05/03/2023 a 03/04/2023

Certificação Número: 2023030500320506478484

Informação obtida em 21/03/2023 14:29:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: J. MARCONDES TRANSPORTES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 00.569.505/0001-71 Certidão n°: 12056169/2023

Expedição: 21/03/2023, às 14:23:22

Validade: 17/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que J. MARCONDES TRANSPORTES LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 00.569.505/0001-71, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO **DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 10.255.017

CNPJ:

00.569.505/0001-71

Nome:

J. MARCONDES TRANSPORTES LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em divida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

confirmada endereço autenticidade certidão deverá ser desta https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021. Emitida às 14:28 do dia 21/03/2023. Código de autenticidade da certidão: 36DB0A51FDF9499A99344F8092683F2977 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 19/06/2023 - Fornecimento Gratuito



Você também pode validar a autenticidade da certidão utilizando um leitor de QRCode.





COTAÇÃO

Favor preencher todos os dados da empresa

Empresa: EXPRESSO LC TRANSPORTES E TURISMO LTDA CNPJ: 32.302.571/0001-77

E-mail: contato@transporteslc.com.br Contato: Leandro

Fone: (41) 3346-7186 Fax:

Forma de pagamento: 60 dias do recebimento da nota fiscal

Prazo de entrega: Favor indicar

LOTE 01 – ÔNIBUS CONVENCIONAL COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITE M	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1.500	Diária	Aluguel de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.	R\$ 1.750,00	RS; 2.625.000,00

LOTE 02 - ÔNIBUS EXECUTIVO COM PAGAMENTO POR QUILOMETRAGEM / DIÁRIA

ITE M	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	150.000	Km	Aluguel de ônibus tipo EXECUTIVO, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou	R\$ 12,00	R\$ 1.800.000,00

Carina de Faria Mondini Assistente Arministrativo Matricula 12 892884





			interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais.		
2	700	Diária	Diária para a empresa locadora de ônibus executivo — para custeio de despesas em viagens onde há necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.	R\$ 1.040,00	R\$ 728.000,00

LOTE 03 - VAN COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITE M	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	5.500	Diária	Aluguel de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro — para circulação em em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.	R\$ 1.270,00	R\$ 6.985.00,00

Cariff Paria NonCiri Assistente Administração Martintania

L C Turismo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CFRTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 10.212.865

CNPJ:

32.302.571/0001-77

Nome:

EXPRESSO LC TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em divida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

confirmada endereço deverá ser certidão autenticidade desta https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021. Emitida às 14:22 do dia 27/02/2023. Código de autenticidade da certidão: AECDAAFED170434A68370ED2829B308553 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 28/05/2023 - Fornecimento Gratuito



Você também pode validar a autenticidade da certidão utilizando um leitor de QRCode. Voltar

Imprimir





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 32.302.571/0001-77

Razão Social:

EXPRESSO LC TRANSPORTE E TURISMO LTDA

Endereço:

R BORTOLO PELANDA 1581 / UMBARA / CURITIBA / PR / 81940-212

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:13/03/2023 a 11/04/2023

Certificação Número: 2023031303271175422339

Informação obtida em 21/03/2023 14:21:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EXPRESSO LC TRANSPORTES E TURISMO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 32.302.571/0001-77 Certidão nº: 12054413/2023

Expedição: 21/03/2023, às 14:17:37

Validade: 17/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que EXPRESSO LC TRANSPORTES E TURISMO LTDA (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 32.302.571/0001-77, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





COTAÇÃO

Favor preencher todos os dados da empresa

Empresa: RIMATUR TRANSPORTES LTDA CNPJ: 83.742.338/0001-46

E-mail: lindomar.schultz2rimatur.com.br Contato: Lindomar

Fone: 41- 2141-5700 Fax: 2141-5700

Forma de pagamento: 60 días do recebimento da nota fiscal Prazo de entrega: A combinar

LOTE 01:- ÓNIBUS CONVENCIONAL COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DEȘCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1.500	Diaria	Aluguel de ônibus tipo GONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veiculo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro — para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.	R\$ 1.725,00	R\$ 2.587.500,00

Carina del aria Mondini Assistental Achinistrativo





LOTE 02 - ÔNIBUS QUILOMETRAGEM / DIÁRIA EXECUTIVO COM PAGAMENTO POR

QUIL	QUILOMETRAGEM / DIÁRIA							
ITEM	QTE.	טאם.	DESCRIÇÃO	'VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL			
1	150.000	Km	Aluguel de ônibus tipo EXECUTIVO, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis: ar condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais.	R\$ 11,30	R\$ 1.695.000,00			
2	700	Diária	Diária para a empresa locadora de ônibus executivo – para custeio de despesas em viagens onde há necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.	R\$ 1,035,00	R\$ 724.500,00			

LOTE 03 - VAN COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEW	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	5.500	Diâria	Aluguel de velculo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro — para circulação em em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.	R\$ 1.265,00	R\$ 6.957.500,00

Curitiba,07 de março de 2023.

Carina da karia filondini Assistente Administrativo Matricula de 252550 Lindonium Ni Schultz

83.742.338/0001-46

RIMATUR TRANSPORTES LTDA.

ROD-DO CAFÉ-BR 277 - KM 2 Nº 1878 MOSSUNGUE-CEP 82 305-160 CURITIBA - PR Voltar

Imprimir





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

83.742.338/0001-46

Razão Social:

RIMATUR TRANSPORTES LTDA

Endereço:

ROD BR 277 KM 02 1875 MOSSUNGUE / CURITIBA / PR / 81200-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:06/03/2023 a 04/04/2023

Certificação Número: 2023030600391078158781

Informação obtida em 21/03/2023 14:37:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 10.209.747

CNPJ:

83,742,338/0001-46

Nome:

RIMATUR TRANSPORTES LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venhama a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021. Emitida às 16:34 do dia 24/02/2023. Código de autenticidade da certidão: 3F3FD874769C4A59888940A6DCC9B32337 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 25/05/2023 - Fornecimento Gratuito



Você também pode validar a autenticidade da certidão utilizando um leitor de QRCode.





CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RIMATUR TRANSPORTES LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 83.742.338/0001-46 Certidão nº: 12058738/2023

Expedição: 21/03/2023, às 14:31:32

Validade: 17/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que RIMATUR TRANSPORTES LTDA. (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 83.742.338/0001-46, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo:

0000679-12.2020.5.09.0652 - TRT 09ª Região (18ª VARA DO TRABALHO DE CURITIBA)

Total de processos: 1.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

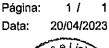
INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem deva versar a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, em virtude de inadimplência perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

[FCPR] - Comprovante de Parecer





Dados Processo:

Número do Processo: 000017437/2023

Número Único: JHI.LSE.CBK-E9

SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENUDE - SMELJ FRG Requerente:

Procedência:

Interna

Assunto: Memorando

Situação:

Em análise

Data Abertura: 22/03/2023 11:04 AM

Dados Parecer:

Organograma:

Abertura Licitação

Encerrou Processo?

Não

Descrição Parecer:

Remeto o processo a secretaria para que:

Data Parecer: 24/03/2023 8:38 AM

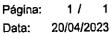
• Seja reordenados os itens, o processo pode ser realizado por lote, porém, deve seguir a mesma ordem, o lote 2 deve ser continuação do lote 1;

A cotação da empresa Rimatur encontra-se com certidão positiva;

Solicito que seja finalizada a solicitação de compra e informado o numero da cotação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

[FCPR] - Comprovante de Parecer





Dados Processo:

Número do Processo: 000017437/2023

Número Único: JHI.LSE.CBK-E9

Requerente: SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENUDE - SMELJ FRG

Procedência:

Interna

Assunto: Memorando

Situação:

Em análise

Data Abertura: 22/03/2023 11:04 AM

Dados Parecer:

2

Organograma: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer Encerrou Processo? Não

Descrição Parecer:

A/c Carina, para análise e providências.

Data Parecer: 28/03/2023 8:48 AM



PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

[FCPR] - Comprovante de Parecer



Dados Processo:

Número do Processo: 000017437/2023

Número Único: JHI.LSE.CBK-E9

Requerente: SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENUDE - SMELJ FRG Procedência:

Interna

Assunto: Memorando

Situação:

Em análise

Data Abertura: 22/03/2023 11:04 AM

Dados Parecer:

Organograma: Gestor de Contratos - Sec Esporte

Encerrou Processo?

Não

Descrição Parecer:

Data Parecer: 28/03/2023 10:42 AM

Encaminho o processo para o Gabinete do Senhor Prefeito, para análise e autorização para que o certame ocorra nas normas da Lei 8666/93.

Segue processo para prosseguimento com as alterações solicitadas.

3





Memorando nº 067/2023 SMELJ

De: Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

Para: Secretaria de Administração

Data: 21/03/2023

Assunto: Solicitação abertura de licitação para a locação de ônibus e/ou van com motorista

Tendo em vista o término da ARP 11-2022 no dia 05 de Abril de 2023. A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude solicita abertura de processo de licitatório para contratação de empresa prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria, conforme segue:

LOTE 01 - ÔNIBUS CONVENCIONAL COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
1	1.500	Diária	Aluguel de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro – para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.

LOTE 02 – ÔNIBUS EXECUTIVO COM PAGAMENTO POR QUILOMETRAGEM /

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
2	150.000	Km	Aluguel de ônibus tipo EXECUTIVO, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais.
3	700	Diária	Diária para a empresa locadora de ônibus executivo – para custeio de despesas em viagens onde há necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.





LOTE 03 - VAN COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
4	5.500	Diária	Aluguel de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro – para circulação em em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.

JUSTIFICATIVA

Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de viagens externas a serem executadas palas equipes de rendimento o qual representarão o Município em competições de nível Estadual e Nacional, com viagens já programadas para cidades do interior do Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, contemplando todas as modalidades de alto rendimento como Futsal, Voleibol, Handebol e Basquetebol. Atenderemos também as atividades desenvolvidas pelos Projetos Sociais e de Lazer, bem jogos e atividades já previstas no calendário das Competições Oficiais do Estado do Paraná, como Jogos Escolares, Jogos da Juventude e Jogos Abertos do Paraná, contemplará também as atividades realizadas pelas demais secretárias municipais.

DA VIGÊNCIA

O presente contrato deverá ter vigência e prazo de execução de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o prazo ser prorrogado de acordo com a Lei 8666/93.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para suporte das despesas, indicamos as seguintes Dotações Orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE 833 e 842 – Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - 911, 937 E 920 - Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - 235, 261, 278, 294, 315, 323 — Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.





SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 438; 443; 453; 463; 475; 480; 491; 508; 514; 530; 537.

FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada em todos os termos, por servidores devidamente autorizados para esse fim: Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude: Carina de Faria Mondini, matrícula 352554; Secretaria Municipal de Cultura: Andressa Camilo, matricula 358385; Secretaria Municipal de Saúde: Karine Souza Dias, matrícula 351322; Secretaria de Assistência Social: Nestor Luiz Preza, matrícula 349630, nos termos da Lei nº 8.666/1993.

FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pelo Secretário Municipal de Assistência Social e anexada às provas de regularidade com Previdência Social – INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Documento assinado digitalmente

CARINA DE FARIA MONDINI
Data: 28/03/2023 10:41:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Carina de Faria Mondini Assistente Administratvo Matricula nº 352554

Documento assinado digitalmente
PAULO EDUARDO DOS SANTOS
Data: 28/03/2023 10:39:35-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Paulo Eduardo dos Santos Secretário Municipal Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude Decreto:6309/2022





TERMO DE REFERÊNCIA

O presente termo visa estabelecer as especificações para contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria, conforme especificações abaixo:

LOTE 01 - ÔNIBUS CONVENCIONAL COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
1	1.500	Diária	Aluguel de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação, poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro – para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.

LOTE 02 – ÔNIBUS EXECUTIVO COM PAGAMENTO POR QUILOMETRAGEM / DIÁRIA

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
2	150.000	Km	Aluguel de ônibus tipo EXECUTIVO, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais.
3	700	Diária	Diária para a empresa locadora de ônibus executivo – para custelo de despesas em viagens onde há necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.

LOTE 03 - VAN COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
4	5.500	Diária	Aluguel de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro – para circulação em em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.





JUSTIFICATIVA

Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de viagens externas a serem executadas palas equipes de rendimento o qual representarão o Município em competições de nível Estadual e Nacional, com viagens já programadas para cidades do interior do Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, contemplando todas as modalidades de alto rendimento como Futsal, Voleibol, Handebol e Basquetebol. Atenderemos também as atividades desenvolvidas pelos Projetos Sociais e de Lazer, bem jogos e atividades já previstas no calendário das Competições Oficiais do Estado do Paraná, como Jogos Escolares, Jogos da Juventude e Jogos Abertos do Paraná, contemplará também as atividades realizadas pelas demais secretárias municipais.

OBJETO

Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades das Secretárias Municipais.

OBJETIVO GERAL

Atender a necessidade dos usuários das Secretarias Municipais.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Exigir o fiel cumprimento das obrigações da CONTRATADA; Atestar a execução do fornecimento e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Contrato; Efetuar o pagamento no prazo previsto; Emitir Ordem de Serviços e Autorizações específicas para a atuação da CONTRATADA; Comunicar, verbalmente, imediatamente à Contratada as irregularidades no desenvolvimento dos serviços, e no ato do recebimento da comunicação supracitada, a Contratada deverá atendê-la imediatamente, sob pena de descumprimento contratual.





OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA se obriga a: Comunicar, verbalmente e imediatamente, a CONTRATANTE de eventuais ocorrências anormais verificadas na execução do contrato, no menor espaço de tempo possível; Atender, com a diligência possível, as determinações da CONTRATANTE, adotando todas as providências necessárias à regularização de faltas e irregularidades verificadas; Manter, durante a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a CONTRATANTE; Responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive quanto a prejuízos ocorridos a terceiros ou servidores; Atender, imediatamente, as requisições de correções feitas pela Contratante; Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis, posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

DA ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

As locações serão da seguinte forma: a) Um ônibus convencional circulará dentro do município, prestando os serviços de transporte dos usuários conforme solicitação e trajeto estipulado pelos coordenadores dos projetos da Secretarias Municipais. Tais locações não serão necessariamente executadas de forma contínua, sendo facultada ao solicitante a criação de um cronograma para melhor atendimento às suas atividades. Sendo assim, utilizaremos como unidade de medida, o quilômetro rodado; b) Um ônibus executivo será utilizado para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais. Sendo que, pela própria natureza dos serviços, estes não serão contínuos e a unidade de medida a ser utilizada será também o quilômetro rodado; c) Tendo em vista a possibilidade do ônibus executivo em sua natureza de prestação de serviços, necessitar por ventura, ficar por mais de 24 (vinte e quatro) horas à disposição do solicitante, parado em posição de aguardo, será paga também diária à empresa prestadora dos serviços, e servirá para cobrir gastos com motoristas, outros funcionários, eventual manutenção do veículo e demais gastos que houver, enquanto o ônibus estiver a serviço do solicitante; d) A contratante, ao identificar a necessidade da locação, deverá entrar em contato com a





empresa contratada e obter junto a ela o quantitativo total de quilômetros a serem rodados para a execução do serviço, mesmo se este acontecer de forma contínua. Após, deverá encaminhar o quantitativo em anexo ao pedido formal para o Setor de Compras da Prefeitura Municipal, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data marcada para o início dos serviços; e) O Setor de Compras emitirá a Autorização de Fornecimento (com o número de empenho) à empresa. Após a emissão da referida Autorização de Fornecimento, fica a Contratada obrigada a entrar em contato com a Secretaria que solicitou o serviço para que esta lhe forneça o cronograma da execução dos mesmos, bem como a data, hora e local onde o ônibus deverá dar início aos serviços, tempo de permanência e demais informações correlatas para a boa execução de tais serviços.

O presente contrato deverá ter vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o prazo ser prorrogado de acordo com a Lei 8666/93.

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada em todos os termos, por servidores devidamente autorizados para esse fim: Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude: Carina de Faria Mondini, matrícula 352554; Secretaria Municipal de Cultura: Andressa Camilo, matricula 358385; Secretaria Municipal de Saúde: Karine Souza Dias, matrícula 351322; Secretaria de Assistência Social: Nestor Luiz Preza, matrícula 349630, nos termos da Lei nº 8.666/1993:

I – Competirá ao fiscal do contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis;

II – a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade da Administração, ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993;

III – o fiscal do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando horário, dia, mês e ano, bem como o(s) nome(s) de funcionário(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à





regularização das faltas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, para as providências cabíveis;

IV – A Fiscalização referente às documentações (ônibus e motorista), condições do veículo e condições de rodagem, ficarão sob a responsabilidade do Setor de Frotas deste município; todos os veículos utilizados deverão ser, obrigatoriamente após vistoria do Setor de Frotas, cadastrados junto a este órgão, o qual emitirá atestado aprovando o veículo; A empresa deverá apresentar os seguintes documentos: a) Para viagens intermunicipais: comprovante de cadastro do veículo, emitido pela URBS; b) Para viagens interestaduais: comprovantes de cadastro do veículo, emitidos pela URBS e pelo DER – Departamento de Estradas e Rodagens; (Ver último processo)

V – A contratada também deverá cumprir o estabelecido no Manual do Transportador, com regras estabelecidas pelo DER para o transporte de passageiros dentro do Estado do Paraná, para viagens intermunicipais (inclusive RM – Região Metropolitana);

VI – A empresa deverá disponibilizar os veículos em perfeitas condições de uso, bom estado de conservação e com certificados de vistorias dos órgãos competentes, válidos, e possuir todos os itens de segurança previstos na legislação vigente. A contratada é a única responsável por toda manutenção preventiva e mão de obra especializada, limpeza e abastecimento do veículo;

VII – Em caso de defeitos ou avarias no veículo, que impeçam seu funcionamento e/ou que necessitem de manutenção pelo período superior a 2 (duas) horas, será de inteira responsabilidade da contratada a substituição do mesmo, evitando prejuízo ao município; VIII – A empresa contratada será responsável direta e exclusiva pela execução do objeto e consequentemente, respondendo civilmente, criminalmente e ambientalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução deste, venha direta ou indiretamente causar à Prefeitura Municipal ou a terceiros, sendo punida com sanções administrativas de acordo com a Lei nº 8666/93;

IX -- Não poderá a adjudicatária recusar-se a prestar os serviços solicitados na
 Autorização de Fornecimento/Empenho, mesmo em pequena quantidade.





FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em parcela única, através de depósito bancário, em até 30 dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação e anexado às provas de regularidade com Previdência Social – INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Elaborado por:

Documento assinado digitalmente
CARINA DE FARIA MONDINI
Data: 28/03/2023 10:23:09-0300
Verifique em https://validar.tit.gov.bi

Carina de Faria Mondini Assistente Administrativo Matrícula nº 352554

De acordo:

Considerando os termos do Art. 7º, § 2º, Inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, APROVO o presente Termo de Referência e ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento de marca e/ou modelo do objeto em tela.

Documento assinado digitalmente

PAULO EDUARDO DOS SANTOS
Data: 28/03/2023 10:37:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Paulo Eduardo dos Santos

Secretário Municipal Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude Decreto:6309/2022





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: RIMATUR TRANSPORTES LTDA.

CNPJ: 83.742.338/0001-46

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- 1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- 2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://trb.gov.br ou http://trb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 22:02:42 do dia 10/03/2023 <hora e data de Brasília>. Válida até 06/09/2023.

Código de controle da certidão: F6D6.701E.8763.1DA3 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 10,209,747

CNPJ:

83.742.338/0001-46

Nome:

RIMATUR TRANSPORTES LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em divida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

autenticidade desta certidão confirmada deverá endereço nο Ser https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021. Emitida às 16:34 do dia 24/02/2023. Código de autenticidade da certidão: 3F3FD874769C4A59888940A6DCC9B32337 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 25/05/2023 - Fornecimento Gratuito



Você também pode validar a autenticidade da certidão utilizando um leitor de QRCode. Voltar

Imprimir





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

83.742.338/0001-46

Razão

RIMATUR TRANSPORTES LTDA

Social: Endereco:

ROD BR 277 KM 02 1875 / MOSSUNGUE / CURITIBA / PR / 81200-010

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:06/03/2023 a 04/04/2023

Certificação Número: 2023030600391078158781

Informação obtida em 21/03/2023 14:37:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



Página:

1/

Data: 20/04/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE



Dados Processo:

Número do Processo: 000017437/2023

Número Único: JHI.LSE.CBK-E9

SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENUDE - SMELJ FRG Requerente:

Procedência:

Interna

Assunto:

Memorando

Situação:

Em análise

Data Abertura: 22/03/2023 11:04 AM

Dados Parecer:

Organograma:

Gabinete do Prefeito

Encerrou Processo?

Descrição Parecer:

Em anexo, documento contendo manifestação do Sr Prefeito.

Data Parecer: 28/03/2023 4:25 PM





PROTOCOLO: 17437/2023

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Esporte, Lazer

e Juventude

DOCUMENTO: Abertura de licitação para locação de ônibus e/ou van com motorista.

Á SMELJ,

Conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude bem como especificado pelo Secretário da pasta no conteúdo do memorando nº 067/2023 – SMELJ e adiantada tramitação e documentação do referido processo, autorizo a realização do certame nos termos da Lei nº 8666/93 e demais legislações correlatas, em atenção ao disposto no Art. 1º do Decreto nº 6893/2023.



Página:

1/ ′

Data: 20/

20/04/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

[FCPR] - Comprovante de Parecer



Dados Processo:

Número do Processo: 000017437/2023

Número Único: JHI.LSE.CBK-E9

Requerente: SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENUDE - SMELJ FRG

Procedência:

Interna

Assunto: Mem

Memorando

Situação:

Em análise

Data Abertura: 22/03/2023 11:04 AM

Dados Parecer:

Organograma:

Gestor de Contratos - Sec Esporte

Encerrou Processo? Não

Descrição Parecer:

Encaminho a abertura de licitação para tramites,

Data Parecer: 04/04/2023 1:40 PM

5



[FCPR] - Comprovante de Parecer

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE



1/

20/04/2023

Página:

Data:

Dados Processo:

Número do Processo: 000017437/2023

Memorando

Número Único: JHILSE.CBK-E9

SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENUDE - SMELJ FRG Requerente:

Procedência:

Interna

Situação:

Em análise

Data Abertura: 22/03/2023 11:04 AM

Dados Parecer:

Assunto:

Organograma:

6

Diretora de Compras e Licitações

Encerrou Processo? Não

Data Parecer: 04/04/2023 3:52 PM

Em Tempo:

Descrição Parecer:

Informo que o processo devera seguir:

1. ao Decreto Municipal 4826/17.

- 2. Ao Parecer datado de 24.03 ao Primeiro Parecer do processo, o qual solicita:
- Seja reordenados os itens, o processo pode ser realizado por lote, porém, deve seguir a mesma ordem, o lote 2 deve ser continuação do lote 1;
 - A cotação da empresa Rimatur encontra-se com certidão positiva;
- Solicito que seja finalizada a solicitação de compra e informado o numero da cotação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

[FCPR] - Comprovante de Parecer



Dados Processo:

Número do Processo: 000017437/2023

> Número Único: JHILLSE.CBK-E9

SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENUDE - SMELJ FRG Requerente:

Procedência:

Interna

Não

Memorando

Situação:

Em análise

Data Abertura: 22/03/2023 11:04 AM

Dados Parecer:

7

Assunto:

Organograma: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer Encerrou Processo?

Data Parecer: 18/04/2023 10:51 AM

Descrição Parecer:

O termo corrigido e as certidões estão no parecer 3, enviado pela servidora ja. E a ordem de compras no sistema Betha compras é 190 do esporte com seus orçamentos ja lançados. Segue para seguimento.

Em tempo informo que a os demais processos de compras são:

191 saúde

193 cultura 194 trabalho

195 ação social



Página:

1/

Data:

20/04/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

[FCPR] - Comprovante de Parecer

Dados Processo:

Número do Processo: 000017437/2023

Memorando

Número Único: JHI.LSE.CBK-E9

Requerente: SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENUDE - SMELJ FRG Procedência:

Interna

Situação:

Em análise

Assunto:

Data Abertura: 22/03/2023 11:04 AM

Dados Parecer:

Organograma: Diretora de Compras e Licitações

Encerrou Processo? Não

Data Parecer: 18/04/2023 11:03 AM

Descrição Parecer:

Em tempo: 8

solicito especial atenção ao processo, desde que atenda ao Decreto Municipal 4826.17 e as demais informações solicitadas nos pareceres anteriores.

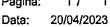
Caso não atenda, solicito que convide o responsável pelo processo para melhor esclarecimento, junto a esta divisão.

sem mais.



Página:

1/



PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE [FCPR] - Comprovante de Parecer



Dados Processo:

Número do Processo: 000017437/2023

Número Único: JHI.LSE.CBK-E9

Requerente: SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENUDE - SMELJ FRG Procedência:

Interna

Assunto: Memorando

Situação:

: 40

Em análise

Data Abertura: 22/03/2023 11:04 AM

Dados Parecer:

Organograma:

Abertura Licitação

Encerrou Processo? Não

Descrição Parecer:

Encaminho o processo a secretaria para ajustes.

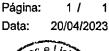
Data Parecer: 19/04/2023 11:28 AM

9



PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

[FCPR] - Comprovante de Parecer





Dados Processo:

Número do Processo: 000017437/2023

Número Único: JHI.LSE.CBK-E9

Requerente: SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENUDE - SMELJ FRG

Procedência:

Interna

Assunto: Memorando

Situação:

Em análise

Data Abertura: 22/03/2023 11:04 AM

Dados Parecer:

Organograma: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Encerrou Processo? Nã

Não

Descrição Parecer:

Data Parecer: 20/04/2023 3:22 PM

segue anexo memorando e termo de referencia retificado e demonstração de interesse com quantitativo das demais secretarias

10





Memorando nº 067/2023 SMELJ

De: Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

Para: Secretaria de Administração

Data: 21/03/2023

Assunto: Solicitação abertura de licitação para a locação de ônibus e/ou van com motorista

Tendo em vista o término da ARP 11-2022 no dia 26 de Abril de 2023. A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude solicita abertura de processo de licitatório para contratação de empresa prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria, conforme segue:

LOTE 01 - VAN COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
.1.	3.875	Diária	Aluguel de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro – para circulação em em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.

LOTE 02 - ÔNIBUS CONVENCIONAL COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
2	1.355	Diária	Aluguel de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro — para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.

LOTE 03 - ONIBUS EXECUTIVO COM PAGAMENTO POR QUILOMETRAGEM /DIÁRIA

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
3 (1)	145.000	Km	Aluguel de ônibus tipo EXECUTIVO, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou in-





		#	terestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestadu- ais.
4	627	Diária	Diária para a empresa locadora de ônibus executivo – para custeio de despesas em viagens onde há necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.

JUSTIFICATIVA

Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de viagens externas a serem executadas palas equipes de rendimento o qual representarão o Município em competições de nível Estadual e Nacional, com viagens já programadas para cidades do interior do Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, contemplando todas as modalidades de alto rendimento como Futsal, Voleibol, Handebol e Basquetebol. Atenderemos também as atividades desenvolvidas pelos Projetos Sociais e de Lazer, bem jogos e atividades já previstas no calendário das Competições Oficiais do Estado do Paraná, como Jogos Escolares, Jogos da Juventude e Jogos Abertos do Paraná, contemplará também as atividades realizadas pelas demais secretárias municipais.

DA VIGÊNCIA

3 1

\$ 58

O presente contrato deverá ter vigência e prazo de execução de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o prazo ser prorrogado de acordo com a Lei 8666/93.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para suporte das despesas, indicamos as seguintes Dotações Orçamentárias:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE 833 e 842 - Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - 911, 937 E 920 - Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - 235, 261, 278, 294, 315, 323 — Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica.





SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - 438; 443; 453; 463; 475; 480;

10.5

FISCALIZAÇÃO

強して

经设备

14.5

.

3 3 1461

. 556

. 117 K.F., (

Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada em todos os termos, por servidores devidamente autorizados para esse fim: Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude: Fernando Lima de Souza, matrícula 351345; Secretaria Municipal de Cultura: Andressa Camilo, matricula 358385; Secretaria Municipal de Saúde: Karine Souza Dias, matrícula 351322; Secretaria de Assistência Social: Nestor Luiz Preza, matrícula 349630, nos termos da Lei nº 8.666/1993.

FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pelo Secretário Municipal de Assistência Social e anexada às provas de regularidade com Previdência Social – INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Fernando Lima de Souza
Diretor Geral
Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude
Decreto nº 6926/2023

Paulo Eduardo dos Santos
Secretário Municipal
Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude
Decreto:630
9/2022

. 2.,

ار دران





TERMO DE REFERÊNCIA

O presente termo visa estabelecer as especificações para contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria, conforme especificações abaixo:

LOTE 01 - VAN COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
1	3.875	Diária	Aluguel de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro – para circulação em em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.

LOTE 02 - ÔNIBUS CONVENCIONAL COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
2	1.355	Diária	Aluguel de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro – para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.

LOTE 03 - ONIBUS EXECUTIVO COM PAGAMENTO POR OUIL OMETRAGEM /DIÁRIA

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
3	145.000	Km	Aluguel de ônibus tipo EXECUTIVO, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; frigobar televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduals.
4	627	 Diária	Diária para a empresa locadora de ônibus executivo – para custeio de despesas em viagens onde há necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.

JUSTIFICATIVA

٤٠ و ١٧١

Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de viagens externas a serem executadas palas equipes de rendimento o qual representarão o Município em competições de nível Estadual e Nacional, com viagens ja programadas para cidades do interior do Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, contemplando todas as

 $\gamma \in \{$





modalidades de alto rendimento como Futsal, Voleibol, Handebol e Basquetebol. Atenderemos também as atividades desenvolvidas pelos Projetos Sociais e de Lazer, bem jogos e atividades já previstas no calendário das Competições Oficiais do Estado do Paraná, como Jogos Escolares, Jogos da Juventude e Jogos Abertos do Paraná, contemplará também as atividades realizadas pelas demais secretarias municipais.

OBJETO

7

\$ 1, .

Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades das Secretárias Municipais.

OBJETIVO GERAL

Atender a necessidade dos usuários das Secretarias Municipais.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Exigir o fiel cumprimento das obrigações da CONTRATADA; Atestar a execução do fornecimento e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Contrato; Efetuar o pagamento no prazo previsto; Emitir Ordem de Serviços e Autorizações específicas para a atuação da CONTRATADA; Comunicar, verbalmente, imediatamente à Contratada as irregularidades no desenvolvimento dos serviços, e no ato do recebimento da comunicação supracitada, a Contratada deverá atendê-la imediatamente, sob pena de descumprimento contratual.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Assumir integral exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento;

Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência desses danos; Executar os serviços de fretamento, a partir da data da disponibilização da nota de empenho (excluído o dia inicial), conforme necessidade do Departamento de Logística das Secretarias, Prestar os serviços de fretamento



.: į '*!*



rigorosamente de acordo com as especificações contidas no contrato e Anexos, parte integrante deste instrumento, sob pena de aplicação das sansões previstas neste edital. Se o serviço prestado estiver em desconformidade com as especificações, todas as despesas e os eventuais danos de qualquer natureza decorrentes serão atribuídos a CONTRATADA; Fornecer, quando solicitado pela CONTRATANTE, OS documentos necessários à avaliação dos serviços prestados devidamente preenchidos e assinados; Manifestar-se por escrito, sobre os ofícios que forem encaminhados pela CONTRATANTE, a partir da ciência, no prazo máximo de 48 horas, garantindo-lhe o acesso a documentos relativos ao objeto contratado;

Responsabilizar-se pelo total atendimento da especificação do serviço licitado, de acordo com formulário- proposta e Anexos, parte integrante deste instrumento. Se o serviço não corresponder as especificações solicitadas, será recusada e a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas neste edital de embasamento;

Utilizar ÔNIBUS com lotação de no mínimo quarenta e quatro (44) lugares, com todos os equipamentos de segurança instalados (cintos de segurança em número igual ao de passageiros, extintores de incêndio, tacógrafos), todos funcionando adequadamente, além da documentação exigida pela Urbanização de Curitiba S.A. - URBS, conforme Decreto nº 014/2003 que "Disciplina o transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento". Providenciar o encaminhamento de veículos para a efetivação do transporte urbano de passageiros somente a pedido da CONTRATANTE (Departamento de Logística).

Apresentar os veículos em perfeitas condições de funcionamento e uso (com pneus, sistema de freios, lanternas de sinalização, faróis e toda a parte mecânica e elétrica revisada e em conformidade com as normas exigidas pelo DETRAN/URBS), além de documentação atualizada e oferecendo cobertura de riscos no Estado do Paraná, nos limites definidos pelo inciso VI do art. 3º do Decreto nº 014/2003. A CONTRATADA, quando solicitada para a prestação do serviço, deverá apresentar apólice de seguro acima mencionado. Responder, direta ou indiretamente, por quaisquer danos causados a CONTRATANTE, e aos passageiros ou a terceiros, por dolo ou culpa. Manter os veículos em perfeitas condições de uso de forma a não causar prejuízo ao andamento das atividades esportivas. Caso algum veículo apresente defeito, este deverá ser substituído



ς,

ryje.



imediatamente por outro, sendo que a manutenção do veículo deverá ser realizada pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE. A CONTRATADA se obriga a: Comunicar, verbalmente e imediatamente, a CONTRATANTE de eventuais ocorrências anormais verificadas na execução do contrato, no menor espaço de tempo possível; Atender, com a diligência possível, as determinações da CONTRATANTE, adotando todas as providências necessárias à regularização de faltas e irregularidades verificadas; Manter, durante a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; Arcar com tódas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a contratante; Responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes de acidentes de trabalho e de viagem, inclusive quanto a prejuízos ocorridos a terceiros. A contratada deverá respeitar as normas do DER (Departamento de estrada e rodagem) e ANTT(Agência Nacional de Transportes Terrestres); Atender, imediatamente, as requisições de correções feitas pela Contratante; Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis, posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

DA ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

As locações serão da seguinte forma: a) Um ônibus convencional circulará dentro do município, prestando os serviços de transporte dos usuários conforme solicitação e trajeto estipulado pelos coordenadores dos projetos da Secretarias Municipais. Tais locações não serão necessariamente executadas de forma contínua, séndo facultada ao solicitante a criação de um cronograma para melhor atendimento às suas atividades. Sendo assim, utilizaremos como unidade de medida, o quilômetro rodado: b) Um ônibus executivo será utilizado para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais. Sendo que, pela própria natureza dos serviços, estes não serão contínuos e a unidade de medida a ser utilizada será também o quilômetro rodado; c) Tendo em vista a possibilidade do ônibus executivo em sua natureza de prestação de serviços, necessitar por ventura, ficar por mais de 24 (vinte e quatro) horas à disposição do solicitante, parado em posição de aguardo, será paga também diária à empresa prestadora dos serviços, e servirá para cobrir gastos com motoristas, outros funcionários, eventual manutenção do veículo e

 $\mathbb{F}_{r_{ij}}$

P.F

14:



. .

η,,

ئز بشہ

. . . .

177

100

44.4

· 1·3



demais gastos que houver, enquanto o ônibus estiver a serviço do solicitante; d) A contratante, ao identificar a necessidade da locação, deverá entrar em contato com a empresa contratada e obter junto a ela o quantitativo total de quilômetros a serem rodados para a execução do serviço, mesmo se este aconfecer de forma contínua. Após, deverá encaminhar o quantitativo em anexo ao pedido formal para o Setor de Compras da Prefeitura Municipal, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data marcada para o início dos serviços; e) O Setor de Compras emitirá a Autorização de Fornecimento (com o número de empenho) à empresa. Após a emissão da referida Autorização de Fornecimento, fica a Contratada obrigada a entrar em contato com a Secretaria que solicitou o serviço para que esta lhe forneça o cronograma da execução dos mesmos, bem como a data, hora e local onde o ônibus deverá dar início aos serviços, tempo de permanência e demais informações correlatas para a boa execução de tais serviços.

O presente contrato deverá ter vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o prazo ser prorrogado de acordo com a Lei 8666/93.

. .

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada em todos os termos, por servidores devidamente autorizados para esse fim: Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude: Fernando Lima de Souza, matrícula 351345; Secretaria Municipal de Cultura: Andressa Camilo, matricula 358385; Secretaria Municipal de Saúde: Karine Souza Dias, matrícula 351322; Secretaria de Assistência Social: Nestor Luiz Preza, matrícula 349630, nos termos da Lei nº 8.666/1993:

Competirá ao fiscal do contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis; II,— a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, aínda que resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade da Administração, ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8,666/1993;

III – o fiscal do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando horário, dia, mês e ano, bem como o(s) nome(s)

1,3

. .



\$974

F. 194

Payer.

in sit



de funcionário(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, para as providências cabíveis;

. . .

tyre .

IV- A Fiscalização referente às documentações (ônibus e motorista), condições do veículo e condições de rodagem, ficarão sob a responsabilidade do Setor de Frotas deste município; todos os veículos utilizados deverão ser, obrigatoriamente após vistoria do Setor de Frotas, cadastrados junto a este órgão, o qual emitirá atestado aprovando o veículo; A empresa deverá apresentar os seguintes documentos: a) Para viagens intermunicipais: comprovante de cadastro do veículo, emitido pela URBS; b) Para viagens interestaduais: comprovantes de cadastro do veículo, emitidos pela URBS e pelo DER — Departamento de Estradas e Rodagens; (Ver último processo)

V-A contratada também deverá cumprir o estabelecido no Manual do Transportador, com regras estabelecidas pelo DER para o transporte de passageiros dentro do Estado do Paraná, para viagens intermunicipais (inclusive RM – Região Metropolitana);

VI — A empresa deverá disponibilizar os veículos em perfeitas condições de uso, bom estado de conservação e com certificados de vistorias dos órgãos competentes, válidos, e possuir todos os itens de segurança previstos na legislação vigente. A contratada é a única responsável por toda manutenção preventiva e mão de obra especializada, limpeza e abastecimento do veículo;VII — Em caso de defeitos ou avarias no veículo, que impeçam seu funcionamento e/ou que necessitem de manutenção pelo período superior a 2 (duas) horas, será de inteira responsabilidade da contratada a substituição do mesmo, evitando prejuízo ao município;

VIII. — A empresa contratada será responsável direta e exclusiva pela execução do objeto e consequentemente, respondendo civilmente, criminalmente e ambientalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução deste, venha direta ou indiretamente causar à Prefeitura Municipal ou a terceiros, sendo punida com sanções administrativas de acordo com a Lei nº 8666/93;

IX₃ - Não poderá a adjudicatária recusar-se a prestarãos serviços solicitados na Autorização de Fornecimento/Empenho, mesmo em pequena quantidade.

1. E.

"破 ."论?

.

. . .

FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO:

1 18 6

क्ष्रु ज्ञाहर

3 T





O pagamento será efetuado em parcela única, através de depósito bancário, em até 30 días contados da apresentação da nota fiscal/fatura, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação e anexado às provas de regularidade com Previdência Social – INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

2 5

alè;

111

• • • • •

173.

1.4

. .

fills r %

电路

٠,٠

ger Gert

Elaborado por:

Spir

i je Vi

2 /3

٠٠.

٠_{,*}۲.

٠,

17.

100

. .

. . .

45.4

1

. . .

Y65 146 148

ait

10

Fernando Lima de Souza

Diretor Geral

Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude

Decreto nº 6926/2023

De acordo:

Considerando os termos do Art. 7º, § 2º, Inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, APROVO o presente Termo de Referência e ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento de marca e/ou modelo do objeto em tela.

Paulo Eduardo dos Santos

Secretário Municipal 🧺 Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude Decreto:6309/2022



Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande Secretaria Municipal de Cultura

Rua Jacaranda, 82, sala 12, Nações - Fazenda Rio Grande / PR CEP: 83820.001 CNPJ 95.422.986/0001-02 Tel: (41) 3608 - 7706 e-mail: <u>cultura@fazendariogrande.pr.gov.br</u>

Memorando nº 022/2023 - SMC

Fazenda Rio Grande, 10 de Fevereiro de 2023.

Para: Secretaria Municipal de Administração / Divisão de Compras e Licitações.

Assunto: Indicação de D. O. para Abertura de Licitação.

Tendo em vista o término da ARP 11-2022 no dia 05 de Abril de 2023. A Secretaria Municipal de Cultura solicita abertura de processo de licitatório para contratação de empresa prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria.

Indicamos como fiscais do contrato as servidoras: Andressa Camilo, matrícula 358385 (fiscal de gestão) e Kely Steinhaus Cezar, matrícila 350721 (fiscal de execução).

Para pagamentos das despesas indicamos as seguintes dotações: 911; 937; 920 – Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica.

Solicitamos os intens conforme segue:

LOTE 01 - ÔNIBUS CONVENCIONAL COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
1	10	Diária	Aluguel de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro – para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.

LOTE 02 - ÔNIBUS EXECUTIVO COM PAGAMENTO POR QUILOMETRAGEM / DIÁRIA

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
1	3.000	Km	Aluguel de ônibus tipo EXECUTIVO, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais.

7942/23



SECRETARIA MUNICIPAL DE **CULTURA**

Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande Secretaria Municipal de Cultura

Rua Jacarandá, 82, sala 12, Nações - Fazenda Rio Grande / PR CEP: 83820.001 CNPJ 95.422.986/0001-02 Tel: (41) 3608 - 7706 e-mail: cultura@fazendariogrande.pr.gov.br

2	2	Diária	Diária para a empresa locadora de ônibus executivo — para custeio de despesas em viagens onde há necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.
3	10	Diária	Aluguel de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro – para circulação em em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.

Sem mais para ocasião e certos de contar com vossa atenção, antecipadamente agradecemos e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

> Secretario Municipal de Cultura Anacl Ferminional December 1957/00-3 Statio Municipal December 1957/00-3 Natanael Ferreira Coutinho Secretário Municipal de Cultura

Natanaci Ferreira Coutinh

Decreto nº 6795/2023

Assistente Administrativo Matricula 350723 Kely Steinnaus Cezar

Kely S. Ceta

Assistente Administrativo Matrícula 350721

Fiscal de Execução

Andressa Camilo Assistente Administrativo Matricula 35,83,85

> Andressa Camilo Assistente Administrativo Matricula 358385

Fiscal de Gestão





Memorando nº 039/2023 SMELJ

De: Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

Para: Secretaria de Administração

Data: 07/02/2023

::-

^+

Assunto: Solicitação abertura de licitação para a locação de ônibus e/ou van com motorista

Tendo em vista o término da ARP 11-2022 no dia 05 de Abril de 2023. A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude solicita abertura de processo de licitatório para contratação de empresa prestação de serviços de locação de velculo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria, conforme segue:

LOTE 01 - ÔNIBUS CONVENCIONAL COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM		UND.	DESCRIÇÃO
1	500	Diária	Aluguel de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro – para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.

LOTE 02 - ÔNIBUS EXECUTIVO COM PAGAMENTO POR QUILOMETRAGEM /

DIAR	DIÁRIA			
ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO	
1	130.00	Km	Aluguel de ônibus tipo EXECUTIVO, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais.	
.2	500	Diária	Diária para a empresa locadora de ônibus executivo – para custeio de despesas em viagens onde há necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.	







LOTE 03 - VAN COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO		
1	500	Diária	Aluguel de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro — para circulação em em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.		

JUSTIFICATIVA

Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de viagens externas a serem executadas palas equipes de rendimento o qual representarão o Município em competições de nível Estadual e Nacional, com viagens já programadas para cidades do interior do Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, contemplando todas as modalidades de alto rendimento como Futsal, Voleibol, Handebol e Basquetebol. Atenderemos também as atividades desenvolvidas pelos Projetos Sociais e de Lazer, bem jogos e atividades já previstas no calendário das Competições Oficiais do Estado do Paraná, como Jogos Escolares, Jogos da Juventude e Jogos Abertos do Paraná.

DA VIGÊNCIA

<u>ئ</u>.

O presente contrato deverá ter vigência e prazo de execução de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o prazo ser prorrogado de acordo com a Lei 8666/93.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para suporte das despesas, indicamos as seguintes Dotações Orçamentárias: 833 e 843 – Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica.

FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada em todos os termos, por servidores devidamente autorizados para esse fim, conforme segue Carina de Faria Mondini: matrícula nº 352554, como Fiscal de Gestão e Fernando Lima de Souza, matrícula nº 351341, como Fiscal de Execução.

Mr.





FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 días contados da apresentação da nota fiscal/fatura, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pelo Secretário Municipal de Assistência Social e anexada às provas de regularidade com Previdência Social – INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

٠ ۲٠;

Fiscalização:

.

Carina de Faria Mondini Fiscal de Gestão Matricula nº 352554 Fernando Lima de Souza Fiscal de Execução Matricula nº 351341

Paulo Eduardo dos Santos

Secretário Municipal
Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude
Decreto:6309/2022

Fazenda Rio Grande, 07 de Fevereiro de 2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Fazenda Rio Grande, 07 de Fevereiro de 2023.

OFÍCIO 35/2023

Ref. Solicitação abertura de licitação para a locação de ônibus e/ou van com motorista

Tendo em vista o término da ARP 11-2022 no dia 05 de Abril de 2023. A Secretaria Municipal de Saúde solicita abertura de processo de licitatório para contratação de empresa prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria, conforme segue:

LOTE 01 - ÔNIBUS CONVENCIONAL COM PAGAMENTO MENSAL

TEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
2	720	Diária	Aluguel de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro – para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.

LOTE 02 - ÔNIBUS EXECUTIVO COM PAGAMENTO POR QUILOMETRAGEM / DIÁRIA

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
2	0	Km	Aluguel de ônibus tipo EXECUTIVO, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais.
3	0 Diária		Diária para a empresa locadora de ônibus executivo – para custeio de despesas em viagens onde há necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.

LOTE 03 - VAN COM PAGAMENTO MENSAL

ITEM	ITEM QTE. UND. DESCRIÇÃO		DESCRIÇÃO
4	3240	Diaria	Aluguel de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro — para circulação em em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



JUSTIFICATIVA

Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de atividades externas a serem executadas pelos setores desta secretaria de Saúde, a necessidade de transporte de pacientes para exames e consultas em hospitais de Curitiba e região, os pacientes que fazem tratamento de hemodiálise bem como a gestantes que necessitam de transporte de qualidade.

O trabalho com esses grupos têm a finalidade de manter a saúde e bem-estar dos pacientes, visando o princípio do direito a saúde garantido pelo SUS, e para que isso aconteça uma das estratégias é proporcionar o transporte com conforto e qualidade, estimulando assim, o sentimento de pertença e reconhecimento a estes pacientes que já se encontram tão debilitados.

Também ha a necessidade de transportes de medicamentos e produtos hospitalares dentro do município, e também a retirada de insumos nas regionais em Curitiba e Piraquara, insumos esses que são dispensados pelas Unidades Básicas de Saúde, e para manter esse abastecimento necessitamos de transporte adequado.

DA VIGÊNCIA

O presente contrato deverá ter vigência e prazo de execução de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o prazo ser prorrogado de acordo com a Lei 8666/93.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para suporte das despesas, indicamos as seguintes Dotações Orçamentárias:

Elemento	<u>Fonte</u>	Recurso
3.3.90.30	303	235
3.3.90.30	303	261
3.3.90.30	494	278
3.3.90.30	1000	294
3.3.90.30	303	315
3.3.90.30	303	323

FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada em todos os termos, por servidores devidamente autorizados para esse fim, conforme segue



PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



portaria nº 007/2022-SMS, servidor Francisco Expedito Damas Soares Junior, matrícula nº 349123, como Fiscal de Gestão e Euclides Tenório de Araújo Neto, Matrícula 351462, como Fiscal de Execução.

FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pelo Secretário Municipal de Assistência Social e anexada às provas de regularidade com Previdência Social – INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Euclides Tenório de Araujo Neto Fiscal de Execução Mat. 351462 Karine Souza Dias Div. De Gestão Administrativa Mat. 351322

Francisco Expedito Danias Soares Junior Matricula 349123 Fiscal Gesto

De acordo.

Considerando os termos do Art. 7º, § 2º, Inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, APROVO o resente Termo de Referência e ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento de marca e/ou modelo do objeto em tela.

Francisco Roberto Barbosa Secretário Municipal de Saúde





Fazenda Rio Grande, 07 de Fevereiro de 2023.

OFÍCIO 283/2023

Ref. Solicitação abertura de licitação para a locação de ônibus e/ou van com motorista

Tendo em vista o término da ARP 11-2022 no dia 05 de Abril de 2023. A Secretaria Municipal de Assistência Social solicita abertura de processo de licitatório para contratação de empresa prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria, conforme segue:

LOTE 01 - ÔNIBUS CONVENCIONAL COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
1	125	Diária	Aluguel de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro – para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.

LOTE 02 - ÔNIBUS EXECUTIVO COM PAGAMENTO POR QUILOMETRAGEM / DIÁRIA

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO
1	12.000	Km	Aluguel de ônibus tipo EXECUTIVO, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; frigobar; televisor; sono-rização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais.
2	125	Diária	Diária para a empresa locadora de ônibus executivo - para custeio de despesas em viagens onde há necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.

LOTE 03 - VAN COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE,	UND.	DESCRIÇÃO
1	125	Diária	Aluguel de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com moto- tista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro – para cir- culação em em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.







JUSTIFICATIVA

Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de atividades externas a serem executadas pelos três Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), no período de 12 meses pelos grupos realizados através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), bem como, pelo Programa Criança Feliz, Centro de Convivência Amigos da Melhor Idade, Centro de referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Medidas Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço, Serviço de Acolhimento de Crianças, Adolescentes e Adultos, Centro de Referência Especializado para População de Rua. O trabalho com esses grupos têm a finalidade de fortalecer vínculos familiares e comunitários e para que isso aconteça uma das estratégias é proporcionar essas atividades externas que têm como objetivo viabilizar o acesso ao lazer, atividades culturais e esportivas, estimulando assim, o sentimento de pertença e reconhecimento comunitário.

DA VIGÊNCIA

O presente contrato deverá ter vigência e prazo de execução de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o prazo ser prorrogado de acordo com a Lei 8666/93.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Para suporte das despesas, indicamos as seguintes Dotações Orçamentárias:

D.O	P.A.	ELEMENTO	RECURSO
438	2078	3.3.90.39	1000
438	2078	3.3.90.39	1934
443	2079	3.3.90.39	1000
453	6001	3.3.90.39	1000
453	6001	3.3.90.39	1934
463	6012	3.3.90.39	11726
475	2081	3.3.90.39	1000
475	2081	3.3.90.39	0941
480	2082	3.3.90.39	1000
480	2082	3.3.90.39	0941
480	2082	3.3.90.39	1712
491	. 2203	3.3.90.39	0941
491	2203	3.3.90.39	1941
508	2085	3.3.90.39	1000
508	2085	3.3.90.39	0941
508	2085	3.3.90.39	1942
514	. 6005	3.3.90.39	1000
514	6005	3.3.90.39	0941
514	6005	3.3.90.39	1770
530	2088	3.3.90.39	1000
537	2089	3.3.90.39	1940

Secretaria Municipal de Assistência Social

Rua: Tenente Sandro Luis Kampa, n° 182 – Pionelros – Fazenda Rlo Grande – PR – CEP: 83.820.000.

Fone: (41) 3608-7103 - CNPJ 95.422.986/0001-02







FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada em todos os termos, por servidores devidamente autorizados para esse fim, conforme segue Nestor Luiz Preza Júnior: matrícula nº 349630, como Fiscal de Gestão e Rita de Cássia de Sá Ribas, matrícula nº 359280, como Fiscal de Execução.

FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pelo Secretário Municipal de Assistência Social e anexada às provas de regularidade com Previdência Social – INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

Fiscalização:

Nestor luiz Preza Júnior

Rita de Cássia de Sá Riba: SMAS Decreto 6248/2022

Rita de Cássia de Sá Ribas Fiscal de Execução

Giuliana Dal Toso Marcondes Secretária Municipal de Assistência Social Decreto: 6228/2022

Fazenda Rio Grande, 07 de Fevereiro de 2023.

Ilma Sra. Roberta Maria do Sacramento Espíndula de Jesus Secretário Municipal de Administração



ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

Rua Jacarandá, 300 - Nações - Fazenda Rio Grande

CEP: 83823-901 CNPJ: 95.422.986/0001-02 Telefone: (41) 3627-8500 E-mail: fiscalfrg@hotmail.com Site: http://www.fazendariogrande.pr.gov.br



Solicitação de Compra Nº 190/2023

Solicitante:

Carina de Faria Mondini

Data da Solicitação: 22/03/2023

Organograma:

3200100032 - SM ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Local de Entrega:

Ginásio Gurizão - SMELJ

Objeto:

Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou

van, com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria.

Justificativa:

Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de viagens externas a serem executadas palas equipes de rendimento o qual representarão o Município em competições de nível Estadual e Nacional, com viagens já programadas para cidades do interior do Estado do

Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, contemplando todas as modalidades de alto rendimento como Futsal, Voleibol, Handebol e Basquetebol. Atenderemos também as atividades desenvolvidas pelos Projetos Sociais e de Lazer, bem jogos e atividades já previstas no

desenvolvidas pelos Projetos Sociais e de Lazer, bem jogos e atividades já previstas no calendário das Competições Oficiais do Estado do Paraná, como Jogos Escolares, Jogos da Juventude e Jogos Abertos do Paraná, contemplará também as atividades realizadas pelas

demais secretárias municipais.

Observações:

Desdobramento:

Fundamento Legal:

Justificativa Valores:

Prazo Execução:

Modalidade:

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	19110030-1	500,00	D	Aluguel de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro - para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.	1.658,3300	829.165,00
2	19110031-1	130,000,00	KM	Aluguel de ônibus tipo EXECUTIVO, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclinávels; ar condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passelos intermunicipais ou interestaduais.	11,0300	1.433.900,00
3	18531108-1	500,00	D	Diária para a empresa locadora de ônibus executivo - para custeio de despesas em viagens onde há necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aquardo, parado.	991,6700	495,835,00
4	19110032-1	500,00	D	Aluguel de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máxino 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro - para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.	1.211,6700	605.835,00

Dotações Utilizadas:

Dotagoes offitzadas.			
Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
833 - 32,001,27,812,0047,2214,3,3,90,39,00	Manutenção das Atividades da SM de Esporte	00000.000000.01.07.	0,00
		00.00,1,500,0000	
842 - 32,001.13.392.0047.2224,3,3.90,39,00	Manutenção da Banda e Fanfarra Municipal	00000.00000.01.07.	0,00
		00.00.1.500.0000	

Fazenda Rio Grande, 22 de Março de 2023.

Preço Total:

3.364.735,00



ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

Rua Jacarandá, 300 - Nações - Fazenda Rio Grande CEP: 83823-901 CNPJ: 95.422.986/0001-02 Telefone: (41) 3627-8500

E-mail: fiscalfrg@hotmail.com Site: http://www.fazendariogrande.pr.gov.br



Solicitação de Compra Nº 191/2023

Solicitante:

Karine souza Dias

Data da Solicitação: 22/03/2023

Organograma:

0300100000 - SM de Saúde Ginásio Gurizão - SMELJ

Local de Entrega: Objeto:

Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou

van. com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria.

Justificativa:

Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de viagens externas a serem executadas palas equipes de rendimento o qual representarão o Município em competições de nível Estadual e Nacional, com viagens já programadas para cidades do interior do Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, contemplando todas as modalidades de alto

rendimento como Futsal, Voleibol, Handebol e Basquetebol. Atenderemos também as atividades desenvolvidas pelos Projetos Sociais e de Lazer, bem jogos e atividades já previstas no calendário das Competições Oficiais do Estado do Paraná, como Jogos Escolares, Jogos da Juventude e Jogos Abertos do Paraná, contemplará também as atividades realizadas pelas

demais secretárias municipais.

Observações:

Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de atividades externas a serem executadas pelos setores desta secretaria de Saúde, a necessidade de transporte de pacientes para exames e consultas em hospitais de Curitiba e região, os pacientes que fazem tratamento

de hemodiálise bem como a gestantes que necessitam de transporte de qualidade.

O trabalho com esses grupos têm a finalidade de manter a saúde e bem-estar dos pacientes, visando o princípio do direito a saúde garantido pelo SUS, e para que isso aconteça uma das

estratégias é proporcionar o transporte com conforto e qualidade, estimulando assim, o

sentimento de pertença e reconhecimento a estes pacientes que já se encontram tão debilitados. Também há a necessidade de transportes de medicamentos e produtos hospitalares dentro do município, e também a retirada de insumos nas regionais em Curitiba e Piraquara, insumos esses que são dispensados pelas Unidades Básicas de Saúde, e para manter esse abastecimento

necessitamos de transporte adequado.

Desdobramento:

Fundamento Legal:

Justificativa Valores:

Prazo Execução:

"odalidade:

າເພດຣ solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	19110030-1	720,00	D	Aluguel de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro - para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.	1.658,3300	1.193.997,60
2	19110032-1	3.240,00	D	Aluguel de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máxino 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro - para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.	1.211,6700	3,925.810,80

Preço Total: 5.119.808.40

Dotações Utilizadas:

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
235 - 15.001.10.301.0041.2051.3.3.90.39.00	Manutenção das Atividades - Bloco de Gestão ADM	00303.00303.01.02.	0,00
		00,00.1.500.1002	
261 - 15.002.10.301.0041.2054.3.3.90.39.00	Manutenção das Atividades - Bloco de Gestão Básica	00303.00303.01.02.	0,00
		00,00.1.500.1002	
278 - 15.003.10.305.0041.2056.3.3.90.39.00	Manutenção das Atividades - Bloco de Vigilância em Saúde	00494.00494.09.02.	0,00
		06.20.1.600.0000	
294 - 15.004.10.303,0041.2058.3.3.90,39,00	Manutenção das Atividades - Bloco de Assistência Farmacêutica	00000.00000.01.07.	0,00
		00.00.1.500.0000	
315 - 15.005.10.302.0041.2204.3.3.90.39.00	Manutenção das Atividades - Atenção Especializada em Saúde	00000.00000.01.07.	00,00



ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

Rua Jacarandá, 300 - Nações - Fazenda Rio Grande nullCNPJ: 95.422.986/0001-02null

E-mail: fiscalfrg@hotmail.com Site: http://www.fazendariogrande.pr.gov.br



Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
	<u></u>				Estimado	Estimado

323 - 15.005.10.302.0041.2205.3.3.90.39.00

Manutenção das Atividades - Urgência e Emergência

00.00.1.500.0000 00303.00303.01.02. 00.00.1.500.1002

0,00

Fazenda Rio Grande, 22 de Março de 2023.



Obieto:

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

Rua Jacarandá, 300 - Nações - Fazenda Rio Grande

CEP: 83823-901 CNPJ: 95.422.986/0001-02 Telefone: (41) 3627-8500 E-mail: fiscalfrg@hotmail.com Site: http://www.fazendariogrande.pr.gov.br



63.773,34

Preço Total:

Data da Solicitação: 22/03/2023

Solicitação de Compra Nº 193/2023

Solicitante: Andressa Camilo

Organograma: 3600100000 - SM de Cultura e Turismo

Local de Entrega: Ginásio Gurizão - SMELJ

Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou

van, com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria.

Justificativa: Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de viagens externas a serem

executadas palas equipes de rendimento o qual representarão o Município em competições de nível Estadual e Nacional, com viagens já programadas para cidades do interior do Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, contemplando todas as modalidades de alto

rendimento como Futsal, Voleibol, Handebol e Basquetebol. Atenderemos também as atividades desenvolvidas pelos Projetos Sociais e de Lazer, bem jogos e atividades já previstas no calendário das Competições Oficiais do Estado do Paraná, como Jogos Escolares, Jogos da

Juventude e Jogos Abertos do Paraná, contemplará também as atividades realizadas pelas demais secretárias municipais.

Observações:

Desdobramento:

Fundamento Legal:

Justificativa Valores:

Prazo Execução:

Modalidade:

Itens solicitados:

Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	19110030-1	10,00	D	Aluguel de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro - para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Redião Metropolitana.	1.658,3300	16.583,30
2 ~	19110031-1	3.000,00	КМ	Aluguel de ônibus tipo EXECUTIVO, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poítronas reclinávels; ar condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais.	11,0300	33.090,00
3	18531108-1	2,00	D	Diária para a empresa locadora de ônibus executivo - para custeio de despesas em viagens onde há necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.	991,6700	1.983,34
4	19110032-1	10,00	D	Aluguel de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máxino 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro - para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.	1.211,6700	12.116,70

Dotações Utilizadas:

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
911 - 36.001.13.392.0046,2019.3,3,90.39,00	Manutenção das Atividades da SM de Cultura	00000.00000.01.07.	0,00
		00.00,1,500.0000	
920 - 36.001,13,392.0046,2020,3,3,90,39.00	Manutenção do Centro de Artes e Esporte Integrado	00000.00000.01.07.	0,00
		00,00.1,500,0000	
937 - 37.001.13.392.0048.2142.3.3,90.39.00	Fundo Municipal da Cultura	00000.00000.01.07.	0,00
		00.00.1.500.0000	·



ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

Rua Jacarandá, 300 - Nações - Fazenda Rio Grande nullCNPJ: 95.422.986/0001-02null E-mail: fiscalfrg@hotmail.com Site: http://www.fazendariogrande.pr.gov.br



Itens solicitados:

			71		 	
Item	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado

Fazenda Rio Grande, 22 de Março de 2023.



ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RÍO GRANDE

Rua Jacarandá, 300 - Nações - Fazenda Rio Grande

CEP: 83823-901 CNPJ: 95.422,986/0001-02 Telefone: (41) 3627-8500 E-mail: fiscalfrg@hotmail.com Site: http://www.fazendariogrande.pr.gov.br



615.068,75

Preço Total:

Solicitação de Compra Nº 195/2023

Solicitante:

Cássia

Data da Solicitação: 23/03/2023

Organograma:

1000100010 - SM ASSISTÊNCIA SOCIAL

Local de Entrega:

Ginásio Gurizão - SMELJ

Objeto:

Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou

van, com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria.

Justificativa:

Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de viagens externas a serem executadas palas equipes de rendimento o qual representarão o Município em competições de nível Estadual e Nacional, com viagens já programadas para cidades do interior do Estado do

nível Estadual e Nacional, com viagens já programadas para cidades do interior do Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, contemplando todas as modalidades de alto

rendimento como Futsal, Voleibol, Handebol e Basquetebol. Atenderemos também as atividades desenvolvidas pelos Projetos Sociais e de Lazer, bem jogos e atividades já previstas no calendário das Competições Oficiais do Estado do Paraná, como Jogos Escolares, Jogos da Juventude e Jogos Abertos do Paraná, contemplará também as atividades realizadas pelas

demais secretárias municipais.

Observações:

referente processo 7926/2023

Desdobramento:

Fundamento Legal:

Justificativa Valores:

Prazo Execução:

Modalidade:

Itens solicitados:

ltem.	Código	Qtd.	Unid.	Especificação	Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
1	19110030-1	125,00	D	Aluguel de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro - para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.	1.658,3300	207.291,25
2	19110031-1	12.000,00	KM	Aluguel de ônibus tipo EXECUTIVO, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais.	11,0300	132.360,00
3	18531108-1	125,00	D	Diária para a empresa locadora de ônibus executivo - para custeio de despesas em viagens onde há necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.	991,6700	123.958,75
4	19110032-1	125,00	D	Aluguel de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máxino 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro - para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.	1.211,6700	151.458,75

Dotações Utilizadas:

Dotação	Descrição	Recurso	Valor Previsto:
438 - 17.001,08,244,0049,2078,3,3,90,39,00	Serviços de Proteção Atendimento Integral a Família	00000.00000.01.07.	0,00
		00.00.1.500.0000	
438 - 17.001.08.244.0049.2078,3.3,90,39,00	Serviços de Proteção Atendimento Integral a Família	01934.00934.09.06.	0,00
440 47 444 44 44 44 44 44 44 44 44 44 44 44		06.06.1.660.0000	
443 - 17.001.08.241.0049.2079.3.3.90.39.00	Manutenção do Projeto amigos da Melhor Idade	00000.00000.01.07.	0,00
		00.00.1.500.0000	
453 - 17.001.08.243.0049.6001.3.3.90,39,00	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	00000.00000.01.07.	0,00
450 4700 400 000 000 000 000 000 000 000 0		00.00.1.500.0000	
453 - 17.001.08.243.0049.6001.3.3.90.39.00	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos	01934.00934.09.06.	0,00
47. 47.004.00.010.010.010.010.010.010.01		06.06.1.660.0000	
463 - 17.001.08.243.0049.6012,3,3,90,39,00	Programa Criança Feliz	11726.01006.03.99.	0,00
		01.01.1.898.0000	
475 - 17.002.08.244.0049.2081.3.3.90.39.00	Serviços de Proteção e atendimento Especializado a Família e	00000.00000.01.07.	0,00



ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

Rua Jacarandá, 300 - Nações - Fazenda Rio Grande nullCNPJ: 95.422.986/0001-02null

E-mail: fiscalfrg@hotmail.com Site: http://www.fazendariogrande.pr.gov.br



Itens solicitados:

ltem	Código	Qtd.	Unid.	Especificação		Preço Unit. Estimado	Preço Total Estimado
			in	divíduo - PAE	00.00.1.5	500.0000	
475 - 1	17.002.08.244.004	9.2081.3.3.90.39	_	erviços de Proteção e atendimento Especializado a Familia e divíduo - PAE		941.09.06. 860.0000	0,00
480 - 1	17.002.08.244,004	9.2082.3.3.90.39	.00 S	erviço Especializado para Pessoa em situação de Rua	00000.000	000.01.07. 500.0000	0,00
180 - 1	17.002.08.244.004	19,2082,3,3,90,39	.00 S	erviço Especializado para Pessoa em situação de Rua		941.09.06.	0,00
480 - 1	17,002.08.244,004	19.2082.3.3.90.39	.00 S	erviço Especializado para Pessoa em situação de Rua	01712.010	005.09.99. 398.0000	0,00
191 - 1	17.002.08.244.004	19. 2203.3.3.90.3 9	.00 S	erviços de Abordagem Social	00941.009	941.09.06.	0,00
191 - 1	17,002.08.244,004	9.2203,3,3,90,39	.00 S	erviços de Abordagem Social	01941.010	360.0000 007.03.99.	0,00
508 - 1	17.003.08.244.004	19,2085,3,3,90,39	.00 S	erviço de Acolhimento para Pessoas em situação de Rua	00000.000	702.0000 000.01.07.	0.
508 - 1	17.003.08.244.004	19.2085,3.3.90,39	.00 S	erviço de Acolhimento para Pessoas em situação de Rua	00941.009	500.0000 941.09.06.	0,00
508 - 1	17.003.08.244.004	19.2085.3.3.90.39	.00 S	erviço de Acolhimento para Pessoas em situação de Rua	01942.010	660.0000 007.03.99.	0,00
514 - 1	17.003.08.243.004	19.6005.3.3.90.39	.00 S	erviços de Acolhimento para Crianças e adolescentes	00000.000	702.0000 000.01.07.	0,00
514 - 1	17.003.08.243.004	19.6005.3.3.90.39	.00 S	erviços de Acolhimento para Crianças e adolescentes	00941.009	500.0000 941.09.06.	0,00
5 14 - 1	17.003.08.243.004	19.6005.3.3.90.39	.00 S	erviços de Acolhimento para Crianças e adolescentes	01770.010	360.0000 005.03.99.	0,00
530 - 1	17.004.08.244.004	19.2088.3.3.90.39		lanutenção das Atividades do Componente para Qualificação da	00000.000		0,00
537 - 1	17.004.08.244.004	19.2089.3.3.90.39		estão lanutenção IGD PB	01940.009	500.0000 940.09.06. 660.0000	0,00

Fazenda Rio Grande, 23 de Março de 2023.



ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE [FCPR] - Comprovante de Parecer

Página: 1 / 1 Data: 20/04/2023



Dados Processo:

Número do Processo: 000017437/2023

Número Único: JHI.LSE.CBK-E9

Requerente: SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENUDE - SMELJ FRG

Procedência:

Interna

Assunto: Memorando Sito

Situação:

Em análise

Data Abertura: 22/03/2023 11:04 AM

Dados Parecer:

Organograma:

Abertura Licitação

Encerrou Processo?

Não

Descrição Parecer:

Encaminho o processo ao contábil para análise e parecer.

Data Parecer: 20/04/2023 3:40 PM

11



ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

Rua Jacarandá, 300 - Nações - Fazenda Rio Grande - PR CEP: 83823-901 CNPJ: 95.422.986/0001-02 Telefone: (41) 3627-8500 E-mail: fiscalfrg@hotmail.com Site: www.fazendariogrande.pr.gov.br

Nº Coleta	Data da Coleta	Data da Validade	Item	Fornecedor	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Venceu
Material: 19	9-11-0032-Alu	guel de veiculo	tip:	o VAN, com capacidade mínima de 12			· · ·		
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	1	J MARCONDES TRANSPORTES LTDA		3.875,00	1.100,00	4.262.500,00	Sim ***
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	1	RIMATUR TRANSPORTES LTDA		3.875,00	1.265,00	4.901.875,00	Não
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	1	EXPRESSO LC TRANSPORTES E TURISMO LTDA		3.875,00	1.270,00	4.921.250,00	Não
					ı	Preço Médio →	1.211,67	4.695.221,25	
Material: 19	9-11-0030-Alu	guel de ônibus	tipo	CONVENCIONAL, com capacidade mínima					
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	2	J MARCONDES TRANSPORTES LTDA		1.355,00	1.500,00	2.032.500,00	Sim ***
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	2	RIMATUR TRANSPORTES LTDA		1.355,00	1.725,00	2.337.375,00	Não
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	2	EXPRESSO LC TRANSPORTES E TURISMO LTDA		1.355,00	1.750,00	2.371.250,00	Não
					F	reço Médio>	1.658,33	2.247.037,15	
Material: 19	9-11-0031-Alu	guel de ônibus	tipo	EXECUTIVO, com capacidade mínima de					
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	3	J MARCONDES TRANSPORTES LTDA		145.000,00	9,80	1.421.000,00	Sim ***
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	3	RIMATUR TRANSPORTES LTDA		145,000,00	11,30	1.638.500,00	Nāo
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	3	EXPRESSO LC TRANSPORTES E TURISMO LTDA		145.000,00	12,00	1.740.000,00	Não
					F	reço Médio>	11,03	1.599.350,00	
Material: 18	3-53-1108-Diár	ia para a empr	esa	locadora de ônibus executivo					
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	4	J MARCONDES TRANSPORTES LTDA		627,00	900,00	564.300,00	Sim ***
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	4	RIMATUR TRANSPORTES LTDA		627,00	1,035,00	648.945,00	Não
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	4	EXPRESSO LC TRANSPORTES E TURISMO LTDA		627,00	1.040,00	652.080,00	Não
					F	reço Médio>	991,67	621.777,09	
					Pro	ço Médio Total>	· 3.872,70	Rubrica 9.163.385	



PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

ESTADO DO PARANÁ

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO



Protocolo nº17437/2023

Fazenda Rio Grande, 20 de abril de 2023

Da Divisão de Compras e Licitação

Para: Divisão Contábil

Mauro Antônio Pedroso CRC/PR 044724/0-9

Solicito informações se o objeto solicitado está de acordo com a ordem orçamentária - LOA e compatível com o PPA e LDO e informações de ordem financeira, se há previsão de recursos ORÇAMENTÁRIOS e FINANCEIROS, para realização do procedimento Licitatório;

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e van, com motorista, a fim de suprir as necessidades das Secretárias Municipais de Esporte, Lazer e Juventude, Saúde, Cultura e Assistência Social.

Valor: R\$ 9.163.385,49 (nove milhões cento e sessenta e três mil trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)

Forma de Pagamento: em até 30 (trinta) dias após a emissão da NF e de acordo com a disponibilidade financeira.

Dotações Orçamentárias:

Código Reduzido	Funcional	Fonte	Secretaria
833	32.001.27.812.0047.2214.3.3.90.39	1000	SMELJ
842	32.001.13.392.0047.2224.3.3.90.39	1000	SMELJ
235	15.001.10.301.0041.2051.3.3.90.39	1303	SMS
261	15.002.10.301.0041.2054.3.3.90.39	1303	SMS
278	15.003.10.305.0041.2056.3.3.90.39	1494	SMS
294	15.004.10.303.0041.2058.3.3.90.39	1000	SMS
315	15.005.10.302.0041.2204.3.3.90.39	1000	SMS
323	15.005.10.302.0041.2205.3.3.90.39	1303	SMS
911	36.001.13.392.0046.2019.3.3.90.39	1000	SMC



PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

ESTADO DO PARANÁ

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO





Protocolo nº17437/2023

920	n°17437/2023	1000	SMC
	36.001.13.392.0046.2020.3.3.90.39		
937	37.001.13.392.0046.2142.3.3.90.39	1000	SMC
438	17.001.08.244.0049.2078.3.3.90.39	1000	SMAS
438	17.001.08.244.0049.2078.3.3.90.39	1934	SMAS
443	17.001.08.241.0049.2079.3.3.90.39	1000	SMAS
453	17.001.08.243.0049.6001.3.3.90.39	1000	SMAS
453	17.001.08.243.0049.6001.3.3.90.39	1934	SMAS
463	17.001.08.243.0049.6001.3.3.90.39	11726	SMAS
475	17.002.08.244.0049.2081.3.3.90.39	1000	SMA
475	17.002.08.244.0049.2081.3.3.90.39	1941	SMAS
480	17.002.08.244.0049.2082.3.3.90.39	1000	SMAS
480	17.002.08.244.0049.2082.3.3.90.39	1941	SMAS
480	17.002.08.244.0049.2082.3.3.90.39	1712	SMAS
491	17.002.08.244.0049.2203.3.3.90.39	0941	SMAS
491	17.002.08.244.0049.2203.3.3.90.39	1941	SMAS
508	17.003.08.244.0049.2085.3.3.90.39	1000	SMAS
508	17.003.08.244.0049.2085.3.3.90.39	0941	SMAS
508	17.003.08.244.0049.2085.3.3.90.39	1942	SMAS
514	17.003.08.243.0049.6005.3.3.90.39	1000	SMAS
514	17.003.08.243.0049.6005.3.3.90.39	0941	SMAS
514	17.003.08.243.0049.6005.3.3.90.39	1770	SMAS
530	17.004.08.244.0049.2088.3.3.90.39	1000	SMAS
537	17.004.08.244.0049.2089.3.3.90.39	1940	SMAS

Declaramos que a análise da regularidade orçamentaria e legal é feita pelo órgão solicitante, de acordo com as informações constantes no processo e epigrafe em conformidade com o que dispõe os Art. 16 e 17 da LC 101/00.

Kethelyn Millena Colaço de Oliveira Compras e Licitação

Matricula: 360201



ESTADO DO PARANÁMUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

Relação de Despesas

ENTIDADE(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

Página: 1 / 4
Data de emissão: 20/04/2023
Exercício de 2023

Despesa: Saldo Atual

ESPECIFICAÇÕES		SALDO ATUAL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE		
15.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / BLOCO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA		133,917,8
2.051 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - BLOCO DE GESTÃO ADM		133.917,8
235 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)	133.917,8
15.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / BLOCO DA ATENÇÃO BÁSICA		1.451.747,7
2.054 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - BLOCO DE GESTÃO BÁSICA		1,451,747,7
261 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)	323.028,4
261 - 3.3,90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00383.01005.03.02.01.01.1.632.0000 - PROGRAMA DE INCENTIVO A ORGANIZAÇÃO DA	50,720,4
261 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00383.01005.03.02.01.01.2.632.0000 - PROGRAMA DE INCENTIVO A ORGANIZAÇÃO DA	272,022,9
261 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00494.00494.09.02.06.20.1.600.0000 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	28,385,9
261 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	01016.01016.12.99.00.00.2.706.3110 - EMENDAS INDIVIDUAIS IMPOSITIVAS -	500.000,0
261 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	01017.01017.12.99.00.00.2.749.0000 - EMENDAS DE BANCADAS (ART. 166, § 12 E.C	277.590,0
15.003 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / BLOCO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE	`	33.990,
2.056 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE		33,990,
278 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00383.01005.03.02.01.01.2.632.0000 - PROGRAMA DE INCENTIVO A ORGANIZAÇÃO DA	25.000,0
278 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00494.00494.09.02.06.20.1.600.0000 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	7.802,0
278 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00510.00510.01.07.00.00.1.753.0000 - TAXAS - EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA	1.187,8
15.004 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / BLOCO DA ASSISTÊNCIA FARMACEUTIC	:A	7.346,
2.058 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - BLOCO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTI	CA /	7.346,
294 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	7.346,
15.005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE / BLOCO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDA	DE . \ {	1.816.695,
2.204 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE		741.906
315 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	383.181,
315 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)	8.336,
315 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00369.00369.09.02.05.20.1.621,0000 - SERVIÇOS PRESTADOS SUS / FATURAMENTOS AIH'S	3.682,
315 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00369.00369.09.02.05.20.2.621.0000 - SERVIÇOS PRESTADOS SUS / FATURAMENTOS AIH'S	128.668,
315 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00383.01005.03.02.01.01.2.632.0000 - PROGRAMA DE INCENTIVO A ORGANIZAÇÃO DA	206.037,
315 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00494.00494.09.02.06.20.1.600,0000 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	12.000,
2.205 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - URGÊNCIA E EMERGÊNCIA		1.074.789,
323 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 - SAÚDE - RECEITAS VINCULADAS (EC 29/00 - 15%)	628,
323 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00383.01005.03.02.01.01.2.632.0000 - PROGRAMA DE INCENTIVO A ORGANIZAÇÃO DA	762.000,



ESTADO DO PARANÁ MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

Relação de Despesas

ENTIDADE(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

Página; 2 / 4
Data de emissão: 20/04/2023

Exercício de 2023 Despesa: Saldo Atual

ESPECIFICAÇÕES		SALDO ATUAL
323 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00494,00494.09.02.06.20.1.600.0000 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS	312.160,54
17.001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / BLOCO DE FINANCIAME	INTO DA PROTEÇÃO BÁSICA	115.800,08
2.078 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA		38.646,55
438 - 3,3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	31,388,23
438 - 3,3,90,39,00,00,00,00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00934.00934.09.06.06.06.1.660.0000 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL	7.258,32
2.079 - MANUTENÇÃO DO PROJETO AMIGOS DA MELHOR IDADE		67,000,00
443 - 3,3,90,39,00,00,00,00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000.00000.01.07,00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	67.000,00
6.001 - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS		6.033,53
453 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	833,40
453 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00934,00934.09.06.06.06.1.660.0000 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL	5,200,13
6,012 - PROGRAMA CRIANÇA FELIZ		4.120,00
463 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	01726.01006.03,99.01.01.1.700.0000 - PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS FONTE	4.120,00
17.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / BLOCO DE FINANCIAME	ENTO DA PROTEÇÃO ESPECIAL - MC	156.756,48
2.081 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIA		64.919,60
475 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000,00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	61.040,92
475 - 3.3,90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00941.00941.09.06.06.26.1.660.0000 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL	3.878,68
2.082 - SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA		25.516,88
480 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	870,88
480 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00712.01005.09.99.05.01.1.898.0000 - PROGRAMA ESTADUAL - PPAS II CENTRO POP	20.746,00
480 - 3.3,90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00941.00941.09.06.06.26.1.660.0000 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL	3.900,00
2.203 - SERVIÇOS DE ABORDAGEM SOCIAL		66.320,00
491 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000.00000.01,07.00.00.2.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	0,00
491 - 3.3,90.39,00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00941.00941.09.06.06.26.1.660.0000 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL	470,00
491 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00941.01007.03.99.01.03.1.702.0000 - CEAS/PR DELIBERAÇÃO 51/2016 EXPANSÃO PARA	65.850,00
17,003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / BLOCO DE FINANCIAME	ENTO DA PROTEÇÃO ESPECIAL - AC	125.035,44
2.085 - SERVIÇO DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA		57.849,87
508 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	57.849,87
508 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00941.00941.09.06.06.26.1.660.0000 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL	8.449,84
508 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00942.01007.03.99.01.03.1.702.0000 - CEAS/PR DELIBERAÇÃO 51/2016 EXPAMSÃO PARA	5 ³ 0 ³ 22.366,04



ESTADO DO PARANÁMUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE

Relação de Despesas

ENTIDADE(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

Página: 3 / 4
Data de emissão: 20/04/2023

Exercício de 2023 Despesa: Saldo Atual

ESPECIFICAÇÕES		SALDO ATUAL
6.005 - SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	•	67.185,57
514 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000,00000,01,07,00,00,1,500,0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	53.968,91
514 - 3.3,90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00770.01005.03.99.01.18.1.898.0000 - FEAS PPA IV	6,916,66
514 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00941.00941.09.06.06.26.1.660.0000 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL	6.300,00
17.004 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / COMPONENTES PARA (QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO	36,909,49
2.088 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO COMPONENTE PARA QUALIFICAÇÃ	Ó DA GESTÃO	15.915,98
530 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	15,915,98
2.089 - MANUTENÇÃO IGD PB		20.993,51
537 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00940.00940.09.06.06.25.1.660.0000 - BLOCO DE FINANCIAMENTO DA GESTÃO DO	20,993,51
32.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE / SM DE	ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	72.184,30
2,214 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SM DE ESPORTE	,	34.598,86
833 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	34.598,86
2.224 - MANUTENÇÃO DA BANDA E FANFARRA MUNICIPAL		37.585,44
842 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	37.585,44
6.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO / SM DE CULTURA I	E TURISMO	112.859,51
2.019 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SM DE CULTURA		86.060,54
911 ~ 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000.00000.01,07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	83.863,25
911 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	2.197,29
2.020 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ARTES E ESPORTE INTEGRADO		26.798,97
920 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	26,798,97
37.001 - FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA / FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA		80,000,00
2.142 - FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA		00,000,08
937 - 3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA	00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS (LIVRES)	Co 80,000,00
	Total Entidade: 근	80.000,00 4.143.243,60

Página: 4 / 4
Data de emissão: 20/04/2023
Exercício de 2023

Despesa: Saldo Atual

ESPECIFICAÇÕES SALDO ATUAL

Total Geral: 4.143.243,60

Fazenda Rio Grande, 20/04/2023

Na presente data as Dotações Orçamentárias incluídas no processo encontramse com saldo insuficiente e NÃO atendem os requisitos da despesa a serem utilizadas na execução do objeto. Por se tratar de Registro de Preços onde a contratação não é obrigatória, antes da efetiva aquisição do serviço se faz necessário verificar a disponibilidade financeira da D.O., a qual não sendo suficiente para suprir a referida aquisição deverá ser suplementada. Por ser Aquisição através de Registro de Preços não há a necessidade do bloqueio do Saldo da Dotação.

> Assinado de forma digital por MAURO ANTONIO PEDROSO:428354 37991 Dados: 2023.04.20 16:18:26-03'00'





PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

Secretaria Municipal de Administração

Divisão de Compras e Licitações



Protocolo nº: 17437/2023

Memorando nº: 067/2023 SMELJ

Requerente: Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.

Ao Jurídico.

Considerando que há Ata de Registro de Preço nº 011/2022 vigente até 26/04/2023. com objeto semelhante, e por tratar-se de Contratação de empresa para a prestação de servicos de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van. com motorista, a fim de suprir as necessidades das Secretárias Municipais. Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, remeto o processo para análise e parecer, com propósito de verificar a possibilidade de atender o solicitado.

Fazenda Rio Grande, 20 de abril de 2023.

Documento assinado digitalmente GOLOT KETHELYN MILLENA COLACO DE OLIVEIRA Data: 20/04/2023 16:22:47-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Kethelyn Millena Colaço de Oliveira Matricula 360201 Divisão de Compras e Licitações



MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO PARECER Nº 213/2023

Processo nº 17437/2023

Interessado: Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude

Objeto: Modalidade de licitação

Pretende o Município de Fazenda Rio Grande, consoante requerimentos da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, a contratação de serviços de locação de ônibus e vans com motorista.

Da análise do processo administrativo, temos que:

O processo teve inicio com as requisições da Secretaria interessada, a Contabilidade informou a dotação orçamentária correspondente e o processo foi autorizado pelo Prefeito.

Constata-se pelas informações do processo em epígrafe, que os objetos pretendidos podem ser objetivamente definidos no edital.

Isto posto, esta Procuradoria verifica que, nos termos legais, estão presentes os requisitos para que a licitação ocorra pela modalidade Pregão, devendo ser realizado preferencialmente na forma eletrônica. Caso opte pela forma presencial, deverá ser devidamente justificado. Observe-se que, em se tratando de repasse de verbas federais, é necessária a realização preferencialmente na forma eletrônica, havendo que, a impossibilidade de dar-se desta forma ser devidamente justificada.

Ressalte-se que os critérios e a análise de mérito (oportunidade e conveniência do pedido) e o interesse público da contratação constituem análise técnica do solicitante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento licitatório, pelo que, o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento.

É o parecer.

Fazenda Rio Grande/PR, 20 de abril de 2023.

FABIO JULIO (Assinado de forma digital por FABIO JULIO NOGARA Dados: 2023.04.20 16:43:44 -03'00'

Fábio Júlio Nogara Procurador do Município Matrícula 350.950 OAB/PR 41.224 Compras & Licitor GG FIs.
Rubrica



Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande



Protocolo n ⁹ 17437/2023 Requerente: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE LAZER E JUVENTUDE

Ofício nº: 067/2023 - SMELJ

À diretora de compras, segue para análise, após encaminhar ao gabinete para autorização do prefeito.

GOV.DT KETHELYN MILLENA COLACO DE OLIVEIRA
Data: 20/04/2023 16;47:01-0300
Verifique em https://validar.lti.gov.br

Kethelyn Millena Colaço de Oliveira Matricula 360201 Divisão de Compras e Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

ESTADO DO PARANÁ.

DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO



Em. 24 de abril de 2023

Ao Gabinete do Prefeito:

Marco Antonio Marcondes Silva

Em atenção ao **Protocolo** nº 17437/2023 – "contratação de empresa para realizar a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e van com motorista para suprir as necessidades das Secretarias Municipais de Esporte Lazer e Juventude, Saúde e Assistência Social" e considerando, que o mesmo tramitou pelos setores competentes, em vistas e atendeu ao **Decreto Municipal** nº 4628/2017.

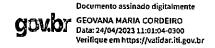
- 1. memorando inicial, termo de referência, documentação e certidões
- 2. mapa comparativo de preços;
- indicação de recursos de Ordem Orçamentaria e Finançeira;
- 4. Parecer do procedimento licitatório, indicando a regularidade, modalidade e o tipo de licitação do certame;

Solicito autorização para realização do procedimento, após correção de valor visto que foi acrescido demais informações que alteraram o valor da licitação

Modalidade: Pregão Eletrônico – Registro de Preçös

Valor Máximo: R\$ 9.163.385,49 (nove milhões cento e sessenta e três mil trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)

Atenciosamente.



Geovana Maria Cordeiro Diretora de Compras e Licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

ESTADO DO PARANÁ





Protocolo nº 17437/2023

Em, 24 de abril de 2023.

Considerando o ofício inicial, termo de referência do processo e cotações, informações do departamento de compras, parecer jurídico e informações de ordem orçamentárias contidos no presente processo, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório que tem por objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e van, com motorista, a fim de suprir as necessidades das Secretárias Municipais de Esporte, Lazer e Juventude, Saúde, Cultura e Assistência Social.

Modalidade: Pregão Eletrônico / Ata de Registro de Preço

Valor Máximo: R\$ 9.163.385,49 (nove milhões cento e sessenta e três mil trezentos e oitenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)

Fica o Departamento Jurídico observar a modalidade da licitação, com fiel observância à legislação e formalidades pertinentes em vigor.

Encaminhe-se para as providências necessárias.

Atenciosamente.

MARCO ANTONIO MARCONDES

por MARCO ANTONIO SILVA:04318688917 SILVA:043186889,17 Dados: 2023.04.24 11:58:44 -03'00'

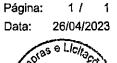
Marco Antonio Marcondes Silva Prefeito Municipal



ESTADO DO PARANÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

[FCPR] - Comprovante de Parecer





Dados Processo:

Número do Processo: 000017437/2023

Memorando

Número Único: JHI.LSE.CBK-E9

Requerente: SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENUDE - SMELJ FRG Procedência:

1

Interna

Assunto:

Situação:

Em análise

Data Abertura: 22/03/2023 11:04 AM

Dados Parecer:

rganograma:

Abertura Licitação

Encerrou Processo?

Não

Descrição Parecer:

Encaminho o processo a secretaria para enviar TR retificado.

Data Parecer: 24/04/2023 2:40 PM

15



ESTADO DO PARANÁ

Página:

17

Data: 26/04/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE [FCPR] - Comprovante de Parecer



Dados Processo:

Número do Processo: 000017437/2023

Número Único: JHI.LSE.CBK-E9

Requerente:

SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENUDE - SMELJ FRG

Procedência:

Interna

Assunto:

Memorando

Situação:

Em análise

Data Abertura: 22/03/2023 11:04 AM

Dados Parecer:

Irganograma:

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Encerrou Processo? Não

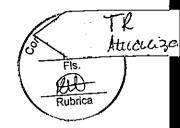
Descrição Parecer:

SEGUE ANEXO TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO

Data Parecer: 24/04/2023 3:28 PM

16





TERMO DE REFERÊNCIA

O presente termo visa estabelecer as especificações para contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria, conforme especificações abaixo:

LOTE 01 - VAN COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO			
1	3.875	UN	Locação diária de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro – para circulação em em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.			

LOTE 02 - ÔNIBUS CONVENCIONAL COM PAGAMENTO EM DIÁRIAS

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO				
2	1.355	UN	Locação diária de ónibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro – para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.				

LOTE 03 - ONIBUS EXECUTIVO COM PAGAMENTO POR OUIL OMETRAGEM/DIÁRIA

ITEM	QTE.	UND.	DESCRIÇÃO			
3	145.000	UN	Locação de ônibus tipo EXECUTIVO (por quilômetro rodado), com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar-condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais.			
.43	627	UN	Diária para a empresa locadora de ónibus executivo – para custeio de despesas em viagens onde há necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.			

JUSTIFICATIVA

Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de viagens externas a serem executadas palas equipes de rendimento o qual representarão o Município em competições de nível Estadual e Nacional, com viagens já programadas para cidades do





interior do Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, contemplando todas as modalidades de alto rendimento como Futsal, Voleibol, Handebol e Basquetebol. Atenderemos também as atividades desenvolvidas pelos Projetos Sociais e de Lazer, bem jogos e atividades já previstas no calendário das Competições Oficiais do Estado do Paraná, como Jogos Escolares, Jogos da Juventude e Jogos Abertos do Paraná, contemplará também as atividades realizadas pelas demais secretarias municipais.

OBJETO

Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades das Secretárias Municipais.

OBJETIVO GERAL

Atender a necessidade dos usuários das Secretarias Municipais.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Exigir o fiel cumprimento das obrigações da CONTRATADA; Atestar a execução do fornecimento e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Contrato; Efetuar o pagamento no prazo previsto; Emitir Ordem de Serviços e Autorizações específicas para a atuação da CONTRATADA; Comunicar, verbalmente, imediatamente à Contratada as irregularidades no desenvolvimento dos serviços, e no ato do recebimento da comunicação supracitada, a Contratada deverá atendê-la imediatamente, sob pena de descumprimento contratual.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Assumir integral exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento;

Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência desses danos; Executar os serviços de fretamento, a partir da data da disponibilização da nota de empenho (excluído o dia inicial), conforme necessidade do





Departamento de Logística das Secretarias, Prestar os serviços de fretamento rigorosamente de acordo com as especificações contidas no contrato e Anexos, parte integrante deste instrumento, sob pena de aplicação das sansões previstas neste edital. Se o serviço prestado estiver em desconformidade com as especificações, todas as despesas e os eventuais danos de qualquer natureza decorrentes serão atribuídos a CONTRATADA; Fornecer, quando solicitado pela CONTRATANTE, OS documentos necessários à avaliação dos serviços prestados devidamente preenchidos e assinados; Manifestar-se por escrito, sobre os ofícios que forem encaminhados pela CONTRATANTE, a partir da ciência, no prazo máximo de 48 horas, garantindo-lhe o acesso a documentos relativos ao objeto contratado;

Responsabilizar-se pelo total atendimento da especificação do serviço licitado, de acordo com formulário- proposta e Anexos, parte integrante deste instrumento. Se o serviço não corresponder as especificações solicitadas, será recusada e a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas neste edital de embasamento;

Utilizar ÔNIBUS com lotação de no mínimo quarenta e quatro (44) lugares, com todos os equipamentos de segurança instalados (cintos de segurança em número igual ao de passageiros, extintores de incêndio, tacógrafos), todos funcionando adequadamente, além da documentação exigida pela Urbanização de Curitiba S.A. - URBS, conformedecreto nº 014/2003 que "Disciplina o transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento". Providenciar o encaminhamento de veículos para a efetivação do transporte urbano de passageiros somente a pedido da CONTRATANTE (Departamento de Logística).

Apresentar os veículos em perfeitas condições de funcionamento e uso (com pneus, sistema de freios, lanternas de sinalização, faróis e toda a parte mecânica e elétrica revisada e em conformidade com as normas exigidas pelo DETRAN/URBS), além de documentação atualizada e oferecendo cobertura de riscos no Estado do Paraná, nos limites definidos pelo inciso VI do art. 3º do Decreto nº 014/2003. A CONTRATADA, quando solicitada para a prestação do serviço, deverá apresentar apólice de seguro acima mencionado. Responder, direta ou indiretamente, por quaisquer danos causados a CONTRATANTE, e aos passageiros ou a terceiros, por dolo ou culpa. Manter os veículos em perfeitas condições de uso de forma a não causar prejuízo ao andamento das

گئيرن چاپ چ



4 s. 1.g.

.

7(214)

3; 4

خرزال



atividades esportivas. Caso algum veículo apresente defeito, este deverá ser substituído imediatamente por outro, sendo que a manutenção do veículo deverá ser realizada pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE. A CONTRATADA se obriga a: Comunicar, verbalmente e imediatamente, a CONTRATANTE de eventuais ocorrências anormais verificadas na execução do contrato, no menor espaço de tempo possível; Atender, com a diligência possível, as determinações da CONTRATANTE, adotando todas as providências necessárias à regularização de faitas e irregularidades verificadas; Manter, durante a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a contratante; Responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes de acidentes de trabalho e de viagem, inclusive quanto a prejuízos ocorridos a terceiros. A contratada deverá respeitar as normas do DER (Departamento de estrada e rodagem) e ANTT(Agência Nacional de Transportes Terrestres) ; Atender, imediatamente, as requisições de correções feitas pela Contratante; Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis, posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

DA ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

As locações serão da seguinte forma: a) Um ônibus convencional circulará dentro do município, prestando os serviços de transporte dos usuários conforme solicitação e trajeto estipulado pelos coordenadores dos projetos da Secretarias Municipais. Tais locações não serão necessariamente executadas de forma contínua, sendo facultada ao solicitante a criação de um cronograma para melhor atendimento às suas atividades. Sendo assim, utilizaremos como unidade de medida, o quilômetro rodado; b) Um ônibus executivo será utilizado para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais. Sendo que, pela própria natureza dos serviços, estes não serão contínuos e a unidade de medida a ser utilizada será também o quilômetro rodado; c) Tendo em vista a possibilidade do ônibus executivo em sua natureza de prestação de serviços, necessitar por ventura, ficar por mais de 24 (vinte e quatro) horas à disposição do solicitante, parado em posição de aguardo, será paga também diária à empresa prestadora dos serviços, e servirá para

2355



40.1

47

 $i'\cdot \gamma_{-}$

34.) 30...

3, 3



cobrir gastos com motoristas, outros funcionários, eventual manutenção do veículo e demais gastos que houver, enquanto o ônibus estiver a serviço do solicitante; d) A contratante, ao identificar a necessidade da locação, deverá entrar em contato com a empresa contratada e obter junto a ela o quantitativo total de quilômetros a serem rodados para a execução do serviço, mesmo se este acontecer de forma contínua. Após, deverá encaminhar o quantitativo em anexo ao pedido formal para o Setor de Compras da Prefeitura Municipal, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data marcada para o início dos serviços; e) O Setor de Compras emitirá a Autorização de Fornecimento (com o número de empenho) à empresa. Após a emissão da referida Autorização de Fornecimento, fica a Contratada obrigada a entrar em contato com a Secretaria que solicitou o serviço para que esta lhe forneça o cronograma da execução dos mesmos, bem como a data, hora e local onde o ônibus deverá dar início aos serviços, tempo de permanência e demais informações correlatas para a boa execução de tais serviços.

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada emitodos os termos, por servidores devidamente autorizados para esse fim: Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude: Fernando Lima de Souza, matrícula 351345; Secretaria Municipal de Cultura: Andressa Camilo, matrícula 358385; Secretaria Municipal de Saúde: Karine Souza Dias, matrícula 351322; Secretaria de Assistência Social: Nestor Luiz Preza, matrícula 349630, nos termos da Lei nº 8.666/1993:

O presente contrato deverá ter vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua

assinatura, podendo o prazo ser prorrogado de acordo com a Lei 8666/93.

L.— Competirá ao fiscal do contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis; II. ÷ a fiscalização de que trata este item não exclui nemereduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade da Administração, ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993;

30 10



. c. .

100

...2

: •

V.

ing.



III — o fiscal do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando horário, dia, mês e ano, bem como o(s) nome(s) del funcionário(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, para as providências cabíveis;

IV — A Fiscalização referente às documentações (ônibus e motorista), condições do veículo e condições de rodagem, ficarão sob a responsabilidade do Setor de Frotas deste município; todos os veículos utilizados deverão ser, obrigatoriamente após vistoria do Setor de Frotas, cadastrados junto a este órgão, o qual emitirá atestado aprovando o veículo; A empresa deverá apresentar os seguintes documentos: a) Para viagens intermunicipais: comprovante de cadastro do veículo, emitido pela URBS; b) Para viagens interestaduais: comprovantes de cadastro do veículo, emitidos pela URBS e pelo DER — Departamento de Estradas e Rodagens; (Ver último processo)

V—A contratada também deverá cumprir o estabelecido no Manual do Transportador, com regras estabelecidas pelo DER para o transporte de passageiros dentro do Estado do Paraná, para viagens intermunicipais (inclusive RM – Região Metropolitana);

VI — A empresa deverá disponibilizar os veículos em perfeitas condições de uso, bom estado de conservação e com certificados de vistorias dos órgãos competentes, válidos, e possuir todos os itens de segurança previstos na legislação vigente. A contratada é a única responsável por toda manutenção preventiva e mão de obra especializada, limpeza e abastecimento do veículo;VII — Em caso de defeitos ou avarias no veículo, que impeçam seu funcionamento e/ou que necessitem de manutenção pelo período superior a 2 (duas) horas, será de inteira responsabilidade da contratada a substituição do mesmo, evitando prejuízo ao município;

VIII — A empresa contratada será responsável direta e exclusiva pela execução do objeto e consequentemente, respondendo civilmente, criminalmente e ambientalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução deste, venha direta ou indiretamente causar à Prefeitura Municipal ou a terceiros, sendo punida com sanções administrativas de acordo com a Lei nº 8666/93;

IX — Não poderá a adjudicatária recusar-se a prestar, os serviços solicitados na Autorização de Fornecimento/Empenho, mesmo em pequena quantidade.





FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em parcela única, através de depósito bancário, em até 30 días contados da apresentação da nota fiscal/fatura, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação e anexado às provas de regularidade com Previdência Social – INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

N,

٠; -

2 %

19,1 C

OUL

Elaborado por:

200

n.

4 4

¥...

X18 67

. .

* L. . .

14

त्र : च

.

'n

Fernando Lima de Souza

Diretor Geral

Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude

Decreto nº 6926/2023

De acordo:

Considerando os termos do Art. 7º, § 2º, Inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, APROVO o presente Termo de Referência e ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento de marca e/ou modelo do objeto em tela.

Paulo Eduardo dos Sanfos

Secretário Municipal

Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude

Decreto:6309/2022

.01



ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RI RANDE

Rua Jacarandá, 300 - Nações - Fazenda Rio Grande - PR

CEP: 83823-901 CNPJ: 95.422.986/0001-02 Telefone: (41) 3627-8500

E-mail: fiscalfrg@hotmail.com Site: www.fazendariogrande.pr.gov.br

Nº Coleta	Data da Coleta	Data da Validade	Item	Fornecedor	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preco Total	Venceu
Material: 99	9-01-0595-Loc	ação diária de	veíd	culo tipo VAN, com capacidade mínima de 12				Tropo Foldi	Venceu
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	1	J MARCONDES TRANSPORTES LTDA		3.875,00	1.100.00	4.262.500,00	Ci ***
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	1	RIMATUR TRANSPORTES LTDA		3.875.00	1.265,00	•	Sim ***
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	1	EXPRESSO LC TRANSPORTES E TURISMO LTDA		3.875,00	1.270,00	4.901.875,00	Não
	7					•	·	4.921.250,00	Não
Matarial: 00	1-01 0E0E L oo	oose dićii. J.	• • •	(* 881)		Preço Médio>	1.211,67	4.695.221,25	
		ação diaria de	onir	ous tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima					
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	2	J MARCONDES TRANSPORTES LTDA		1.355,00	1.500,00	2.032.500,00	Sim ***
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	2	RIMATUR TRANSPORTES LTDA		1.355,00	1.725,00	2.337.375,00	Não
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	2	EXPRESSO LC TRANSPORTES E TURISMO LTDA		1.355,00	1.750,00	2.371.250,00	Não
						Preço Médio>	1.658,33	2.247.037,15	
Material: 99	-01-0597-Loca	ação de ônibu:	s tip	o EXECUTIVO (por quilometro rodado), com capacida	ade mínin	na de		·	
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	3	J MARCONDES TRANSPORTES LTDA		145.000.00	0.90	4 404 000 00	
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	3	RIMATUR TRANSPORTES LTDA		145.000,00	9,80	1.421.000,00	Sim ***
129/2023 18/04/2023 18/06/2023	18/06/2023			•	11,30	1.638.500,00	Não		
					_	145.000,00	12,00	1.740.000,00	Não
						Preço Médio →	11,03	1.599.350,00	
Material: 18	-53-1108-Diári	ia para a empr	esa l	ocadora de ônibus executivo					
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	4	J MARCONDES TRANSPORTES LTDA		627,00	900,00	564.300,00	Sim ***
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	4	RIMATUR TRANSPORTES LTDA		627,00	1.035,00	648.945.00	
129/2023	18/04/2023	18/06/2023	4	EXPRESSO LC TRANSPORTES E TURISMO LTDA		627,00	1.040,00	•	Não
						-	•	652,080,00	Não
					1	Preço Médio>	991,67	621.777,09	

Preço Médio Total 🛶 3.872,70



ESTADO DO PARANÁ

Página:

1 / 1

Data: 03/05/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

[FCPR] - Comprovante de Parecer



Dados Processo:

Número do Processo: 000017437/2023

Memorando

Número Único: JHILLSE.CBK-E9

Requerente: SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENUDE - SMELJ FRG

Procedência:

Interna

Situação:

Em análise

Data Abertura: 22/03/2023 11:04 AM

Dados Parecer:

Assunto:

Drganograma:

18

Editais Compras

Encerrou Processo?

Não

Descrição Parecer:

Ao Jurídico Compras para análise e parecer acerca das minutas.

 \mathcal{J}_{k-1}

Data Parecer: 03/05/2023 9:34 AM

S Bak



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE - PR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



PREGÃO ELETRÔNICO Nº. xx/2023

PROTOCOLO Nº 17437/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. xx/2023

PREÂMBULO:

O Município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS, na forma ELETRÔNICA do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 4906/2019, Decreto Federal n.º 10.024/2019, na Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar Federal n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar Federal n.º147/2014 e demais disposições fixadas neste edital e seus anexos.

O PREGÃO será conduzido pelo(a) PREGOEIRO(A), auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, nomeados pela Portaria nº. 241/2022.

A sessão pública se dará através do Portal de Compras do Governo Federal — https://www.gov.br/compras/pt-br na data de xx de maio de 2023 às 09:00h.

As propostas comerciais serão recebidas desde a divulgação do Edital no Portal de Compras do Governo Federal, até a data e horário da abertura da sessão pública.

O Edital poderá ser consultado através do endereço eletrônico http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp informando o código do Município – UASG 989.983.

O Edital também estará disponível a quaisquer interessados no endereço eletrônico da Prefeitura www.fazendariogrande.pr.gov.br/transparencia/licitacoes.

O aviso do EDITAL consta devidamente publicado no Jornal Oficial do Município de Fazenda Rio Grande, no Jornal de Circulação Regional - Diário Indústria & Comércio, Diário Oficial do Estado do Paraná, Diário Oficial da União e no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

. OBJETO DO PREGÃO:

1.1. A presente licitação tem por objeto "Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos tipo ônibus e van, com motoristas, para suprir as demandas das Secretarias Municipais, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude" de acordo com as especificações contidas no ANEXO I, que é parte integrante deste edital.

 $\{0, 1\}$



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE -- PR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



2. TIPO DO PREGÃO:

2.1. Este PREGÃO é do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, em regime de execução indireta por preço unitário.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. As despesas decorrentes da presente licitação onerarão o seguinte recurso orçamentário:

Código Reduzido	Funcional	Fonte	Secretaria
833	32.001.27.812.0047.2214.3.3.90.39	1000	SMELJ
842	32.001.13.392.0047.2224.3.3.90.39	1000	SMELJ
235	15.001.10.301.0041.2051.3.3.90.39	1303	SMS
261	15.002.10.301.0041.2054.3.3.90.39	1303	SMS
278	15.003.10.305.0041.2056,3.3.90.39	1494	SMS
294	15.004.10.303.0041.2058.3.3.90.39	1000	SMS
315	15.005.10.302.0041.2204.3.3.90.39	1000	SMS
323	15.005.10.302.0041.2205.3.3.90.39	1303	SMS
911	36.001.13.392.0046.2019.3.3.90.39	1000	SMC
920	36.001.13.392.0046.2020.3.3.90.39	1000	SMC
937	37.001.13.392.0046.2142.3.3.90.39	1000	SMC
438	17.001.08.244.0049.2078.3.3.90.39	1000	SMAS
438	17.001.08.244.0049.2078.3.3.90.39	1934	SMAS
443	17.001.08.241.0049.2079.3.3.90.39	1000	SMAS
453	17.001.08.243.0049.6001.3.3.90.39	1000	SMAS
453	17.001.08.243.0049.6001.3.3.90.39	1934	SMAS
463	17.001.08.243.0049.6001.3.3.90.39	11726	SMAS
475	17.002.08.244.0049.2081.3.3.90.39	1000	SMAS
475	17.002.08.244.0049.2081.3.3.90.39	1941	SMAS
480	17.002.08.244.0049.2082.3.3.90.39	1000	SMAS
480	17.002.08.244.0049.2082.3.3.90.39	1941	SMAS
480	17.002.08.244.0049.2082.3.3.90.39	1712	SMAS
491	17.002.08.244.0049.2203.3.3.90.39	0941	SMAS
491	17.002.08.244.0049.2203.3.3.90.39	1941	SMAS
508	17.003.08.244.0049.2085.3.3.90.39	1000	SMAS
508	17.003.08.244.0049.2085.3.3.90.39	0941	SMAS
508	17.003.08.244.0049.2085.3.3.90.39	1942	SMAS
514	17.003.08.243.0049.6005.3.3.90.39	1000	SMAS
514	17.003.08.243.0049.6005.3.3.90.39	0941	SMAS
514	17.003.08.243.0049.6005.3.3.90.39	1770	SMAS
530	17.004.08.244.0049.2088.3.3.90.39	1000	SMAS
537	17.004.08.244.0049.2089.3.3.90.39	1940	SMAS



ĺ

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE – PR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

- 4.1. AMPLA CONCORRÊNCIA: poderão participar desta licitação todos os interessados que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste Edital e seus anexos, pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.
- 4.2. Poderão participar deste Pregão as todas as Empresas interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com o Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF.
- 4.3. O Cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais SISG, localizados nas Unidades da Federação.
- 4.4. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 4.5. As empresas proponentes enquadráveis na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte, estabelecida pelo art. 3º da lei Complementar 123 de 14/12/2006, que desejarem fazer uso dos benefícios conferidos pelo citado diploma legal deverão sinalizar tal enquadramento no campo específico no Sistema ComprasGov.
- 4.6. Consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no certame aquelas que preenchem os requisitos do artigo da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no parágrafo 4º do referido art. 3º.
- 4.7. Não será permitido o consorciamento de empresas.
- 4.8. Estarão impedidas de participar de qualquer fase do processo empresas que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir.
 - a) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Municipal, ainda, penalidade imposta pela Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações;
 - b) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
 - c) Estejam sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
 - d) Se enquadrem numa das hipóteses do disposto no artigo 9º da Lei Federal n.º



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE – PR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



8.666/93 e alterações;

- e) Estejam em situação irregular perante as Fazendas: Nacional, Estadual, Municipal, o FGTS e justiça do trabalho;
- f) Que possuam sócio, cotista, dirigente, bem como as que possuam em seu quadro funcional ou venham a contratar empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção, de chefia ou de assessoramento, conforme estabelece o entendimento contido no Acórdão 2745/10 TCE/PR e no Prejulgado 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, publicado no AOTC 229 de 11/12/2009, referente à Súmula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal que versa sobre o nepotismo;
- f.1) Estão inseridos no conceito de incompatibilidade, sócios, dirigentes ou cotistas que forem servidores do órgão licitante, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta e colateral, consangüíneo ou afim de servidor público do órgão ou entidade licitante, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação;
- g) Que seja empresa estrangeira que não funcione no País;
- h) Que seja consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- i) Que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com o a Administração Pública.
- 4.9. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - a.1) Nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame:
 - a.2) Nos itens não exclusivos, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
 - b) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - c) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - d) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE - PR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

- e) Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.10. Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

5. CREDENCIAMENTO:

- 5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- **5.2.** O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 5.3. O credenciamento junto ac provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 5.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6. SISTEMA ELETRÔNICO:

- **6.1.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.
- 6.2. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.3. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes.
- 6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.5. O uso da senha de acesso però licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO ĜRANDE -- PR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



6.6. O pregão será executado conforme o Decreto 10024/2019 na modalidade ABERTA.

ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:

- 7.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.
 - 7.1.1. O pedido de esclarecimento sobre o ato convocatório pode ser formalizado por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado na Prefeitura, situado na Rua Jacarandá, nº 300, Bairro Nações, durante o expediente normal do órgão licitante, das 08:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas, ou pelo email: licitacoesfazendariogrande@hotmail.com. "Esclarecimento ao edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº, xx/2023".
 - 7.1.2. As dúvidas feitas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

7.1.3. Os esclarecimentos serão prestados no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte do PREGOEIRO, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às demais licitantes.

8. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

- 8.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de impugnação ao ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.
 - **8.1.1.** A apresentação de impugnação ao ato convocatório deverá ser formalizada por meio de requerimento endereçado ao PREGOEIRO, protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura, situado na Rua Jacarandá, nº 300, Bairro Nações, durante o expediente normal do órgão licitante, das 08:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas ou por e-mail ou outro dispositivo eletrônico, carta registrada ou através de qualquer meio idôneo.
 - **8.1.1.1.** A impugnação apresentada por meio eletrônico deverá ser formalizada através do email <u>licitacoesfazendariogrande@hotmail.com</u>, devendo constar no assunto: Impugnação ao edital de PREGÃO ELETRÔNICO N°. xx/2023".
 - 8.1.1.2. Para efeito de recebimento, a impugnação apresentada através de e-mail, deverá conter todos os documentos referentes à impugnação devidamente anexados e autenticados por meio eletrônico, ou conter assinatura eletrônica do(s) responsável(is).
 - 8.1.2. A decisão sobre o pedido de impugnação será proferida pela autoridade competente

 Rua Jacarandá, 300 Nações Fazenda Rio Grande/PR CEP 83823-901 Fone/Fax (41) 3627-8500.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE – PR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.

8.1.3. O acolhimento do pedido de impugnação que implique modificação do ato convocatório do PREGÃO requer republicação pela mesma forma que se deu o texto original e a designação de nova data para a realização do certame.

PROPOSTA DE PREÇOS:

- 9.1. O licitante deverá encaminhar a proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 9.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 9.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 9.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 9.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 9.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - a) A quantidade de unidades, observada a quantidade total prevista para cada item do ANEXO I Orçamento da Administração;
 - b) Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
 - c) Marca / Fabricante;
 - d) Valor unitário e total, em algarismo, com 2 (duas) casas decimais;
 - 9.6.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
 - a) Quando o descritivo, cadastrado no COMPRASGOV não corresponder ao especificado no Edital, o fornecedor deverá considerar apenas o do Edital ANEXO I.





- 9.6.2. As propostas acima do preço máximo definido no ANEXO I do Edital poderão ser classificadas para fase de lances, observando o item 11.6 deste Edital.
- 9.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 9.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10. JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

- 10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 10.2. O Critério de julgamento adotado será o MENOR PRECO POR LOTE, conforme definido neste Edital e seus anexos.
 - 10.2.1. Do comparativo dos lotes do Anexo I com os Grupos e Itens do ComprasGov:
 - O lote 1 corresponde ao Item 1;
 - O lote 2 corresponde ao Item 2;
 - O lote 3 corresponde ao Grupo 1;
- 10.3. O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 10.4. Será desclassificada a proposta com valor superior ao preço máximo fixado.
 - 10.4.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 10.4.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 10.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 10.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 11. SESSÃO DE LANCES, NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:



. .



- 11.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 11.1.1. O <u>lance</u> deverá ser ofertado pelo <u>valor do item</u>, em algarismo, com 2 (duas) casas decimais, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes no <u>Anexo I deste Edital.</u>
 - 11.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
 - 11.1.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 11.1.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
 - 11.1.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
 - 11.1.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 11.2. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.
- 11.3. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 11.4. Quando houver itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
 - 11.4.1. Nessas condições, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 11.4.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação

E.M.





automática para tanto.

- 11.4.3. Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 11.5. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
- 11.6. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto, sendo desclassificadas as propostas que resultarem com o valor acima do máximo do Edital.
- 11.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 11.8. Também, nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 11.9. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 11.10. Classificada(s) a(s) proposta(s) em 1º lugar, o(a) pregoeiro (a) efetuará consulta aos sites do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Portal da Transparência do Governo Federal, para verificar se a(s) detentora(s) da melhor oferta encontra-se suspensa(s) ou impedida(s) de licitar com a Administração, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO e submissão a Processo Administrativo.
- 11.11. O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 11.11.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu posterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
 - a) O prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente





aceito pelo(a) Pregoeiro(a):

- 11.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.13. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 11.14. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no neste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS (http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992).

12. DA INCLUSÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO NO SISTEMA E DO ENVIO DOS ORIGINAIS

- 12.1. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto e valor ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 12.2. A PROPOSTA COMERCIAL ATUALIZADA do licitante que ofereceu o menor valor deverá ser encaminhada OBRIGATORIAMENTE, no prazo de até 3 (três) horas contando da convocação efetuada pelo Pregoeiro, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasgov.
 - 12.2.1. Os originais ou copias autenticadas, caso seja solicitadas pelo Pregoeiro, deverão ser entregues na Divisão de Compras e Licitações, situado na Rua Jacarandá, nº 300, Nações I, Fazenda Rio Grande, no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte a convocação do pregoeiro.
 - 12.2.2. A documentação relativa à Proposta comercial, <u>quando solicitada pelo Pregoeiro</u> deverá ser enviada em envelope lacrado, tendo sua parte externa às seguintes informações:





Ao Pregoeiro do Município de Fazenda Rio Grande

PREGÃO ELETRÔNICO N°. xx/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRÂNDE

ENVELOPE N°. 01 — DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA

COMERCIAL

(Razão Social do Proponente, Endereço, CNPJ, Telefones e e-mail)

12.2.3. A documentação relativa à Habilitação, <u>quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a)</u> deverá ser enviada em envelope lacrado, tendo sua parte externa às seguintes informações:

Ao Pregoeiro do Município de Fazenda Rio Grande

PREGÃO ELETRÔNICO N°. xx/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

ENVELOPE N°. 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Razão Social do Proponente, Endereço, CNPJ, Telefones e e-mail)

- 12.3. O não encaminhamento, nos prazos fixados, tanto da documentação solicitada por e-mail quanto da documentação original ou autenticada, quando solicitada, implicará na inabilitação da Licitante e a sujeitará as sanções previstas neste Edital.
- 12.4. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para Habilitação deverão estar com o nome do Licitante, e com número do CNPJ e o respectivo endereço.
- 12.5. Se a Licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 12.6. Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, caso haja alguma restrição quanto à comprovação fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativa ou positiva com efeito negativa, no moldes do art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.
 - 12.6.1. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções no art. 81, da Lei 8666/1993 sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da Nota de Empenho, ou revogar.

13. DOCUMENTOS E CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO: \

13.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO pertinentes ao ramo do objeto do PREGÃO são

জীৱি এক:



4

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE -- PR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



os seguintes:

13.1.1. Habilitação Jurídica:

- a) Ato Constitutivo (qualificação jurídica) ou Estatuto ou, ainda, Contrato Social em vigor (qualificação jurídica), em se tratando de sociedades comerciais ou Requerimento do Empresário, em se tratando de microempreendedor individual, bem como suas alterações em vigor, devidamente registrados (ou outro instrumento equivalente). No caso de sociedades por ações, apresentar também documentos de eleição de seus administradores; para sociedades civis, a inscrição do Ato Constitutivo deverá vir acompanhada de prova de diretoria em exercício. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, apresentar Decreto de Autorização e Contrato ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - a.1) A apresentação de todas as alterações contratuais a que se refere o edital poderá ser substituída pelo contrato social consolidado e todas as alterações posteriores.
- b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ (Cartão de Identificação);

13.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS;
- b) Prova de Regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais prévistas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;
- c) Prova de Regularidade relativa a Tributos Estaduais;
- d) Prova de Regularidade relativa a Tributos Municipais;
- e) Prova de Regularidade relativa a Débitos Trabalhistas.

13.1.2. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, optativamente acompanhado de Notas Explicativas, já exigíveis e apresentado na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme índices descritos a seguir, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrada há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;





publicação no Diário Oficial. O Balanço das demais empresas vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados por profissional responsável (Contador).

b1. O Balanço Patrimonial solicitado na alínea "b" do subitem 9.1.3 deverá ser acompanhado da demonstração dos cálculos dos índices elencados abaixo:

Índices de Liquidez Geral - ILG =	Ativo Circulante + Realizável à Longo Prazo Passivo Circulante + Exigível à Longo Prazo	≥1,00
Índices de Liquidez Corrente - ILC =	Ativo Circulante Passivo	≥ 1,00
Índice de Solvência Geral - ISG =	Ativo Total Passivo Circulante + Exigível a Longo	≥ 1,00

Observação: Os documentos acima aludidos deverão estar dentro de seus prazos de validade.

13.1.3. Qualificação Técnica

- a) Atestado de Capacidade Técnica emitido, no mínimo, por 01 (um) órgão público ou privado, comprovando aptidão para características, quantidades e prazos;
 - a.1) O atestado deverá conter expressamente o nome do responsável pela assinatura, bem como endereço e dados de contato do emissor do atestado.
 - a.2) Havendo dúvida acerca do atestado fornecido por órgão privado, poderá a Administração Pública exigir o reconhecimento de firma da assinatura do responsável, conforme §2º do artigo 22, da Lei nº. 9784/1999;
 - a.3) O(s) Atestado(s) poderão ter sua autenticidade comprovada conforme Art. 43, § 3°, da Lei Federal 8.666/93;

13.1.4. Documentos Complementares:

- a) Declaração modelo unificada, conforme modelo ANEXO III deste Edital, assinada por representante legal da empresa.
- 13.2. A Documentação prevista no subitem 13.1. deverá ser enfregue na sequência, devidamente



٠. زې



numerada.

- 13.3. A habilitação das licitantes também poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos e por meio de documentação complementar especificada neste Edital, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.
 - 13.3.1. A comprovação da situação da empresa no SICAF será feita pelo Pregoeiro mediante consulta "on-line".
 - 13.3.2. Será verificado, ainda, pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio, eventuais impedimentos de licitar e contratar com a União, mediante consulta ao:
 - 13.3.2.1.SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9°, III, da Lei n° 8.666/93.
 - 13.3.2.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade adm/conultar_requerido.php:
 - 13.3.2.3.Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;
 - 13.3.2.4. Cadastro de inidôneas e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes.html.
 - 13.3.3. Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.
 - 13.3.4. É responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação. A não observância do disposto poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 13.4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006:

staf(. √lai...

Estatuto de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte





- Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- § 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 13.5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 13.6. Quando houver itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindose a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 13.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 13.8. A declaração do vencedor acontecerá após a fase de habilitação.

14. PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1. A licitante detentora da melhor oferta, para ter sua proposta de preços convalidada, deverá apresentar sua proposta com os valores correspondentes a melhor oferta apresentada no Pregão Eletrônico, constando na mesma descrição, quantidade, preço unitário e total, nos quais deverão estar incluídos impostos, seguros, transporte, ou qualquer outra despesa que venha a incidir sobre os mesmos.
- 14.2. A proposta de preços deverá ser constituída dos seguintes elementos:
 - 14.2.1. Carta Proposta, conforme modelo no ANEXO II, constando na mesma a razão social da empresa com seu endereço completo e número do CNPJ, nome, RG e assinatura do responsável ou representante legal e, ainda:
 - a) A quantidade de unidades para cada item;





- b) Valor unitário e total;
- c) Marca / Fabricante (se for o caso);
- d) Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 14.2.2. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite fixada para recebimento das propostas. Caso não haja prazo de validade expresso na proposta, o Pregoeiro considerará o prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo seja expressamente inferior, a proposta será desclassificada.
- 14.2.3. Os preços deverão ser expressos obrigatoriamente em moeda corrente nacional com duas casas decimais.
- 14.3. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e aplicação de eventual sanção a licitante, se for o caso.
- 14.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a licitante.

15. RECURSO ADMINISTRATIVO:

- 15.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 15.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 15.3. Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 15.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 15.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista

.





imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses,

- 15.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16. HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO:

- 16.1. À vista do relatório do(a) Pregoeiro(a), o resultado da licitação será submetido à consideração da Autoridade Competente, para fins de homologação dos procedimentos.
- 16.2. A proponente adjudicatária deverá assinar a ATA de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação expedida pela Secretaria Municipal de Administração Coordenação de Contratos, sito à Rua Jacarandá, 300, Nações Fazenda Rio Grande/Pr.
 - 16.2.1. As Assinaturas Digitais deverão ser realizadas pela plataforma <u>Gov.Br</u> permitindo que o documento em meio digital seja assinado por todos os responsáveis.
 - 16.2.2. Qualquer pessoa que possua título de eleitor consegue abrir sua conta gov.br. A assinatura digital tem a mesma validade de um documento com assinatura física e é regulamentado pelo Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020.
 - 16.2.3. Link de acesso: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/assinatura-eletronica
 - 16.2.4. No ato da assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇO a empresa deverá apresentar na Coordenação de Contratos da Prefeitura os seguintes documentos:
 - a) Todas as Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista exigidas na habilitação atualizadas e em plena vigência (Obs.: Caso a Certidão relativa a Tributos Municipais não apresente o número do Cadastro de Inscrição Municipal, favor apresentá-lo em anexo). O não cumprimento implicará na imediata inabilitação da empresa, conforme art. 55, XIII, da Lei 8666/93, bem como na análise da classificação/habilitação dos remanescentes, se houver, na respectiva ordem.
 - b) TERMO DE INTEGRIDADE E ÉTICA conformes modelo ANEXO I da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, assinada por representante legal da empresa.
- 16.3. Se o adjudicatário convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não assinar a ATA de Registro de Preços estará sujeito a pagar ao Município multa de 20% (vinte por cento) do valor total de sua proposta. O valor da multa será atualizado de acordo com a variação do IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do mês para qual foi calculado até o mês de sua quitação. O pagamento da multa não exime o proponente de incorrer em outras sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações.
- 16.4. Quando o adjudicatário deixar de assinar a ATA de Registro de Preços no prazo estabelecido,
 Rua Jacarandá, 300 Nações Fazenda Rio Grande/PR CEP 83823-901 Fóñe/Fax (41) 3627-8500.





- o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes e a habilitação das proponentes, observadas a ordem de classificação, até a apuração de uma que a atenda ao Edital, sendo o proponente convocada para negociar redução do preço ofertado e, se for o caso, assinar a ATA de Registro de Preços.
- 16.5. Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- 16.6. Poderá o licitante classificado em primeiro lugar ser desclassificado até a assinatura da ATA de Registro de Preços se o Município tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, habilitação jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 16.7. Nesse caso, convocar-se-ão os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme o disposto no subitem 16.3 acima.

17. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ITENS OBJETO DO PREGÃO:

- 17.1. As locações dos ônibus e van se darão na forma descrita no Termo de Referência.
- 17.2. A fiscalização da ATA Registro de Preços será exercida pelos servidores devidamente designados, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da ATA de Registro de Preços, e de tudo darão ciência à Administração.
 - 17.2.1. São designados como fiscais:
 - a) Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude: Fernando Lima de Souza, matrícula 351345;
 - b) Secretaria Municipal de Cultura: Andressa Camilo, matricula 358385;
 - c) Secretaria Municipal de Saúde: Karine Souza Dias, matrícula 351322;
 - d) Secretaria de Assistência Social: Nestor Luiz Preza, matrícula 349630,
 - 17.2.2. Os representantes da Contratante deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do Contrato.
 - 17.2.3. Os fiscais da Ata de Registro de Preços anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
 - 17.2.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Rua Jacarandá, 300 Nações Fazenda Rio Grande/PR CEP 83823-901 Fone/Fax (41) 3627-8500.





fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

- 17.2.5. A fiscalização referente às documentações (ônibus e motorista), condições do veículo e condições de rodagem ficarão sob responsabilidade do Setor de Frotas deste Município.
- 17.2.6. Todos os veículos utilizados deverão ser, obrigatoriamente após vistoria do Setor de Frotas, cadastrados junto a este órgão, o qual emitirá Atestado aprovando o veículo. Para fins de cadastramento do veículo, a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:
- a) Para viagens intermunicipais e interestaduais: comprovantes de cadastro do veículo, emitidos pelo DER Departamento de Estradas e Rodagens;
- b) A Contratada também deverá cumprir o estabelecido Manual do Transportador com regras estabelecidas pelo DER para o transporte de passageiros dentro do estado do Paraná, para viagens intermunicipais (inclusive RM Região Metropolitana).
- 17.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente para efeito de simultânea ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo que será realizado pelo servidor devidamente designado como fiscal pela Secretaria Solicitante, observado o prazo de até 05 (cinco) dias de sua entrega.
- 17.4. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
 - 17.4.1. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais, podendo levar à rescisão do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, bem como no Contrato.
 - 17.4.2. Em caso de não aceitação do item objeto deste PREGÃO, fica a Detentora da Ata obrigada a retirá-lo e substituí-lo no prazo de 02 (duas) horas contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena, multa de 2% da autorização de fornecimento, ao dia, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, em conformidade com o item 20.1, II, "c" do Edital.
 - 17.4.3. Em caso de diferença de quantidade, fica a Detentora da Ata obrigada a providenciar sua complementação no prazo de 02 (duas) horas contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena multa de 2% da autorização de fornecimento, ao dia, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, em conformidade com o item 20.1, II, "cado Edital."





17.5. Não poderá a adjudicatária recusar-se a executar os serviços solicitados na Autorização de Fornecimento Empenho, mesmo que em pequena quantidade.

18. DA GARANTIA

- 18.1. A CONTRATADA garante ao CONTRATANTE assistência, em razão de problemas e/ou defeitos eventualmente decorrentes dos veículos e/ou dos serviços.
- 18.2. Independentemente da entrega do termo de garantia, a CONTRATADA obriga-se pessoalmente a garantir o item objeto deste Pregão contra quaisquer defeitos de funcionamento/execução.

19. PAGAMENTO:

- 19.1. O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que tenha ocorrido a total e efetiva execução do serviço, devidamente atestada pela Divisão de Frotas e pelas Secretarias solicitantes, e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais INSS, de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 - 19.1.1. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.
 - 19.1.2. Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).
- 19.2. Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo financeiro da Prefeitura, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (conforme art.40, XIV, "c", Lei Federal 8666/1993).

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. No caso de inexecução total ou parcial, ou, ainda, atraso injustificado do objeto desta licitação, sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais, ressalvadas as situações devidamente justificadas e comprovadas, a critério da Administração Pública, garantia a ampla defesa e o contraditório, serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativamente ou não:





I. Advertência.

a) A advertência será formalizada por meio de documento expedido pelo Município:

II. Multa, nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso no fornecimento, será aplicada multa de mora de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor da Autorização de Fornecimento, até o prazo máximo de 10 (dez) dias. Vencido o prazo, o contrato poderá ser considerado cancelado, a critério da Administração, ficando sujeita às penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, assim como as contratuais, tudo sem prejuízo da multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.
- b) Pela recusa em realizar o fornecimento, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor registrado, sem prejuízo das perdas e danos e, se for o caso multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.
- c) Pela demora em refazer o serviço rejeitado ou corrigir as falhas do produto fornecido ou complementar a quantidade, a contar do quinto dia da notificação da rejeição, aplicar-se-á multa de 2% (dois por cento) do valor do material, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor dos serviços não substituídos, corrigidos ou não complementados, tudo sem prejuízo da multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.
- d) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93 e suas alterações, ou no instrumento convocatório ou, ainda, no contrato, e não abrangida nos incisos anteriores ou subsequentes, aplicar-se-á multa de 1% (um por cento) do Valor do contrato, sem prejuízo das multas relativas à rescisão e perdas e danos, prevista na leita "e" e perdas e danos.
- e) Pelo descumprimento parcial ou integral do estabelecido no contrato, que enseje rescisão, multa de 10% (dez por cento) do valor registrado, sem prejuízo de perdas e danos e das demais multas.
- III. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art. 4º da Lei 10520/02, pelo prazo de 02 (dois) anos até o máximo 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de 10% (dez por cento) do valor da sua proposta atualizada e das demais cominações legais.
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com esta Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a penalizada ressarcir o Município, pelos prejuízos resultantes e, após, decorrido o prazó da sanção aplicada com base no item anterior. A Declaração terá sua publicação na Imprensa Oficial, de acordo com a Lei nº.





8.666/93.

- 20.2. Além do previsto acima, pelos motivos que se seguem, principalmente, a contratada estará sujeita às penalidades tratadas nos Incisos III e IV do subitem 20.1, cumuladas com multas, tanto moratórias como sancionatórias.
- I pelo descumprimento do prazo de fornecimento;
- II pela recusa em atender alguma solicitação para correção no fornecimento, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data da rejeição, devidamente notificada.
- III pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados neste Edital e no contrato.
- 20.3. Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Fèderal nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- 20.4. As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 20% (vinte por cento) do valor registrado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 20.5. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em Lei.
- 20.6. O fornecedor terá seu contrato rescindido quando:
 - a) descumprir as condições do contrato;
 - b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
 - d) presentes razões de interesse público.
 - 20.6.1. A rescisão do contrato, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e amplo defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
 - 20.6.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força major, devidamente comprovado.
 - 20.6.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.





- 20.7. O contrato poderá ser suspensa ou cancelada no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 20.8. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estador.

21. CLÁUSULAS ANTICORRUPÇÕES:

- 21.1. A parte CONTRATANTE compromete-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000; a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002; e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.
- 21.2. A participação no certame licitatório implica na total conhecimento e ciência, por parte dos licitantes, dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013, bem como na obrigação de tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013.
- 21.3. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do(a) LICITANTE/CONTRATADO(a), em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar: I Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrava PAR, nos termos do Decreto nº 8.420/2015 e Instrução Normativa CGU nº 13/2019, com aplicação das sanções administravas porventura cabíveis; II Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013;
- 21.4. Os licitantes obrigam-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e integra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país;
- 21.5. A participação no certame licitatório implica, para todos os fins, na declaração, sob as penas da lei, que a empresa/organização ora qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem lesão à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 Lei Anticorrupção. Outrossim, que a empresa envida os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua atuação, pautando suas atividades nas melhores práticas do mercado, no que se refere ao combate de desvios éticos e de integridade.





22. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 22.1. O Município poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para credenciamento, recebimento das propostas e lances.
- 22.2. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de oficio ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.
- 22.3. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou ilegalidade ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido vencedor, a rescisão de contrato ou de pedido de compra/serviços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 22.4. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 22.5. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/ inabilitação.
- 22.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis à exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.
- 22.8. O proponente assume o custo para a preparação e apresentação de sua proposta, sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta despesa, independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.
- 22.9. Em qualquer fase do PREGÃO, caberá ao representante da licitante comprovar a exequibilidade da proposta ou lance, durante a própria sessão, implicando em desclassificação da proposta quando, inquirido, não comprovar por qualquer meio de prova admitida em direito.
- 22.10. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.
- 22.11. A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão reduzir o limite indicado.

ıcir





- 22.12. Este Edital e seus Anexos, bem como as propostas das proponentes beneficiárias, farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.
- 22.13. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 22.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.15. Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo PREGOEIRO, com base na legislação federal e municipal incidentes, e nos princípios gerais de direito.
- 22.16. Será competente o Foro de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste PREGÃO.
- 22.17. Qualquer informação a respeito deste Edital será fornecida aos interessados pela Divisão de Compras e Licitações telefone (41) 3627-8509, (41) 3627-8541 e/ou e-mail licitacoesfazendariogrande@hotmail.com em dias úteis, no horário compreendido das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.
- 22.18. Fazem parte do presente instrumento convocatório os seguintes anexos:

ANEXO I – Especificações dos itens e quantidades estimadas

ANEXO II - Carta Proposta.

ANEXO III - Declaração modelo unificada.

ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços.

Fazenda Rio Grande, xx de maio de 2023.

Daiane S. Horobinski Serafim Equipe de Apoio



PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

RELATÓRIO: [PMFRG] - RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

. 31.

CNPJ: 95.422.986/0001-02

Telefone: (41) 3627-8500

Rua Jacarandá, 300

CEP: 83823-901 - Fazenda Rio Grande PR

PREGÃO ELETRÔNICO

Nr.: nuli/2023 - PE

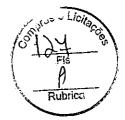
Processo Administrativo:

67/2023

Data do Processo:

03/05/2023

ANEXO I RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO



N⁰	Quantidade	Código	Unid.	CATMAT/CATSER	Especificação	Preço	Preço Total
Lote	nº: 1		-	,			
-	3.875,00	99010595	UN	25089	Locação diária de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máxino 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro - para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.		4.695,221,25
				41/	To	otal Lote:	4.695.221,25
Lote	nº: 2			o.,			
2	1.355,00	99010596	UN	25089	Locação diária de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro - para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.	1.658,33	2.247.037,15
(•	otal Lote:	2.247.037,15
Lote	nº: 3			250 250			
3	145.000,00	99010597	UN	25089	Locação de ônibus tipo EXECUTIVO (por quilometro rodado), com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais.	11,03	1.599.350,00
4	627,00	18531108	UN	25089 :	Diária para a empresa locadora de ônibus executivo - para custeío de despesas em viagens onde há	991,67	621.777,09

necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.

が続

Compras e Likagina: 2 / 2

Total Lote Lubrica

2/221.127,09

(Valores expressos em Reais R\$)

Total Geral:

9.163.385,49





PREGÃO ELETRÔNICO Nº. xx/2023
PROTOCOLO Nº 17437/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. xx/2023

TERMO DE REFERÊNCIA COMPLEMENTAR AO ANEXO I

O presente termo visa estabelecer as especificações para contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria, conforme especificações abaixo:

As especificações, bem como as quantidades detalhadas dos itens, estão descritas no Anexo I.

JUSTIFICATIVA

Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de viagens externas a serem executadas palas equipes de rendimento o qual representarão o Município em competições de nível Estadual e Nacional, com viagens já programadas para cidades do interior do Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, contemplando todas as modalidades de alto rendimento como Futsal, Voleibol, Handebol e Basquetebol. Atenderemos também as atividades desenvolvidas pelos Projetos Sociais e de Lazer, bem jogos e atividades já previstas no calendário das Competições Oficiais do Estado do Paraná, como Jogos Escolares, Jogos da Juventude e Jogos Abertos do Paraná, contemplará também as atividades realizadas pelas demais secretarias municipais.

OBJETO

Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades das Secretárias Municipais.

OBJETIVO GERAL

Atender a necessidade dos usuários das Secretarias Municipais.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Exigir o fiel cumprimento das obrigações da CONTRATADA; Atestar a execução do fornecimento e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Contrato; Efetuar o pagamento no prazo previsto; Emitir Ordem de Serviços e Autorizações específicas para a atuação da CONTRATADA; Comunicar, verbalmente, imediatamente à Contratada as irregularidades no desenvolvimento dos serviços, e no ato do recebimento da comunicação supracitada, a Contratada deverá atendê-la imediatamente, sob pena de descumprimento contratual.





OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Assumir integral exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento;

Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência desses danos;

Executar os serviços de fretamento, a partir da data da disponibilização da nota de empenho (excluído o dia inicial), conforme necessidade do Departamento de Logística das Secretarias, Prestar os serviços de fretamento rigorosamente de acordo com as especificações contidas no contrato e Anexos, parte integrante deste instrumento, sob pena de aplicação das sansões previstas neste edital. Se o serviço prestado estiver em desconformidade com as especificações, todas as despesas e os eventuais danos de qualquer natureza decorrentes serão atribuídos a CONTRATADA;

Fornecer, quando solicitado pela CONTRATANTE, OS documentos necessários à avaliação dos serviços prestados devidamente preenchidos e assinados;

Manifestar-se por escrito, sobre os oficios que forem encaminhados pela CONTRATANTE, a partir da ciência, no prazo máximo de 48 horas, garantindo-lhe o acesso a documentos relativos ao objeto contratado;

Responsabilizar-se pelo total atendimento da especificação do serviço licitado, de acordo com formulário- proposta e Anexos, parte integrante deste instrumento. Se o serviço não corresponder as especificações solicitadas, será recusada e a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas neste edital de embasamento;

Utilizar ÔNIBUS com lotação de no mínimo quarenta e quatro (44) lugares, com todos os equipamentos de segurança instalados (cintos de segurança em número igual ao de passageiros, extintores de incêndio, tacógrafos), todos funcionando adequadamente, além da documentação exigida pela Urbanização de Curitiba S.A. - URBS, conforme Decreto nº 014/2003 que "Disciplina o transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento". Providenciar o encaminhamento de veículos para a efetivação do transporte urbano de passageiros somente a pedido da CONTRATANTE (Departamento de Logística).

Apresentar os veículos em perfeitas condições de funcionamento e uso (com pneus, sistema de freios, lanternas de sinalização, faróis e toda a parte mecânica e elétrica revisada e em conformidade com as normas exigidas pelo DETRAN/URBS), além de documentação atualizada e oferecendo cobertura de riscos no Estado do Paraná, nos limites definidos pelo inciso VI do art. 3° do Decreto n° 014/2003.

A CONTRATADA, quando solicitada para a prestação do serviço, deverá apresentar apólice de





seguro acima mencionado.

Responder, direta ou indiretamente, por quaisquer danos causados a CONTRATANTE, e aos passageiros ou a terceiros, por dolo ou culpa. Manter os veículos em perfeitas condições de uso de forma a não causar prejuízo ao andamento das atividades esportivas. Caso algum veículo apresente defeito, este deverá ser substituído imediatamente por outro, sendo que a manutenção do veículo deverá ser realizada pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

A CONTRATADA se obriga a: Comunicar, verbalmente e imediatamente, a CONTRATANTE de eventuais ocorrências anormais verificadas na execução do contrato, no menor espaço de tempo possível;

Atender, com a diligência possível, as determinações da CONTRATANTE, adotando todas as providências necessárias à regularização de faltas e irregularidades verificadas;

Manter, durante a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a contratante;

Responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes de acidentes de trabalho e de viagem, inclusive quanto a prejuízos ocorridos a terceiros.

A contratada deverá respeitar as normas do DER (Departamento de estrada e rodagem) e ANTT(Agência Nacional de Transportes Terrestres);

Atender, imediatamente, as requisições de correções feitas pela Contratante;

Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis, posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

DA ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

As locações serão da seguinte forma:

- a) Um ônibus convencional circulará dentro do município, prestando os serviços de transporte dos usuários conforme solicitação e trajeto estipulado pelos coordenadores dos projetos das Secretarias Municipais. Tais locações não serão necessariamente executadas de forma contínua, sendo facultada ao solicitante a criação de um cronograma para melhor atendimento às suas atividades. Sendo assim, utilizaremos como unidade de medida, o quilômetro rodado;
- b) Um ônibus executivo será utilizado para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais. Sendo que, pela própria natureza dos serviços, estes não serão contínuos e a unidade de medida a ser utilizada será também o quilômetro rodado;





- c) Tendo em vista a possibilidade do ônibus executivo em sua natureza de prestação de serviços, necessitar por ventura, ficar por mais de 24 (vinte e quatro) horas à disposição do solicitante, parado em posição de aguardo, será paga também diária à empresa prestadora dos serviços, e servirá para cobrir gastos com motoristas, outros funcionários, eventual manutenção do veículo e demais gastos que houver, enquanto o ônibus estiver a serviço do solicitante;
- d) A contratante, ao identificar a necessidade da locação, deverá entrar em contato com a empresa contratada e obter junto a ela o quantitativo total de quilômetros a serem rodados para a execução do serviço, mesmo se este acontecer de forma contínua. Após, deverá encaminhar o quantitativo em anexo ao pedido formal para o Setor de Compras da Prefeitura Municipal, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data marcada para o início dos serviços;
- e) O Setor de Compras emitirá a Autorização de Fornecimento (com o número de empenho) à empresa. Após a emissão da referida Autorização de Fornecimento, fica a Contratada obrigada a entrar em contato com a Secretaria que solicitou o serviço para que esta lhe forneça o cronograma da execução dos mesmos, bem como a data, hora e local onde o ônibus deverá dar início aos serviços, tempo de permanência e demais informações correlatas para a boa execução de tais serviços.

O presente contrato deverá ter vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o prazo ser prorrogado de acordo com a Lei 8666/93.

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada em todos os termos, por servidores devidamente autorizados para esse fim: Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude: Fernando Lima de Souza, matrícula 351345; Secretaria Municipal de Cultura: Andressa Camilo, matricula 358385; Secretaria Municipal de Saúde: Karine Souza Dias, matrícula 351322; Secretaria de Assistência Social: Nestor Luiz Preza, matrícula 349630, nos termos da Lei nº 8.666/1993:

- I Competirá ao fiscal do contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis;
- II a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade da Administração, ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993;
- III o fiscal do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando horário, dia, mês e ano, bem como o(s) nome(s) de funcionário(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, para as providências cabíveis;





IV — A Fiscalização referente às documentações (ônibus e motorista), condições do veículo e condições de rodagem, ficarão sob a responsabilidade do Setor de Frotas deste município; todos os veículos utilizados deverão ser, obrigatoriamente após vistoria do Setor de Frotas, cadastrados junto a este órgão, o qual emitirá atestado aprovando o veículo; A empresa deverá apresentar os seguintes documentos: a) Para viagens intermunicipais: comprovante de cadastro do veículo, emitido pela URBS; b) Para viagens interestaduais: comprovantes de cadastro do veículo, emitidos pela URBS e pelo DER — Departamento de Estradas e Rodagens; (Ver último processo)

V – A contratada também deverá cumprir o estabelecido no Manual do Transportador, com regras estabelecidas pelo DER para o transporte de passageiros dentro do Estado do Paraná, para viagens intermunicipais (inclusive RM – Régião Metropolitana);

VI – A empresa deverá disponibilizar os veículos em perfeitas condições de uso, bom estado de conservação e com certificados de vistorias dos órgãos competentes, válidos, e possuir todos os itens de segurança previstos na legislação vigente. A contratada é a única responsável por toda manutenção preventiva e mão de obra especializada, limpeza e abastecimento do veículo; VII – Em caso de defeitos ou avarias no veículo, que impeçam seu funcionamento e/ou que necessitem de manutenção pelo período superior a 2 (duas) horas, será de inteira responsabilidade da contratada a substituição do mesmo, evitando prejuízo ao município;

VIII — A empresa contratada será responsável direta e exclusiva pela execução do objeto e consequentemente, respondendo civilmente, criminalmente e ambientalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução deste, venha direta ou indiretamente causar à Prefeitura Municipal ou a terceiros, sendo punida com sanções administrativas de acordo com a Lei nº 8666/93;

IX — Não poderá a adjudicatária recusar-se a prestar os serviços solicitados na Autorização de Fornecimento/Empenho, mesmo em pequena quantidade.

FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO:

fr.

, i }

1. 1.

A. 1

O pagamento será efetuado em parcela única, através de depósito bancário, em até 30 dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação e anexado às provas de regularidade com Previdência Social – INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Elaborado por:

Fernando Lima de Souza

Diretor Geral
Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude
Decreto nº 6926/2023





De acordo:

Considerando os termos do Art. 7°, § 2°, Inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, APROVO o presente Termo de Referência e ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento de marca e/ou modelo do objeto em tela.

Paulo Eduardo dos Santos

Secretário Municipal (15)
Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude
Decreto:6309/2022





PREGÃO ELETRÔNICO Nº. xx/2023 PROTOCOLO Nº 17437/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. xx/2023

ANEXO II - CARTA PROPOSTA

À		

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

A empresa _			_ com sede na cio	lade de	, Rua
	,	n.º	, Bairro	, com CNPJ sob n.	,
			azenda Rio Grande, a		
1.1 do edital en	n epígrafe	, de acord	do com a Cotação de	Preços e anexos a seg	guir e nas seguintes
condições:		, ,			
		٠,			
Item/ITEM	Qtde	Unid	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
		1			
VALOR TO	TAL DA	PROPOS	TA: R\$ XXX,XX (in	serir o valor por exte	nso)
licitação, que se b) Declara: impedida de lic	e vencedor mos, ainda itar e contr	deste cert , que nos ratar com	nos integralmente con ame, nos submeteremo sa empresa não foi do a Administração Públi ade de representante	os ao cumprimento de eclarada inidônea, não ca.	seus termos. o está suspensa nem
	,	portador(a) da carteira de identi	dade RG nº	e CPF/MF
n°		j.			
			60 (sessenta) dias corr	idos, contados da data	ı de recebimento das
propostas, conf			••		
e) Para cor	ntato inform	namoș:	÷		
Responsável/Re	epresentan	te Legál (1	nome completo):	·	<u>.</u>
Telefone Fixo	n.º: ()				
Fax nº: ()			1		



(-i,j)

, Y. J.

 $\{ i_i^{n}$

がない。

精节 分元

神学を発

e G

 $\widetilde{\mathcal{A}}_{i,j}$



Telefone Celular nº: ()	
E-mail:	_
Local / data	

Nome, RG e assinatura do Responsável ou Representante Legal





PREGÃO ELETRÔNICO Nº. xx/2023 PROTOCOLO Nº 17437/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. xx/2023

ANEXO III - DECLARAÇÃO MODELO UNIFICADA.

À		Ç '					
PREFEIT	URA MUNIC	CIPAL DE FAZEN	NDA RIO O	RANDE			
		ÔNICO Nº. xx/20					
Pelo presen	ite instrument	o, a empresa	, (CNPJ nº	***************************************	, com sede na	
•••••		, através de seu i	representant	te legal in	fra-assinado,	que:	
•		penas do artigo 29 a de pequeno por		-			
		ela Lei Complei uzam ao seu desend				que inexistem	fatos
*Marcar es	ste item caso	se enquadre na sit	tuação de n	nicro <u>empr</u>	esa, empresa	de pequeno por	rte ou
cooperativa	<u>a.</u>	2.1 3.1					

- Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.
- 2) Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- 3) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as **obrigações assumidas**, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;
- 4) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de aliquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;
- 5) Declaramos que **temos conhecimento** e submetemo-nos ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada;
- 6) Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar

111



1997



ocorrências posteriores;

7)	DECLARAMOS, ainda, que não fomos d	leclarados inidôneos por nenhum órgão do poder
públic	co em qualquer de suas esferas;	2 k (
8)		u cotistas, bem como seu representante neste ato
		, portador(a) da carteira de identidade nº
		ípio de Fazenda Rio Grande, nem cônjuge ou
		eral, consanguíneo ou afim de servidor(a) público
		nissão ou função de confiança, seja membro da
comis	ssão de licitação, pregoeiro ou atividade ligad	da à contratação;
9)	Declaramos para os devidos efeitos e so	b pena da lei que não possuir em seu quadro
societ	tário servidor público da ativa, empregado	de empresa pública ou de sociedade de economia
mista	•	
		42.54
10)	-	o, na qualidade de Proponente dos procedimentos
		que o(a) responsável legal da empresa é o
(a)Sr.	(a),	Portador(a) do RG sob nº, cuja função/cargo
		rador/procurador/diretor/etc), responsável pela
assin	atura do contrato.	121/g
11)	Declaration name as devides fine and em	caso de qualquer comunicação futura referente e
,	, ,	eventual contrațação, concordo que o Contrato
	ncaminhado para o seguinte endereço:	System Contract Contract Que o Contract
soja o	noummado para o soguinto endocyo.	
E-ma	il:	
	one: ()	3.3 2.5
	()	
12)	Caso altere o citado e-mail ou telefone con	nprometo-me em protocolizar pedido de alteração
junto	ao Sistema de Protocolo deste Município,	sob pena de ser considerado como intimado nos
	anteriormente fornecidos.	
		- Fee
13)	Nomeamos e constituímos o senhor (a)	, portador(a) do CPF/MF
sob n	.º, para ser o(a) respon	sável - para acompanhar a execução do Contrato,
refere	ente ao PREGÃO ELETRÔNICO №. xx/202	23 e todos os atos necessários ao cumprimento das
obrig	ações contidas no instrumento convocatório,	seus Anexos e na Contratos/Contrato.
		' 7,5
14)	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	ue estamos cientes conhecemos e entendemos os
termo	s das leis anticorrupção brasileiras ou de	quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do

presente contrato/ata, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores,





funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome. Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato/Ata, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis. Que na execução deste Contrato/Ata, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção. A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

15) Declaramos neste ato que:

- (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção;
- (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.
- 16) Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

Local / data
Nome, RG e assinatura.
Responsável ou Representante Legal





PREGÃO ELETRÔNICO Nº. xx/2023
PROTOCOLO Nº 17437/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. xx/2023

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Aos dias do mês de de 2023, autorizado pelo PREGÃO ELETRÔNICO
Nº. xx/2023 foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto
nas Leis Federais n°. 8.666/1993 e 10.520/2002, que, conjuntamente com as condições a seguir
estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o Municipio de Fazenda Rio Grande, pessoa
jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 95.422.986/0001-02, neste ato
representado por seu Prefeito Municipal, Sr. xxxxxx, portadon da Carteira de Identidade RG nº.
SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o n°, neste ato assistido pelo
Procurador do Município, OAB/PR e em conjunto com o Secretário
Municipal, inscrito no CPF/MF sob o n° e o DETENTOR DA ATA
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº, Inscrição Estadual nº.
, Inscrição Municipal nº, com endereço à, neste ato
representado por, inscrito no CPF sob nº
1.1. Tendo em vista o resultado da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº. xx/2023,
homologado pelo Senhor Prefeito Municipal em XXX de XXXX de 2023, bem como a
classificação obtida no certame, realiza-se a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com
objeto a "Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos tipo
ônibus e van, com motoristas, para suprir as demandas das Secretarias Municipais, conforme
solicitação da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude".
1.2. As especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pela empresa classificada
no certame, serão conforme o especificado na Tabela de itens e valores extraída do sistema Betha
Compras.
1.3. O valor total da presente Ata correspondente ao preço obtido no certame licitatório, é de
R\$
sobre a execução do objeto.
1.4. Integra e completa a presente Ata de Registro de Preços para melhor caracterização dos
serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações
ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as

condições expressas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO No. xx/2023 e seus anexos, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a esta ATA Registro de Preços, definir sua





extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o CONTRATADO assume todas as exigências do Edital retro mencionado e todos seus Anexos.

- 2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Detentor da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N°. xx/2023.
- 3. As locações dos ônibus e van se darão na forma descrita no Termo de Referência.
- 3.1. A prestação dos serviços deverá seguir criteriosamente o descrito no Termo de Referência da Secretaria solicitante.
- 3.2. Os itens deverão apresentar o padrão qualidade, estando de acordo com legislação vigente e sempre que houver questionamento fundamentado o mesmo deverá ser atendido.
- 3.3. Pedidos em pequena quantidade não caracterizam justificativa para atrasos ou recusa de entrega.
- 4. Os serviços registrados serão recebidos provisoriamente para efeito de simultânea ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo que será realizado pelo servidon devidamente designado como fiscal pela Secretaria Solicitante, observado o prazo de até 5 (cinco) dias de sua entrega.
- 4.1. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.2. O recebimento definitivo, não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais, podendo levar à rescisão da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, bem como nesta Ata de Registro de Preços.
- 4.3. A fiscalização da ATA Registro de Preços será exercida pelos servidores devidamente designados, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da ATA de Registro de Preços, e de tudo darão ciência à Administração.
- 4.3.1. São designados como fiscais:
 - a) Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude: Fernando Lima de Souza, matrícula 351345;
 - b) Secretaria Municipal de Cultura: Andressa Camilo, matricula 358385;
 - c) Secretaria Municipal de Saúde: Karine Souza Dias, matrícula 351322;





- d) Secretaria de Assistência Social: Nestor Luiz Preza, matrícula 349630,
- 4.4. Os representantes da Contratante deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do Contrato.
- 4.5. Os fiscais da Ata de Registro de Preços anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês_{it}e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 4.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 4.7. A fiscalização referente às documentações (ônibus e motorista), condições do veículo e condições de rodagem ficarão sob responsabilidade do Setor de Frotas deste Município.
- 4.8. Todos os veículos utilizados deverão ser, obrigatoriamente após vistoria do Setor de Frotas, cadastrados junto a este órgão, o qual emitirá Atestado aprovando o veículo. Para fins de cadastramento do veículo, a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:
- a) Para viagens intermunicipais e interestaduais: comprovantes de cadastro do veículo, emitidos pelo DER Departamento de Estradas e Rodagens;
- b) A Contratada também deverá cumprir o estabelecido no Manual do Transportador com regras estabelecidas pelo DER para o transporte de passageiros dentro do estado do Paraná, para viagens intermunicipais (inclusive RM Região Metropolitana).
- 5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Registro de Preços.
- 5.1. Em caso de não aceitação do item objeto deste PREGÃO, fica a Detentora da Ata obrigada a retirá-lo e substituí-lo no prazo de 2 (duas) horas contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena multa de 2% da autorização de fornecimento, ao dia, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, em conformidade com o item 12, II, "c" da presente Ata.
- 5.2. Em caso de diferença de quantidade, fica a Detentora da Ata obrigada a providenciar sua complementação no prazo de 2 (duas) horas contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena multa de 2% da autorização de fornecimento, ao dia, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor produtos não substituídos, corrigidos ou não





complementados, em conformidade com o item 12, II, "c" da presente Ata.

- 6. O pagamento será efetuado conforme a entrega dos produtos, através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais INSS, de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- **6.1.** Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.
- 6.2. Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).
- **6.3.** Do montante, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente.
- 6.4. Em caso de atraso de pagamento em relação ao item 6, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (conforme art.40, XIV, "c", Lei Federal 8666/1993).
- 6.5. Para fins de efetivação do pagamento, deverá constar também:
- a) Cópia autenticada das folhas de salário dos empregados envolvidos na execução do objeto contratado;
- b) Declaração do responsável legal pela empresa dando conta da regular quitação de todos os direitos sociais trabalhistas de seus empregados;
- c) Cópia dos termos de rescisão contratual firmados no período e correspondente termo de quitação das verbas rescisórias e recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços FGTS;
- d) Declaração do responsável legal da empresa, contendo indicação dos empregados que desenvolveram as atividades previstas no objeto do contrato por posto de trabalho e período, integral ou parcial, de atuação no mês de apuração, com indicativo expresso da jornada cumprida em cada posto de trabalho e horário de intervalo de cada empregado;
- e) A declaração mencionada na alínea "d" acima deverá trazer, ainda, a qualificação civil e número da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS de cada um dos empregados envolvidos, bem como o motivo o afastamento durante o mês.
- 7. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses.
- 7.1. Em razão da vigência por 12 (doze) meses, somente serão deferidos eventuais reajustes de Rua Jacarandá, 300 Nações Fazenda Rio Grande/PR CEP 83823-901 Fone/Fax (41) 3627-8500.





preços:

- a) Em razão de alteração significativa de valores de mercado que, <u>comprovadamente</u>, impeçam o fornecedor de continuar o fornecimento sem o reajuste;
- b) Mediante pedido escrito e fundamentado por parte do fornecedor;
- c) Pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), caso tal índice seja suficiente para atualizar os valores para aqueles praticados pelo mercado.
- 7.1.1. O pedido poderá ser feito pelo fornecedor ou pela Secretaria interessada e o reajuste poderá ser para mais ou para menos, de acordo com os preços praticados no mercado.
- 7.1.2. O reequilíbrio econômico-financeiro estará condicionado à apresentação de notas fiscais de períodos diversos, sendo uma de data próxima ao certame e outra de data próxima à ocorrência que resultou no aumento de preço.
- 7.1.2.1. Havendo impossibilidade de apresentação de notas fiscais a empresa deverá expor sua justificativa, a qual deverá ser submetida à aceitação do(a) Secretário(a) Municipal.
- 7.1.2.2. O pedido de reequilíbrio econômico deve ser realizado através do protocolo geral da Prefeitura (https://www.fazendariogrande.pr.gov.br/conheca-o-novo-ambiente-de-protocolos).
- 8. Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 9. As despesas decorrentes da presente licitação onerarão os seguintes recursos orçamentários:

Código Reduzido	Funcional	gran	Fonte	Secretaria
833	32.001.27.812.0047.2214.3.3.90.39	چُون چون	1000	SMELJ
842	32.001.13.392.0047.2224.3.3.90.39	ů,	1000	SMELJ
235	15.001.10.301.0041.2051.3.3.90.39) <u>(</u> (()	1303	SMS
261	15.002.10.301.0041.2054.3.3.90.39	* 1	1303	SMS
278	15.003.10.305.0041.2056.3.3.90.39	25.7	1494	SMS
294	15.004.10.303.0041.2058.3.3.90.39	ASS.	1000	SMS
315	15.005.10.302.0041.2204.3.3.90.39	17.50 1815/17	1000	SMS
323	15.005.10.302.0041.2205.3.3.90.39	34	1303	SMS
911	36.001.13.392.0046.2019.3.3.90.39	i jy je	1000	SMC
920	36.001.13.392.0046.2020.3.3.90.39	ŧĝ	1000	SMC
937	37.001.13.392.0046.2142.3.3.90.39	ម៉ែក	1000	SMC
438	17.001.08.244.0049.2078.3.3.90.39	Э́м	1000	SMAS
438	17.001.08.244.0049.2078.3.3.90.39	<u>, v</u>)?	1934	SMAS
443	17.001.08.241.0049.2079.3.3.90.39	自	1000	SMAS
453	17.001.08.243.0049.6001.3.3.90.39	衛展	1000	SMAS





453	17.001.08.243.0049.6001.3.3.90.39	1934	SMAS
463	17.001.08.243.0049.6001.3.3.90.39	11726	SMAS
475	17.002.08.244.0049.2081.3.3.90.39	1000	SMAS
475	17.002.08.244.0049.2081.3.3.90.39	1941	SMAS
480	17.002.08.244.0049.2082.3.3.90.39	1000	SMAS
480	17.002,08.244.0049.2082.3.3.90.39	1941	SMAS
480	17.002.08.244.0049.2082.3.3.90.39	1712	SMAS
491	17.002.08.244.0049.2203.3.3.90.39	0941	SMAS
491	17.002.08.244.0049.2203.3.3.90.39	1941	SMAS
508	17.003,08.244.0049.2085.3.3.90.39	1000	SMAS
508	17.003.08.244.0049.2085.3.3.90.39	0941	SMAS
508	17.003.08.244.0049.2085.3.3.90.39	1942	SMAS
514	17.003.08.243.0049.6005.3.3.90.39	1000	SMAS
514	17.003,08.243.0049.6005.3.3.90.39	0941	SMAS
514	17.003.08.243.0049.6005.3.3.90.39	1770	SMAS
530	17.004.08.244.0049.2088.3.3.90.39	1000	SMAS
537	17.004.08.244.0049.2089.3.3.90.39	1940	SMAS

10. A Detentora da Ata obriga se a:

- 10.1. Efetuar os serviços nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipos procedência e prazo de garantia.
- 10.2. Efetuar a prestação dos serviços nos quantitativos definidos pela CONTRATANTE, na forma especificada no Termo de Referência e Anexos.
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).
- 10.4. O dever previsto no subitém anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 2 (duas) horas o produto com avarias ou defeitos.
- 10.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
- 10.6. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.7. Manter, durante toda a execução da ATA Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições



178



autorizadas no Termo de Referência, Edital ou na minuta da ATA de Registros de Preços.

- 10.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da ATA de Registro de Preços.
- 10.10. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- 10.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações atrabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 10.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 10.14. Atender, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a quaisquer solicitações do fiscal da ata em razão de regularidade fiscal e tributária.
- 10.15. Cumprir o estabelecido no Manual do Transportador, com regras estabelecidas pelo DER para o transporte de passageiros dentro do Estado do Paraná, para viagens intermunicipais (inclusive RM Região Metropolitana);
- 10.16. A empresa deverá disponibilizar os veículos em perfeitas condições de uso, bom estado de conservação e com certificados de vistorias dos órgãos competêntes, válidos, e possuir todos os itens de segurança previstos na legislação vigente. A contratada é a única responsável por toda manutenção preventiva e mão de obra especializada, limpeza e abastecimento do veículo;
- 10.17. Em caso de defeitos ou avarias no veículo, que impeçam seu funcionamento e/ou que necessitem de manutenção pelo período superior a 2 (duas) horas, será de inteira responsabilidade da contratada a substituição do mesmo, evitando prejuízo ao município;
- 10.18. A empresa contratada será responsável direta e exclusiva pela execução do objeto e consequentemente, respondendo civilmente, criminalmente e ambientalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução deste, venha direta ou indiretamente causar ao Município ou a terceiros, sendo punida com sanções administrativas de acordo com a Lei nº 8666/93;





- 11. A Contratante obriga-se a:
- 11.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário.
- 11.2. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.
- 11.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 11.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.5. Expedir as comunicações dirigidas à CONTRATADA e exigir, a qualquer tempo, que seja refeito/entregue qualquer serviço/objeto que julgar insuficientes, inadequados ou em desconformidade com o solicitado;
- 11.6. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do item recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 11.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- 11.8. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

idi

 Ω_{ϵ}^{r}

i 75

- 12. No caso de inexecução total ou parcial, ou ainda, atraso injustificado do objeto desta licitação, sem prejuízos das responsabilidades civil e criminal, ressalvado as situações devidamente justificadas e comprovadas, a critério da Administração Pública, garantia a ampla defesa e o contraditório, serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativamente ou não:
- I. Advertência.
- a) A advertência será formalizada por meio de documento expedido pelo Município:
- II. Multa, nos seguintes termos:
- b) Pelo atraso no fornecimento, será aplicada multa de mora de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor da Autorização de Fornecimento, até o prazo máximo de 10 (dez) dias. Vencido o prazo da Ata de Registro de Preço poderá ser considerada rescindida, a critério da Administração, ficando sujeita às penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, assim como as contratuais, tudo sem prejuízo da multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.





- c) Pela recusa em realizar o fornecimento, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das perdas e danos e, se for o caso multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.
- d) Pela demora em substituir o material rejeitado ou corrigir às falhas do produto fornecido ou complementar a quantidade, a contar do quinto dia da notificação da rejeição, aplicar-se-á multa de 2% (dois por cento) do valor do material, por dia decorrido, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, tudo sem prejuízo da multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, e suas alterações, ou no instrumento convocatório ou ainda, na Ata de Registro de Preços, e não abrangida nos incisos anteriores ou subsequentes, aplicar-se-á multa de 1% (um por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas relativas à rescisão e perdas e danos, prevista na letra "e" e perdas e danos.
- f) Pelo descumprimento parcial ou integral do Registro de Preços, que enseje rescisão, multa de 10% (dez por cento) do valor registrado, sem prejuízo de perdas e danos e das demais multas.
- III. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preço, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios es será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art. 4º da Lei 10520/02, pelo prazo de 02 (dois) anos até o máximo 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de 10 % (dez por cento) do valor da sua proposta atualizada e das demais cominações legais.
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com esta Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a penalizada ressarcir o Município, pelos prejuízos resultantes e, após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior. A Declaração terá sua publicação na Imprensa Oficial, de acordo com a Lei nº. 8.666/93.
- 12.1. Além do previsto acima, pelos motivos que se seguem, principalmente, a detentora da Ata estará sujeita às penalidades tratadas nos Incisos III e IV do Item 10, cumuladas com multas, tanto moratórias como sancionatórias.
- I pelo descumprimento do prazo de fornecimento;
- II pela recusa em atender alguma solicitação para correção no fornecimento, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data da rejeição, devidamente notificada.
- III pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados em Rua Jacarandá, 300 Nações Fazenda Rio Grande/PR CEP 83823-901 Fone/Fax (41) 3627-8500.





Edital e nesta Ata de Registro de Preços.

- 12.2. Além das penalidades citadas, a Detentora da Ata/Contratada ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- 12.3. As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 20% (vinte por cento) do valor registrado ou da Proposta Atualizada, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 12.4. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à detentora da Ata as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em Lei.
- 12.5. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.
- 13. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 14. O fornecedor terá seu Registro de Preços cancelado quando:
- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- rc) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) presentes razões de interesse público.
- e) o cancelamento de Registro de Preços, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e amplo defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- f) o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.
- g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.
- 14.1. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
- 14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato

*251C.





superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

- 14.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado nos casos previstos, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.
- 15. As partes CONTRATANTES comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate a corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000; a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002; e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.
- 15.2. O DETENTOR DA ATA, no desempenho das atividades objeto desta ATA, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m)constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5°.
- 15.3. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do DETENTOR DA ATA, em qualquer um dos seus aspectos, poderão ensejar: I Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrava. PAR, nos termos do Decreto nº 8.420/2015 e Instrução Normativa CGU nº 13/2019, com aplicação das sanções administravas porventura cabíveis; II Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013;
- 15.4. O DETENTOR DA ATA obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e integra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.
- 15.5. O DETENTOR DA ATA declara, para todos os devidos fins, sob as penas da lei, que a empresa/organização ora qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem lesão à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 Lei Anticorrupção. Outrossim, declara que a empresa envida os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua atuação, pautando suas atividades nas melhores práticas do mercado, no que se refere ao combate de desvios





éticos e de integridade. As partes que o que subscrevem reconhecem que é verdade.

- 16. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. xx/2023.
- 17. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO ELETRÔNICO N°. xx/2023, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
- 18. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Fazenda Rio Grande, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, esgotadas as vias administrativas.
- 19. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelo Prefeito Municipal de Fazenda Rio Grande, e pelo representante do Detentor, e duas testemunhas.
- 20. Fazem parte da presente Ata os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE INTEGRIDADE E ÉTICA.

Fazenda Rio Grande, xx de xxxxx de 2022.

Marco Antonio Marcondes Silva Prefeito Municipal Órgão Gerenciador			(Razão Social) (Representante) Detentor da Ata de Registro de Preços		
Procurador do M OAB n° Testemunhas:	unicípio		Secretário Municipal Decreto nº		
Nome:	las 40 45	Assinatura:			
Nome:	्रोबर -	Assinatura:			





PREGÃO ELETRÔNICO Nº. xx/2023 PROTOCOLO Nº 17437/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. xx/2023

ANEXO I DO CONTRATO- TERMO DE INTEGRIDADE E ÉTICA

λ Desfritues de Município de Francia Dio Consula
À Prefeitura do Município de Fazenda Rio Grande.
Prezados Senhores,
Eu, representante legal da empresa/organização no composado de la composado de
qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às
leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem
lesão à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º
de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção. Outrossim, declaro que a empresa envida os melhores
esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua atuação, pautando suas
atividades nas melhores práticas do mercado, no que se refere ao combate de desvios éticos e de
integridade. Reconheço que o que subscrevo é verdade, sob as penas da lei.
Local, DIA de MÊS de 20
Assinatura do representante legal da licitante
Nome do representante legal da licitante



MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDÉ **ESTADO DO PARANÁ** PROCURADORIA GERAL DO MUNICI

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO PARECER Nº 241/2023

Processo nº 17437/2023 💥

Interessado: Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude Objeto: Avaliação de minuta de edital e ata de registro de preços

Requer a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude a análise da minuta do edital de licitação, modalidade Pregão Eletrônico e respectiva ata de registro de preços, que tem como objeto a contratação de empresa par a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van com motorista.

Da análise tão somente da minuta do edital e respectiva ata de registro de preços, conclui-se que foram observados os requisitos legais para sua elaboração, em especial o artigo 4º, III e V da Lei nº 10.520/02 e artigo 40 da Lei nº 8.666/93, razão pela qual esta Procuradoria, analisando os aspectos estritamente jurídicos, sem apreciação do mérito administrativo, não opõe qualquer óbice ao prosseguimento do certame. Não foi objeto de análise do presente parecer a divisão do edital em lotes.

Saliente-se, contudo, que os critérios e a análise de mérito (oportunidade e conveniência do pedido) constituem análise técnica da Secretaria solicitante, bem como, a verificação das dotações orçamentárias e especificidade ou cumulação do objeto do procedimento licitatório, pelo que, o presente opinativo cinge-se exclusivamente aos contornos jurídicos formais do caso em comento.

É o parecer.

Fazenda Rio Grande/PR, 03 de maio de 2023.

FABIO JULIO Assinado de forma digital An NOGARA

> Fábio Júlio Nogara Procurador do Município Matrícula 350.950 OAB/PR nº 41.224

:::

ή.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023 PROTOCOLO 17437/2023 - Processo Administrativo nº. 067/2023 Menor Preço Por Lote

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos tipo ônibus e yan, com motoristas, para suprir as demandas das Secretarias Municipais, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. Edital e Entrega das propostas disponíveis a partir de 04/05/2023 às 08:00h no site https://www.gov.br/compras/pt-br. Abertura das Propostas 17/05/2023 às 09:00h (horário de Brasília) no site: https://www.gov.br/compras/pt-br.

Fazenda Rio Grande/PR, 03 de maio de 2023.

Rubrica

iid Hij , <u>Ç</u>a

 $\{j_i\}_{i=1}^n$

强力

10 $Y^{\prime}Y^{\prime}$ 23, 11. 2 ٠,

563

16

Documento assinado digitalmente GOVOT GISLAINE ERARDT RODRIGUES DE OLIVEIR Data: 03/05/2023 13:15:31-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Gislaine Erardt Rodrigues de Oliveira Pregoeira Municipal





PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023

PROTOCOLO Nº 17437/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 67/2023

PREÂMBULO:

O Município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO – REGISTRO DE PREÇOS, na forma ELETRÔNICA do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 4906/2019, Decreto Federal n.º 10.024/2019, na Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar Federal n.º 123/2006 alterada pela Lei Complementar Federal n.º147/2014 e demais disposições fixadas neste edital e seus anexos.

O PREGÃO será conduzido pelo(a) PREGOEIRO(A), auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, nomeados pela Portaria nº. 241/2022.

A sessão pública se dará através do Portal de Compras do Governo Federal – https://www.gov.br/compras/pt-br na data de 17 de maio de 2023 às 09:00h.

As propostas comerciais serão, recebidas desde a divulgação do Edital no Portal de Compras do Governo Federal, até a data e horário da abertura da sessão pública.

O Edital poderá ser consultado através do endereço eletrônico http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/ConsLicitacao_Filtro.asp informando o código do Município – UASG 989.983.

O Edital também estará disponível a quaisquer interessados no endereço eletrônico da Prefeitura www.fazendariogrande.pr.gov.br/transparencia/licitacoes.

O aviso do EDITAL consta devidamente publicado no Jornal Oficial do Município de Fazenda Rio Grande, no Jornal de Circulação Regional - Diário Indústria & Comércio, Diário Oficial do Estado do Paraná, Diário Oficial da União e no Mural de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

1. OBJETO DO PREGÃO:

1.1. A presente licitação tem por objeto "Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos tipo ônibus e van, com motoristas, para suprir as demandas das Secretarias Municipais, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude" de acordo com as especificações contidas no ANEXO I, que é parte integrante deste edital.





2. TIPO DO PREGÃO:

2.1. Este PREGÃO é do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, em regime de execução indireta por preço unitário.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. As despesas decorrentes da presente licitação onerarão o seguinte recurso orçamentário:

Código Reduzido	Funcional		Fonte	Secretaria
833	32.001,27.812.0047.2214.3.3.90.39		1000	SMELJ
842	32.001.13.392.0047.2224.3.3.90.39	Y25.	1000	SMELJ
235	15.001.10.301.0041.2051.3.3.90.39		1303	SMS
261	15.002.10.301.0041.2054.3.3.90.39	garana 1	1303	SMS
278	15.003.10.305.0041.2056.3.3.90.39		1494	SMS
294	15.004.10.303.0041.2058.3.3.90.39	١	1000	SMS
315	15.005.10.302.0041.2204.3.3.90.39		1000	SMS
323	15.005.10.302.0041.2205.3.3.90.39		1303	SMS
911	36.001.13.392.0046.2019.3.3.90.39	-2	1000	SMC
920	36.001.13.392.0046.2020.3.3.90.39		1000	SMC
937	37.001.13.392.0046.2142.3.3.90.39	, , ,	1000	SMC
438	17.001.08.244.0049.2078.3.3.90.39		1000	SMAS
438	17.001.08.244.0049.2078.3.3.90.39	Att. y	1934	SMAS
443	17.001.08.241.0049.2079.3.3.90.39		1000	SMAS
453	17.001.08.243.0049.6001.3.3.90.39	· <u> </u>	1000	SMAS
453	17.001.08.243.0049.6001.3.3.90.39		1934	SMAS
463	17.001.08.243.0049.6001.3.3.90.39	7 3.	11726	SMAS
475	17.002.08.244.0049.2081.3.3.90.39	F F	1000	SMAS
475	17.002.08.244.0049.2081.3.3.90.39	1.	1941	SMAS
480	17.002.08.244.0049.2082.3.3.90.39	,	1000	SMAS
480	17.002.08.244.0049.2082.3.3.90.39	,	1941	SMAS
480	17.002.08.244.0049.2082.3.3.90.39	ধার * মুখ্	1712	SMAS
491	17.002.08.244.0049.2203.3.3.90.39	1	0941	SMAS
491	17.002.08.244.0049.2203.3.3.90.39	1. at	1941	SMAS
508	17.003.08.244.0049.2085.3.3.90.39	194	1000	SMAS
508	17.003.08.244.0049.2085.3.3.90.39	,	0941	SMAS
508	17.003.08.244.0049.2085.3.3.90.39		1942	SMAS
514	17.003.08.243.0049.6005.3.3.90.39	÷ ,1	1000	SMAS
514	17.003.08.243.0049.6005.3.3.90.39		0941	SMAS
514	17.003.08.243.0049.6005.3.3.90.39		1770	SMAS
530	17.004.08.244.0049.2088.3.3.90.39	1111	1000	SMAS
537	17.004.08.244.0049.2089.3.3.90.39		1940	SMAS





4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

- 4.1. AMPLA CONCORRÊNCIA: poderão participar desta licitação todos os interessados que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste Edital e seus anexos, pertencentes ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.
- 4.2. Poderão participar deste Pregão as todas as Empresas interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com o Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF.
- 4.3. O Cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais SISG, localizados nas Unidades da Federação.
- 4.4. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 4.5. As empresas proponentes enquadráveis na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte, estabelecida pelo art. 3º da lei Complementar 123 de 14/12/2006, que desejarem fazer uso dos benefícios conferidos pelo citado diploma legal deverão sinalizar tal enquadramento no campo específico no Sistema ComprasGov.
- 4.6. Consideram-se Micro e Pequenas Empresas aptas à participação no certame aquelas que preenchem os requisitos do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadrem em nenhuma das situações descritas no parágrafo 4º do referido art. 3º.
- 4.7. Não será permitido o consorciamento de empresas.
- 4.8. Estarão impedidas de participar de qualquer fase do processo empresas que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir:
 - a) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Municipal, ainda, penalidade imposta pela Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações;
 - b) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
 - c) Estejam sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
 - d) Se enquadrem numa das hipóteses do disposto no artigo 9º da Lei Federal n.º





8.666/93 e alterações;

- e) Estejam em situação irregular perante as Fazendas: Nacional, Estadual, Municipal, o FGTS e justiça do trabalho;
- f) Que possuam sócio, cotista, dirigente, bem como as que possuam em seu quadro funcional ou venham a contratar empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção, de chefia ou de assessoramento, conforme estabelece o entendimento contido no Acórdão 2745/10 = TCE/PR e no Prejulgado 09 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, publicado no AOTC 229 de 11/12/2009, referente à Súmula Vinculante 13 do Supremo Tribunal Federal que versa sobre o nepotismo;
- f.1) Estão inseridos no conceito de incompatibilidade, sócios, dirigentes ou cotistas que forem servidores do órgão licitante, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim de servidor público do órgão ou entidade licitante, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou autoridade ligada à contratação;
- g) Que seja empresa estrangeira que não funcione no País;
- h) Que seja consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- i) Que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com o a Administração Pública.
- 4.9. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
 - a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
 - a.1) Nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;
 - a.2) Nos itens não exclusivos, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
 - b) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
 - c) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - d) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos.





termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

- e) Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- 4.10. Os licitantes arcarão comitodos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

5. CREDENCIAMENTO:

- 5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 5.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 5.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6. SISTEMA ELETRÔNICO:

- 6.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e seus lances.
- 6.2. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.3. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes.
- 6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.





6.6. O pregão será executado conforme o Decreto 10024/2019 na modalidade ABERTA.

7. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:

- 7.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da réprodução gráfica será cobrado, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.
 - 7.1.1. O pedido de esclarecimento sobre o ato convocatório pode ser formalizado por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado na Prefeitura, situado na Rua Jacarandá, nº 300, Bairro Nações, durante o expediente normal do órgão licitante, das 08:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas, ou pelo email: licitacoesfazendariogrande@hotmail.com. "Esclarecimento ao edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023".
 - 7.1.2. As dúvidas feitas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.
 - 7.1.3. Os esclarecimentos serão prestados no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação por parte do PREGOEIRO, passando a integrar os autos do PREGÃO, dando-se ciência às demais licitantes.

8. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

- 8.1. É facultada a qualquer interessado a apresentação de impugnação ao ato convocatório do PREGÃO e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas.
 - **8.1.1.** A apresentação de impugnação ao ato convocatório deverá ser formalizada por meio de requerimento endereçado ao PREGOEIRO, protocolado no Protocolo Geral da Prefeitura, situado na Rua Jacarandá, nº 300, Bairro Nações, durante o expediente normal do órgão licitante, das 08:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas ou por e-mail ou outro dispositivo eletrônico, carta registrada ou através de qualquer meio idôneo.
 - **8.1.1.1.** A impugnação apresentada por meio eletrônico deverá ser formalizada através do email <u>licitacoesfazendariogrande@hotmail.com</u>, devendo constar no assunto: Impugnação ao edital de PREGÃO ELETRÔNICO N°. 30/2023".
 - 8.1.1.2. Para efeito de recebimento, a impugnação apresentada através de e-mail, deverá conter todos os documentos referentes à impugnação devidamente anexados e autenticados por meio eletrônico, ou conter assinatura eletrônica do(s) responsável(is).
 - 8.1.2. A decisão sobre o pedido de impugnação será proferida pela autoridade competente

 Rua Jacarandá, 300 Nações Fazenda Rio Grande/PR CEP 83823-901 Foné/Fax (41) 3627-8500.





no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos do PREGÃO.

8.1.3. O acolhimento do pedido de impugnação que implique modificação do ato convocatório do PREGÃO requer republicação pela mesma forma que se deu o texto original e a designação de nova data para a realização do certame.

9. PROPOSTA DE PREÇOS:

- 9.1. O licitante deverá encaminhar a proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 9.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 9.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 9.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 9.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 9.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - a) A quantidade de unidades, observada a quantidade total prevista para cada item do ANEXO I Orçamento da Administração;
 - b) Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
 - c) Marca / Fabricante;
 - d) Valor unitário e total, em algarismo, com 2 (duas) casas decimais;
 - 9.6.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
 - a) Quando o descritivo cadastrado no COMPRASGOV não corresponder ao especificado no Edital, o fornecedor deverá considerar apenas o do Edital ANEXO I.





- 9.6.2. As propostas acima do preço máximo definido no ANEXO I do Edital poderão ser classificadas para fase de lances, observando o item 11.6 deste Edital.
- 9.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 9.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10. JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

- 10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão públicas por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 10.2. O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR LOTE, conforme definido neste Edital e seus anexos.
 - 10.2.1. Do comparativo dos lotes do Anexo I com os Grupos e Itens do ComprasGov:
 - O lote 1 corresponde ao Item 1;
 - O lote 2 corresponde ao Item 2;
 - O lote 3 corresponde ao Grupo 1;
- 10.3. O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 10.4. Será desclassificada a proposta com valor superior ao preço máximo fixado.
 - 10.4.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
 - 10.4.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 10.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 10.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

11. SESSÃO DE LANCES, NEGOCIAÇÃO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORÁ:





- 11.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 11.1.1. O <u>lance</u> deverá ser ofertado pelo <u>valor do item</u>, em algarismo, com 2 (duas) casas decimais, expresso em meeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes no <u>Anexo I deste Edital.</u>
 - 11.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
 - 11.1.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
 - 11.1.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
 - 11.1.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
 - 11.1.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 11.2. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.
- 11.3. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 11.4. Quando houver itens <u>não</u> exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
 - 11.4.1. Nessas condições, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
 - 11.4.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação

. i. de





automática para tanto.

- 11.4.3. Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 11.5. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
- 11.6. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto, sendo desclassificadas as propostas que resultarem com o valor acima do máximo do Edital.
- 11.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 11.8. Também, nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 11.9. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 11.10. Classificada(s) a(s) proposta(s) em 1º lugar, o(a) pregoeiro(a) efetuará consulta aos sites do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e Portal da Transparência do Governo Federal, para verificar se a(s) detentora(s) da melhor oferta encontra-se suspensa(s) ou impedida(s) de licitar com a Administração, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO e submissão a Processo Administrativo.
- 11.11. O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
 - 11.11.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se forço caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu posterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
 - a) O prazo estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente





aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

- 11.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.13. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 11.14. Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no neste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS (http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992).

12. DA INCLUSÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO NO SISTEMA E DO ENVIO DOS ORIGINAIS

- 12.1. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto e valor ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 12.2. A PROPOSTA COMERCIAL ATUALIZADA do licitante que ofereceu o menor valor deverá ser encaminhada OBRIGATORIAMENTE, no prazo de até 3 (três) horas contando da convocação efetuada pelo Pregoeiro, por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema Comprasgov.
 - 12.2.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso seja solicitadas pelo Pregoeiro, deverão ser entregues na Divisão de Compras e Licitações, situado na Rua Jacarandá, nº 300, Nações I, Fazenda Rio Grande, no prazo de até 3 (três) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte a convocação do pregoeiro.
 - 12.2.2. A documentação relativa à Proposta comercial, <u>quando solicitada pelo Pregoeiro</u> deverá ser enviada em envelope lacrado, tendo sua parte externa às seguintes informações:

412





Ao Pregoeiro do Município de Fazenda Rio Grande

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 30/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

ENVELOPE N°. 01 — DOCUMENTAÇÃO DE PROPOSTA

COMERCIAL

(Razão Social do Proponente, Endereço, CNPJ, Telefones e e-mail)

12.2.3. A documentação relativa à Habilitação, <u>quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a)</u> deverá ser enviada em envelope lacrado, tendo sua parte externa às seguintes informações:

Ao Pregoeiro do Município de Fazenda Rio Grande

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

ENVELOPE Nº. 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(Razão Social do Proponente, Endereço, CNPJ, Telefones e e-mail)

- 12.3. O não encaminhamento, nos prazos fixados, tanto da documentação solicitada por e-mail quanto da documentação original ou autenticada, <u>quando solicitada</u>, implicará na inabilitação da Licitante e a sujeitará as sanções previstas neste Edital.
- 12.4. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para Habilitação deverão estar com o nome do Licitante, e com número do CNPJ e o respectivo endereço.
- 12.5. Se a Licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a Licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 12.6. Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, caso haja alguma restrição quanto à comprovação fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativa ou positiva com efeito negativa, no moldes do art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.
 - 12.6.1. A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções no art. 81, da Lei 8666/1993 sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da Nota de Empenho, ou revogar.

13. DOCUMENTOS E CONDIÇÕES PARA HABILITAÇÃO:

13.1. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO pertinentes acramo do objeto do PREGÃO são





os seguintes:

13.1.1. Habilitação Jurídica:

- a) Ato Constitutivo (qualificação jurídica) ou Estatuto ou, ainda, Contrato Social em vigor (qualificação jurídica), em se tratando de sociedades comerciais ou Requerimento do Empresário, em se tratando de microempreendedor individual, bem como suas alterações em vigor, devidamente registrados (ou outro instrumento equivalente). No caso de sociedades por ações, apresentar também documentos de eleição de seus administradores; para sociedades civis, a inscrição do Ato Constitutivo deverá vir acompanhada de prova de diretoria em exercício. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, apresentar Decreto de Autorização e Contrato ou Autorização para Funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - a.1) A apresentação de todas as alterações contratuais a que se refere o edital poderá ser substituída pelo contrato social consolidado e todas as alterações posteriores.
- b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ (Cartão de Identificação);

13.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS;
- b) Prova de Regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais prévistas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;
- c) Prova de Regularidade relativa a Tributos Estaduais;
- d) Prova de Regularidade relativa a Tributos Municipais;
- e) Prova de Regularidade relativa a Débitos Trabalhistas.

13.1.2. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO, se outro prazo não constar do documento.
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, optativamente acompanhado de Notas Explicativas, já exigíveis e apresentado na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, conforme índices descritos a seguir, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrada há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Observação: O balanço das sociledades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em Rua Jacarandá, 300 – Nações – Fazenda Rio Grande/PR – CEP 83823-901 – Fone/Fax (41) 3627-8500.





publicação no Diário Oficial. O Balanço das demais empresas vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados por profissional responsável (Contador).

b1. O Balanço Patrimonial solicitado na alínea "b" do subitem 9.1.3 deverá ser acompanhado da demonstração dos cálculos dos índices elencados abaixo:

٠., ٔ

Índices de Liquidez Geral - ILG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	- ≥1 , 00
Índices de Liquidez Corrente - ILC = -	Ativo Circulante Passivo	- ≥ 1,00
Índice de Solvência Geral - ISG =	Ativo Total Passivo Circulante + Exigivel a Longo	≥ 1,00

Observação: Os documentos acima aludidos deverão estar dentro de seus prazos de validade.

13.1.3. Qualificação Técnica

- a) Atestado de Capacidade Técnica emitido, no mínimo, por 01 (um) órgão público ou privado, comprovando aptidão para características, quantidades e prazos;
 - a.1) O atestado deverá conter expressamente o nome do responsável pela assinatura, bem como endereço e dados de contato do emissor do atestado.
 - a.2) Havendo dúvida acerca do atestado fornecido por órgão privado, poderá a Administração Pública exigir o reconhecimento de firma da assinatura do responsável, conforme §2º do artigo 22, da Lei nº. 9784/1999;
 - a.3) O(s) Atestado(s) poderão ter sua autenticidade comprovada conforme Art. 43, § 3°, da Lei Federal 8.666/93;

13.1.4. Documentos Complementares:

- a) Declaração modelo unificada, conforme modelo ANEXO III deste Edital, assinada por representante legal da empresa.
- 13.2. A Documentação prevista no subitem 13.1. deverá ser entregue na sequência, devidamente





numerada.

- 13.3. A habilitação das licitantes também poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos e por meio de documentação complementar especificada neste Edital, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.
 - 13.3.1. A comprovação da situação da empresa no SICAF será feita pelo Pregoeiro mediante consulta "on-line".
 - 13.3.2. Será verificado, ainda, pelo Pregoeiro ou Equipe de Apoio, eventuais impedimentos de licitar e contratar com a União, mediante consulta ao:
 - 13.3.2.1.SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9°, III, da Lei n° 8.666/93.
 - 13.3.2.2.Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade-adm/conultar requerido.php;
 - 13.3.2.3.Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis;
 - 13.3.2.4. Cadastro de inidôneas e Cadastro de Inabilitados, no endereço eletrônico http://portal.tcu.gov.br/certidoes/certidoes/certidoes.html.
 - 13.3.3. Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento dás exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.
 - 13.3.4. É responsabilidade da licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação. A não observância do disposto poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 13.4. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006:

Estatuto de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte





- Art. 43. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- § 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 13.5. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 13.6. Quando houver itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindose a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 13.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente dos documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 13.8. A declaração do vencedor acontecerá após a fase de habilitação.

14. PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1. A licitante detentora da melhor oferta, para ter sua proposta de preços convalidada, deverá apresentar sua proposta com os valores correspondentes a melhor oferta apresentada no Pregão Eletrônico, constando na mesma descrição, quantidade, preço imitário e total, nos quais deverão estar incluídos impostos, seguros, transporte, ou qualquer outra despesa que venha a incidir sobre os mesmos.
- 14.2. A proposta de preços deverá ser constituída dos seguintes elementos:
 - 14.2.1. Carta Proposta, conforme modelo no ANEXO II, constando na mesma a razão social da empresa com seu endereço completo e número do CNPJ, nome, RG e assinatura do responsável ou representante legal e, ainda:
 - a) A quantidade de unidades para cada item;





- b) Valor unitário e total;
- c) Marca / Fabricante (se for o caso);
- d) Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 14.2.2. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite fixada para recebimento das propostas. Caso não haja prazo de validade expresso na proposta, o Pregoeiro considerará o prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Caso o prazo seja expressamente inferior, a proposta será desclassificada.
- 14.2.3. Os preços deverão ser expressos obrigatoriamente em moeda corrente nacional com duas casas decimais.
- 14.3. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e aplicação de eventual sanção a licitante, se for o caso.
- 14.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a licitante.

15. RECURSO ADMINISTRATIVO:

- 15.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 15.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao(à) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 15.3. Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 15.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 15.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista

иÇ





imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses!

- 15.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 15.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

16. HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO:

- 16.1. À vista do relatório do(a) Pregoeiro(a), o resultado da licitação será submetido à consideração da Autoridade Competente, para fins de homologação dos procedimentos.
- 16.2. A proponente adjudicatária deverá assinar a ATA de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação expedida pela Secretaria Municipal de Administração Coordenação de Contratos, sito à Rua Jacarandá, 300, Nações Fazenda Rio Grande/Pr.
 - 16.2.1. As Assinaturas Digitais deverão ser realizadas pela plataforma <u>Gov.Br</u> permitindo que o documento em meio digital seja assinado por todos os responsáveis.
 - 16.2.2. Qualquer pessoa que possua título de eleitor consegue abrir sua conta gov.br. A assinatura digital tem a mesma validade de um documento com assinatura física e é regulamentado pelo Decreto Nº 10.543, de 13/11/2020.
 - 16.2.3. Link de acesso: https://www.gov.br/governodigital/pt-br/assinatura-eletronica
 - 16.2.4. No ato da assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇO a empresa deverá apresentar na Coordenação de Contratos da Prefeitura os seguintes documentos:
 - a) Todas as Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista exigidas na habilitação atualizadas e em plena vigência (Obs.: Caso a Certidão relativa a Tributos Municipais não apresente o número do Cadastro de Inscrição Municipal, favor apresentá-lo em anexo). O não cumprimento implicará na imediata inabilitação da empresa, conforme art. 55, XIII, da Lei 8666/93, bem como na análise da classificação/habilitação dos remanescentes, se houver, na respectiva ordem.
 - b) TERMO DE INTEGRIDADE E ÉTICA conforme modelo ANEXO I da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, assinada por representante legal da empresa.
- 16.3. Se o adjudicatário convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não assinar a ATA de Registro de Preços estará sujeito a pagar ao Município multa de 20% (vinte por cento) do valor total de sua proposta. O valor da multa será atualizado de acordo com a variação do IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, a partir do mês para qual foi calculado até o mês de sua quitação. O pagamento da multa não exime o proponente de incorrer em outras sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações.
- 16.4. Quando o adjudicatário deixar de assinar a ATA de Registro de Preços no prazo estabelecido, Rua Jacarandá, 300 Nações Fazenda Río Grande/PR CEP 83823-901 Formation (41) 3627-8500.





- o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes e a habilitação das proponentes, observadas a ordem de classificação, até a apuração de uma que a atenda ao Edital, sendo o proponente convocada para negociar redução do preço ofertado e, se for o caso, assinar a ATA de Registro de Preços.
- 16.5. Constatando o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- 16.6. Poderá o licitante classificado em primeiro lugar ser desclassificado até a assinatura da ATA de Registro de Preços se o Município tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, habilitação jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 16.7. Nesse caso, convocar-se-ão os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, conforme o disposto no subitem 16.3 acima.

17. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ITENS OBJETO DO PREGÃO:

- 17.1. As locações dos ônibus e van se darão na forma descrita no Termo de Referência.
- 17.2. A fiscalização da ATA Registro de Preços será exercida pelos servidores devidamente designados, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da ATA de Registro de Preços, e de tudo darão ciência à Administração.
 - 17.2.1. São designados como fiscais:
 - a) Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude: Fernando Lima de Souza, matrícula 351345;
 - b) Secretaria Municipal de Cultura: Andressa Camilo, matricula 358385;
 - c) Secretaria Municipal de Saúde: Karine Souza Dias, matrícula 351322;
 - d) Secretaria de Assistência Social: Nestor Luiz Preza, matrícula 349630,
 - 17.2.2. Os representantes da Contratante deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do Contrato.
 - 17.2.3. Os fiscais da Ata de Registro de Preços anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
 - 17.2.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Rua Jacarandá, 300 Nações Fazenda Rio Grande/PR CEP 83823-901 Fone/Fax (41) 3627-8500.





fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

- 17.2.5. A fiscalização referente às documentações (ônibus e motorista), condições do veículo e condições de rodagem ficarão sob responsabilidade do Setor de Frotas deste Município.
- 17.2.6. Todos os veículos utilizados deverão ser, obrigatoriamente após vistoria do Setor de Frotas, cadastrados junto a este órgão, o qual emitirá Atestado aprovando o veículo. Para fins de cadastramento do veículo, a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:
- a) Para viagens intermunicipais e interestaduais: comprovantes de cadastro do veículo, emitidos pelo DER Departamento de Estradas e Rodagens;
- b) A Contratada também deverá cumprir o estabelecido no Manual do Transportador com regras estabelecidas pelo DER para o transporte de passageiros dentro do estado do Paraná, para viagens intermunicipais (inclusive RM Região Metropolitana).
- 17.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente para efeito de simultânea ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo que será realizado pelo servidor devidamente designado como fiscal pela Secretaria Solicitante, observado o prazo de até 05 (cinco) dias de sua entrega.
- 17.4. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
 - 17.4.1. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais, podendo levar à rescisão do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, bem como no Contrato.
 - 17.4.2. Em caso de não aceitação do item objeto deste PREGÃO, fica a Detentora da Ata obrigada a retirá-lo e substituí-lo no prazo de 02 (duas) horas contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena multa de 2% da autorização de fornecimento, ao dia, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, em conformidade com o item 20.1, II, "c" do Edital.
 - 17.4.3. Em caso de diferença de quantidade, fica a Detentora da Ata obrigada a providenciar sua complementação no prazo de 02 (duas) horas contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena multa de 2% da autorização de fornecimento, ao dia, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, em conformidade com o item 20.1, II, "c" do Edital.

48) 48)





17.5. Não poderá a adjudicatária recusar-se a executar os serviços solicitados na Autorização de Fornecimento Empenho, mesmo que em pequena quantidade.

18. DA GARANTIA

- 18.1. A CONTRATADA garante ao CONTRATANTE assistência, em razão de problemas e/ou defeitos eventualmente decorrentes dos veículos e/ou dos serviços.
- 18.2. Independentemente da entrega do termo de garantia, a CONTRATADA obriga-se pessoalmente a garantir o item objeto deste Pregão contra quaisquer defeitos de funcionamento/execução.

19. PAGAMENTO:

- 19.1. O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que tenha ocorrido a total e efetiva execução do serviço, devidamente atestada pela Divisão de Frotas e pelas Secretarias solicitantes, e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais INSS, de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
 - 19.1.1. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.
 - 19.1.2. Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).
 - 19.1.3. Do montante, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente.
- 19.2. Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo financeiro da Prefeitura, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (conforme art.40, XIV, "c", Lei Federal 8666/1993).

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. No caso de inexecução total ou parcial, ou, ainda, atraso injustificado do objeto desta licitação, sem prejuízos das responsabilidades civis e criminais, ressalvadas as situações devidamente justificadas e comprovadas, a critério da Administração Pública, garantia a ampla defesa e o contraditório, serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativamente ou não:





I. Advertência.

a) A advertência será formalizada por meio de documento expedido pelo Município:

II. Multa, nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso no fornecimento, será aplicada multa de mora de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor da Autorização de Fornecimento, até o prazo máximo de 10 (dez) dias. Vencido o prazo, o contrato poderá ser considerado cancelado, a critério da Administração, ficando sujeita às penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, assim como as contratuais, tudo sem prejuizo da multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.
- b) Pela recusa em realizar o fornecimento, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor registrado, sem prejuízo das perdas e danos e, se for o caso multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.
- c) Pela demora em refazer o serviço rejeitado ou corrigir as falhas do produto fornecido ou complementar a quantidade, a contar do quinto dia da notificação da rejeição, aplicar-se-á multa de 2% (dois por cento) do valor do material, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor dos serviços não substituídos, corrigidos ou não complementados, tudo sem prejuízo da multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.
- d) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93 e suas alterações, ou no instrumento convocatório ou, ainda, no contrato, e não abrangida nos incisos anteriores ou subsequentes, aplicar-se-á multa de 1% (um por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das multas relativas à rescisão e perdas e danos, prevista na letra "e" e perdas e danos.
- e) Pelo descumprimento parcial ou integral do estabelecido no contrato, que enseje rescisão, multa de 10% (dez por cento) do valor registrado, sem prejuízo de perdas e danos e das demais multas.
- III. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredênciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do Art. 4º da Lei 10520/02, pelo prazo de 02 (dois) anos até o máximo 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de 10% (dez por cento) do valor da sua proposta atualizada e das demais cominações legais.
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com esta Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a penalizada ressarcir o Município, pelos prejuízos resultantes e, após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior. A Declaração terá sua publicação na Imprensa Oficial, de acordo com a Lei nº.





8.666/93.

- 20.2. Além do previsto acima, pelos motivos que se seguem, principalmente, a contratada estará sujeita às penalidades tratadas nos Incisos III e IV do subitem 20.1, cumuladas com multas, tanto moratórias como sancionatórias.
- I pelo descumprimento do prazo de fornecimento;

....

- II pela recusa em atender algunia solicitação para correção no fornecimento, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data da rejeição, devidamente notificada.
- III pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados neste Edital e no contrato.
- 20.3. Além das penalidades citadas, a contratada ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- 20.4. As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 20% (vinte por cento) do valor registrado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 20.5. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em Lei.
- 20.6. O fornecedor terá seu contrato rescindido quando:
 - a) descumprir as condições do contrato;
 - b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado:
 - d) presentes razões de interesse público.
 - 20.6.1. A rescisão do contrato, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e amplo defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
 - 20.6.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu contrato na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.
 - 20.6.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.





- 20.7. O contrato poderá ser suspensa ou cancelada no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 20.8. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.

21. CLÁUSULAS ANTICORRUPÇÕES:

- 21.1. A parte CONTRATANTE compromete-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000; a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002; e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.
- 21.2. A participação no certame licitatório implica na total conhecimento e ciência, por parte dos licitantes, dos dispositivos contidos na Lei nº 12.846/2013, bem como na obrigação de tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei nº 12.846/2013.
- 21.3. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do(a) LICITANTE/CONTRATADO(a), em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar: I Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrava PAR, nos termos do Decreto nº 8.420/2015 e Instrução Normativa CGU nº 13/2019, com aplicação das sanções administravas porventura cabíveis; II Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013;
- 21.4. Os licitantes obrigam-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país:
- 21.5. A participação no certame licitatório implica, para todos os fins, na declaração, sob as penas da lei, que a empresa/organização ora qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem lesão à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 Lei Anticorrupção. Outrossim, que a empresa envida os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua atuação, pautando suas atividades nas melhores práticas do mercado, no que se refere ao combate de desvios éticos e de integridade.





22. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 22.1. O Município poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para credenciamento, recebimento das propostas e lances.
- 22.2. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovados ou anulá-la por ilegalidade, de oficio ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.
- 22.3. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou ilegalidade ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido vencedor, a rescisão de contrato ou de pedido de compra/serviços, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 22.4. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 22.5. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/ inabilitação.
- 22.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis à exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do PREGÃO.
- 22.8. O proponente assume o custo para a preparação e apresentação de sua proposta, sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta despesa, independentemente da condução ou do resultado do PREGÃO.
- 22.9. Em qualquer fase do PREGÃO, caberá ao representante da licitante comprovar a exequibilidade da proposta ou lançe, durante a própria sessão, implicando em desclassificação da proposta quando, inquirido, não comprovar por qualquer meio de prova admitida em direito.
- 22.10. A apresentação da proposta, de preços implicará na aceitação, por parte da proponente, das condições previstas neste EDITAL e seus ANEXOS.
- 22.11. A proponente contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão reduzir o limite indicado.

ř.





- 22.12. Este Edital e seus Anexos, bem como as propostas das proponentes beneficiárias, farão parte integrante do contrato, independentemente de transcrição.
- 22.13. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 22.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.15. Os casos omissos neste EDITAL DE PREGÃO serão solucionados pelo PREGOEIRO, com base na legislação federal e municipal incidentes, e nos princípios gerais de direito.
- 22.16. Será competente o Foro de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas deste PREGÃO.
- 22.17. Qualquer informação a respeito deste Edital será fornecida aos interessados pela Divisão de Compras e Licitações telefone (41) 3627-8509, (41) 3627-8541 e/ou e-mail licitacoesfazendariogrande@hotmail.com em dias úteis, no horário compreendido das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.
- 22.18. Fazem parte do presente instrumento convocatório os seguintes anexos:

ANEXO I – Especificações dos itens e quantidades estimadas

ANEXO II - Carta Proposta.

ANEXO III - Declaração modelo unificada.

ANEXO IV - Minuta de Ata de Registro de Preços.

Fazenda Rio Grande, 03 de maio de 2023.

Daiane S. Horobinski Serafim Equipe de Apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

RELATÓRIO: [PMFRG] - RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

CNPJ: 95.422.986/0001-02

Rua Jacarandá, 300

CEP: 83823-901 - Fazenda Riò Grande PR

PREGÃO ELETRÔNICO

Nr.: 30/2023 - PE

Processo Administrativo:

67/2023

Data do Processo:

03/05/2023

ANEXO I RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

Telefone: (41) 3627-8500

Nº	Quantidade	Código	Unid.	CATMAT/CATSER	Especificação	Preço	Preço Total
Lote	nº: 1			•			
	3.875,00	99010595	UN	25089	Locação diária de veículo tipo VAN, com capacidade mínima de 12 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; sonorização ambiente; veículo com no máxino 10 anos de fabricação; com diárias para o dia inteiro - para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.	1.211,67	4.695.221,25
				Ēts.	То	tai Lote:	4.695.221,25
Lote	nº: 2			:			
2	1.355,00	99010596	UN	25089	Locação diária de ônibus tipo CONVENCIONAL, com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; veículo com no máximo 10 anos de fabricação; poltronas reclináveis; cinto de segurança; sistema de som ambiente; com diárias para o dia inteiro - para circulação em Fazenda Rio Grande, Curitiba e Região Metropolitana.	1.658,33	2.247.037,15
				- 3	То	tal Lote:	2.247.037,15
Lote	nº: 3			este Company September			
3	145.000,00	99010597	NU	25089	Locação de ônibus tipo EXECUTIVO (por quilometro rodado), com capacidade mínima de 40 lugares; com motorista; poltronas reclináveis; ar condicionado; frigobar; televisor; sonorização ambiente; sanitário a bordo; veículo com no máximo 10 anos de fabricação. A quilometragem será calculada com início e término no setor de Frotas do Município; com destino estadual ou interestadual - para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais.	11,03	1.599.350,00
4	627,00	18531108	UN	, 25089	Diária para a empresa locadora de ônibus executivo - para custeio de despesas em viagens onde há	991,67	621.777,09

necessidade de permanência superior a 24 (vinte e quatro) horas de aguardo, parado.

4G

學學學學學的



Total Lote:

(Valores expressos em Reals R\$) Total Geral: 9.163.385,49





PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023
PROTOCOLO Nº 17437/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 67/2023

TERMO DE REFERÊNCIA COMPLEMENTAR AO ANEXO I

O presente termo visa estabelecer as especificações para contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades dos usuários desta Secretaria, conforme especificações abaixo:

As especificações, bem como as quantidades detalhadas dos itens, estão descritas no Anexo I.

JUSTIFICATIVA

Justificamos a solicitação tendo em vista o planejamento de viagens externas a serem executadas palas equipes de rendimento o qual representarão o Município em competições de nível Estadual e Nacional, com viagens já programadas para cidades do interior do Estado do Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, contemplando todas as modalidades de alto rendimento como Futsal, Voleibol, Handebol e Basquetebol. Atenderemos também as atividades desenvolvidas pelos Projetos Sociais e de Lazer, bem jogos e atividades já previstas no calendário das Competições Oficiais do Estado do Paraná, como Jogos Escolares, Jogos da Juventude e Jogos Abertos do Paraná, contemplará também as atividades realizadas pelas demais secretarias municipais.

OBJETO

'Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículo, tipo ônibus e/ou van, com motorista, a fim de suprir as necessidades das Secretárias Municipais.

OBJETIVO GERAL

Atender a necessidade dos usuários das Secretarias Municipais.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATÂNTE:

Exigir o fiel cumprimento das obrigações da CONTRATADA; Atestar a execução do fornecimento e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Contrato; Efetuar o pagamento no prazo previsto; Emitir Ordem de Serviços e Autorizações específicas para a atuação da CONTRATADA; "Comunicar, verbalmente, imediatamente à Contratada as irregularidades no desenvolvimento dos serviços, e no ato do recebimento da comunicação supracitada, a Contratada deverá atendê-la imediatamente, sob pena de descumprimento contratual.

Rua Jacaranda, 300 - Nações - Fazenda Rio Grande/PR - CEP 83823-901 - Fone/Fax (41) 3627-8500.





OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Assumir integral exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento;

Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência desses danos;

Executar os serviços de fretamento, a partir da data da disponibilização da nota de empenho (excluído o dia inicial), conforme necessidade do Departamento de Logística das Secretarias, Prestar os serviços de fretamento rigorosamente de acordo com as especificações contidas no contrato e Anexos, parte integrante deste instrumento, sob pena de aplicação das sansões previstas neste edital. Se o serviço prestado estiver em desconformidade com as especificações, todas as despesas e os eventuais danos de qualquer natureza decorrentes serão atribuídos a CONTRATADA;

Fornecer, quando solicitado pela CONTRATANTE, OS documentos necessários à avaliação dos serviços prestados devidamente preenchidos e assinados;

(1-

Manifestar-se por escrito, sobre os oficios que forem encaminhados pela CONTRATANTE, a partir da ciência, no prazo máximo de 48 horas, garantindo-lhe o acesso a documentos relativos ao objeto contratado:

Responsabilizar-se pelo total atendimento da especificação do serviço licitado, de acordo com formulário- proposta e Anexos, parte integrante deste instrumento. Se o serviço não corresponder as especificações solicitadas, será recusada e a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas neste edital de embasamento:

Utilizar ÔNIBUS com lotação de no mínimo quarenta e quatro (44) lugares, com todos os equipamentos de segurança instalados (cintos de segurança em número igual ao de passageiros, extintores de incêndio, tacógrafos), todos funcionando adequadamente, além da documentação exigida pela Urbanização de Curitiba S.A. - URBS, conforme Decreto nº 014/2003 que "Disciplina o transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento". Providenciar o encaminhamento de veículos para a efetivação do transporte urbano de passageiros somente a pedido da CONTRATANTE (Departamento de Logística).

Apresentar os veículos em perfeitas condições de funcionamento e uso (com pneus, sistema de freios, lanternas de sinalização, faróis e toda a parte mecânica e elétrica revisada e em conformidade com as normas exigidas pelo DETRAN/URBS), além de documentação atualizada e oferecendo cobertura de riscos no Estado do Paraná, nos limites definidos pelo inciso VI do art. 3° do Decreto n° 014/2003.

A CONTRATADA, quando solicitada para a prestação do serviço, deverá apresentar apólice de



V 51.



seguro acima mencionado.

Responder, direta ou indiretamente, por quaisquer danos causados a CONTRATANTE, e aos passageiros ou a terceiros, por dolo ou culpa. Manter os veículos em perfeitas condições de uso de forma a não causar prejuízo ao andamento das atividades esportivas. Caso algum veículo apresente defeito, este deverá ser substituído imediatamente por outro, sendo que a manutenção do veículo deverá ser realizada pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE.

A CONTRATADA se obriga a: Comunicar, verbalmente e imediatamente, a CONTRATANTE de eventuais ocorrências anormais verificadas na execução do contrato, no menor espaço de tempo possível;

Atender, com a diligência possível, as determinações da CONTRATANTE, adotando todas as providências necessárias à regularização de faltas e irregularidades verificadas;

Manter, durante a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus a contratante;

Responsabilizar-se por quaisquer danos decorrentes de acidentes de trabalho e de viagem, inclusive quanto a prejuízos ocorridos a terceiros.

A contratada deverá respeitar as normas do DER (Departamento de estrada e rodagem) e ANTT(Agência Nacional de Transportes Terrestres);

Atender, imediatamente, as requisições de correções feitas pela Contratante;

Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis, posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes, apresentando sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

DA ENTREGA E VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

As locações serão da seguinte forma:

- a) Um ônibus convencional circulará dentro do município, prestando os serviços de transporte dos usuários conforme solicitação e trajeto estipulado pelos coordenadores dos projetos das Secretarias Municipais. Tais locações não serão necessariamente executadas de forma contínua, sendo facultada ao solicitante a criação de um cronograma para melhor atendimento às suas atividades. Sendo assim, utilizaremos como unidade de medida, o quilômetro rodado;
- b) Um ônibus executivo será utilizado para viagens ou passeios intermunicipais ou interestaduais. Sendo que, pela própria natureza dos serviços, estes não serão contínuos e a unidade de medida a ser utilizada será também o quilômetro rodado;





- c) Tendo em vista a possibilidade do ônibus executivo em sua natureza de prestação de serviços, necessitar por ventura, ficar por mais de 24 (vinte e quatro) horas à disposição do solicitante, parado em posição de aguardo, será paga também diária à empresa prestadora dos serviços, e servirá para cobrir gastos com motoristas, outros funcionários, eventual manutenção do veículo e demais gastos que houver, enquanto o ônibus estiver a serviço do solicitante;
- d) A contratante, ao identificar a necessidade da locação, deverá entrar em contato com a empresa contratada e obter junto a ela o quantitativo total de quilômetros a serem rodados para a execução do serviço, mesmo se este acontecer de forma contínua. Após, deverá encaminhar o quantitativo em anexo ao pedido formal para o Setor de Compras da Prefeitura Municipal, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis da data marcada para o início dos serviços;
- e) O Setor de Compras emitirá a Autorização de Fornecimento (com o número de empenho) à empresa. Após a emissão da referida Autorização de Fornecimento, fica a Contratada obrigada a entrar em contato com a Secretaria que solicitou o serviço para que esta lhe forneça o cronograma da execução dos mesmos, bem como a data, hora e local onde o ônibus deverá dar início aos serviços, tempo de permanência e demais informações correlatas para a boa execução de tais serviços.

O presente contrato deverá ter vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo o prazo ser prorrogado de acordo com a Lei 8666/93.

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Durante a vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada em todos os termos, por servidores devidamente autorizados para esse fim: Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude: Fernando Lima de Souza, matrícula 351345; Secretaria Municipal de Cultura: Andressa Camilo, matricula 358385; Secretaria Municipal de Saúde: Karine Souza Dias, matrícula 351322; Secretaria de Assistência Social: Nestor Luiz Preza, matrícula 349630, nos termos da Lei nº 8.666/1993:

- I Competirá ao fiscal do contrato dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis;
- II a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade da Administração, ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993;
- III o fiscal do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando horário, dia, mês e ano, bem como o(s) nome(s) de funcionário(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, para as providências cabíveis;





IV – A Fiscalização referente às documentações (ônibus e motorista), condições do veículo e condições de rodagem, ficarão sob a responsabilidade do Setor de Frotas deste município; todos os veículos utilizados deverão ser, obrigatoriamente após vistoria do Setor de Frotas, cadastrados junto a este órgão, o qual emitirá atestado aprovando o veículo; A empresa deverá apresentar os seguintes documentos: a) Para viagens intermunicipais: comprovante de cadastro do veículo, emitido pela URBS; b) Para viagens interestaduais: comprovantes de cadastro do veículo, emitidos pela URBS e pelo DER – Departamento de Estradas e Rodagens; (Ver último processo)

V – A contratada também deverá cumprir o estabelecido no Manual do Transportador, com regras estabelecidas pelo DER para o transporte de passageiros dentro do Estado do Paraná, para viagens intermunicipais (inclusive RM – Região Metropolitana);

VI – A empresa deverá disponibilizar os veículos em perfeitas condições de uso, bom estado de conservação e com certificados de vistorias dos órgãos competentes, válidos, e possuir todos os itens de segurança previstos na legislação vigente. A contratada é a única responsável por toda manutenção preventiva e mão de obra especializada, limpeza e abastecimento do veículo; VII – Em caso de defeitos ou avarias no veículo, que impeçam seu funcionamento e/ou que necessitem de manutenção pelo período superior a 2 (duas) horas, será de inteira responsabilidade da contratada a substituição do mesmo, evitando prejuízo ao município;

VIII — A empresa contratada será responsável direta e exclusiva pela execução do objeto e consequentemente, respondendo civilmente, criminalmente e ambientalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução deste, venha direta ou indiretamente causar à Prefeitura Municipal ou a terceiros, sendo punida com sanções administrativas de acordo com a Lei nº 8666/93;

IX — Não poderá a adjudicatária recusar-se a prestar os serviços solicitados na Autorização de Fornecimento/Empenho, mesmo em pequena quantidade.

FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em parcela única, através de depósito bancário, em até 30 dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação e anexado às provas de regularidade com Previdência Social – INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Elaborado por:

Fernando Lima de Souza

Diretor Geral
Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude
Decreto nº 6926/2023





De acordo:

Considerando os termos do Art. 7°, § 2°, Inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, APROVO o presente Termo de Referência e ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento de marca e/ou modelo do objeto em tela.

Paulo Eduardo dos Santos

Secretário Municipal
Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude
Decreto:6309/2022





PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023 PROTOCOLO Nº 17437/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 67/2023

ANEXO II - CARTA PROPOSTA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE
A empresa, com sede na cidade de, Ru
, n.°, Bairro, com CNPJ sob n.°
propõe a Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande, a fornecer, conforme subiter
1.1 do edital em epígrafe, de acordo com a Cotação de Preços e anexos a seguir e nas seguinte
condições:
·
Item/ITEM Qtde Unid Especificação Preço Unitário Preço Total
VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ XXX,XX (inserir o valor por extenso)
VALOR TOTAL DATROTOSTA. R. RAXX, AX (IIISCIII o valoi poi extenso)
a) Declaramos que concordamos integralmente com as condições estipuladas na present
licitação, que se vencedor deste certame, nos submeteremos ao cumprimento de seus termos.
b) Declaramos, ainda, que nossa empresa não foi declarada inidônea, não está suspensa ner
mpedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
e) Se vencedora, na qualidade de representante legal, assinará o contrato, o Sr(a
, portador(a) da carteira de identidade RG nº e CPF/M
1°
d) A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de recebimento da
propostas, conforme estipulado no presente edital.
e) Para contato informamos:
Responsável/Representante Legal (nome completo):
Telefone Fixo n.°: ()
Fax n° ()



alija Pi

> بر في. خاند

纵线

† :

3.7

ន់ឥ និស

ni i

 W_{i}



Telefone Celular nº: ()	
E-mail:	
Local / data	

Nome, RG e assinatura do Responsável ou Representante Legal





PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023
PROTOCOLO Nº 17437/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 67/2023

ANEXO III - DECLARAÇÃO MODELO UNIFICADA.

À			
PREFEITURA M	UNICIPAL DE FAZEND	A RIO GRANDE	
Ref. PREGÃO EI	LETRÔNICO Nº. 30/2023		
	į 1.		
Pelo presente instru	umento, a emprésa	, CNPJ nº, com sede na	
-	• • • • • • • • • • • • • • • • • • •	presentante legal infra-assinado, que:	
microempresa, en	npresa de pequeno porte	do Código Penal, que se enquadra na situaç ou cooperativa, nos termos da Lei Complem entar nº 147/14, bem assim que inexistem	entar
supervenientes que	conduzam ao seu desenqua	adramento desta situação.	
*Marcar este item	caso se enquadre na situa	ição de microempresa, empresa de pequeno por	rte ou
cooperativa.	=		
- 	e ² 2		

- Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.
- 2) Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- 3) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;
- 4) Comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;
- 5) Declaramos que **temos conhecimento** e submetemo-nos ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada;
- 6) Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar Rua Jacarandá, 300 Nações Fazenda Rio Grande/PR -- CEP 83823-901 Fone/Fax (41) 3627-8500.





ocorrências posteriores;

7)	DECLARAMOS, ainda, que não fomos declarados inid	ôneos por nenhum órgão do poder
público	co em qualquer de suas esferas;	
	Declaramos que seus sócios, dirigentes ou cotistas, bem, inscrito no CPF sob nº, portado	or(a) da carteira de identidade nº
	, não são servidores do Município de Fazen	
deste N	anheiro(a), parente em linha reta e/ou colateral, consanguír Município, que nele exerça cargo em comissão ou funç ssão de licitação, pregoeiro ou atividade ligada à contratação	ão de confiança, seja membro da
•	Declaramos para os devidos efeitos e sob pena da lei tário servidor público da ativa, empregado de empresa público;	±□
licitatón (a)Sr.(a é	Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade tórios, instaurados por este Município, que o(a) resp (a)	onsável legal da empresa é o como do RG sob nº como cuja função/cargo
este pro	Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualque processo licitatório, bem como em caso de eventual contra encaminhado para o seguinte endereço:	
	ч	!a
E-mail Telefor	ail: fone: ()	i.
junto a	Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me e ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de se s anteriormente fornecidos.	· , -
sob n.°.	Nomeamos e constituímos o senhor (a), para ser o(a) responsável - para accente ao PREGÃO ELETRÔNICO N°. 30/2023 e todos os at	mpanhar a execução do Contrato,
	·	
14)	DECLARAMOS, sob as penas da lei: Que estamos cie	ntes conhecemos e entendemos os

termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato/ata, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores,





funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome. Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato/Ata, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis. Que na execução deste Contrato/Ata, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção. A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração.

15) Declaramos neste ato que:

(a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção;

Э°С

. 1

- (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.
- 16) Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Assinatura do Responsável pela Empresa (Nome Legível/Cargo)

Local / data
Nome, RG e assinatura.
Responsável ou Representante Legal





PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023 PROTOCOLO Nº 17437/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 67/2023

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Aos dias do mês de de 2023, autorizado pelo PREGAO ELETRONICO
Nº. 30/2023 foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto
nas Leis Federais nº. 8.666/1993 e 10.520/2002, que, conjuntamente com as condições a seguir
estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o Município de Fazenda Rio Grande, pessoa
jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 95.422.986/0001-02, neste ato
representado por seu Prefeito Municipal, Sr. xxxxxx, portador da Carteira de Identidade RG nº.
- SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº, neste ato assistido pelo
Procurador do Município, OAB/PRe em conjunto com o Secretário
Municipal, inscrito no CPF/MF sob o nº e o DETENTOR DA ATA,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. $\frac{\widehat{M}_{i}}{\widehat{M}_{i}}$, Inscrição Estadual nº.
, Inscrição Municipal nº, com endereço à, neste ato
representado por, inscrito no CPF sob nº
1.1. Tendo em vista o resultado da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023, homologado pelo Senhor Prefeito Municipal em XXX de XXXX de 2023, bem como a classificação obtida no certame, realiza-se a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS com objeto a "Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos tipo ônibus e van, com motoristas, para suprir as demandas das Secretarias Municipais, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude".
1.2. As especificações, quantidades, preços unitários e globais ofertados pela empresa classificada no certame, serão conforme o especificado na Tabela de itens e valores extraída do sistema Betha Compras.
1.3. O valor total da presente Ata correspondente ao preço obtido no certame licitatório, é de R\$
1.4. Integra e completa a presente Ata de Registro de Preços, para melhor caracterização dos serviços e resultados, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas e para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2023 e seus anexos, sendo os mesmos considerados suficientes para, em complemento a esta ATA Registro de Preços, definir sua





extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado, bem como o CONTRATADO assume todas as exigências do Edital retro mencionado e todos seus Anexos.

- 2. O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Detentor da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N°. 30/2023.
- 3. As locações dos ônibus e van se darão na forma descrita no Termo de Referência.
- 3.1. A prestação dos serviços deverá seguir criteriosamente o descrito no Termo de Referência da Secretaria solicitante.
- 3.2. Os itens deverão apresentar o padrão qualidade, estando de acordo com legislação vigente e sempre que houver questionamento fundamentado o mesmo deverá ser atendido.
- 3.3. Pedidos em pequena quantidade não caracterizam justificativa para atrasos ou recusa de entrega.
- 4. Os serviços registrados serão recebidos provisoriamente para efeito de simultânea ou posterior verificação, conforme o caso, da compatibilidade com as especificações pactuadas, envolvendo a qualidade, quantidade, testes de aceite, perfeita adequação, resultando no recebimento definitivo que será realizado pelo servidor devidamente designado como fiscal pela Secretaria Solicitante, observado o prazo de até 5 (cinco) dias de sua entrega.
- 4.1. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.2. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais, podendo levar à rescisão da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, bem como nesta Ata de Registro de Preços.
- 4.3. A fiscalização da ATA Registro de Preços será exercida pelos servidores devidamente designados, a qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da ATA de Registro de Preços, e de tudo darão ciência à Administração.
- 4.3.1. São designados como fiscais:
 - a) Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude: Fernando Lima de Souza, matrícula 351345;
 - b) Secretaria Municipal de Cultura: Andressa Camilo, matricula 358385;
 - c) Secretaria Municipal de Saúde: Karine Souza Dias, matrícula 351322;

14



T! À



- d) Secretaria de Assistência Social: Nestor Luiz Preza, matrícula 349630,
- 4.4. Os representantes da Contratante deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do Contrato.
- 4.5. Os fiscais da Ata de Registro de Preços anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, indicando dia, mês, e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 4.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666; de 21 de junho de 1993.
- 4.7. A fiscalização referente às documentações (ônibus e motorista), condições do veículo e condições de rodagem ficarão sob responsabilidade do Setor de Frotas deste Município.
- 4.8. Todos os veículos utilizados deverão ser, obrigatoriamente após vistoria do Setor de Frotas, cadastrados junto a este órgão, o qual emitirá Atestado aprovando o veículo. Para fins de cadastramento do veículo, a empresa deverá apresentar os seguirites documentos:
- a) Para viagens intermunicipais e interestaduais: comprovantes de cadastro do veículo, emitidos pelo DER Departamento de Estradas e Rodagens;
- b) A Contratada também deverá cumprir o estabelecido no Manual do Transportador com regras estabelecidas pelo DER para o transporte de passageiros dentro do estado do Paraná, para viagens intermunicipais (inclusive RM Região Metropolitana).
- 5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da proponente adjudicatária, nos termos das prescrições legais, podendo levar ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das sanções previstas neste Registro de Preços.
- 5.1. Em caso de não aceitação do item objeto deste PREGÃO fica a Detentora da Ata obrigada a retirá-lo e substituí-lo no prazo de 2 (duas) horas contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena multa de 2% da autorização de fornecimento, ao dia, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, em conformidade com o item 12, II, "c" da presente Ata.
- 5.2. Em caso de diferença de quantidade, fica a Detentora da Ata obrigada a providenciar sua complementação no prazo de 2 (duas) horas contados da notificação a ser expedida pela Contratante, ou imediatamente, sob pena multa de 2% da autorização de fornecimento, ao dia, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor produtos não substituídos, corrigidos ou não





complementados, em conformidade com o item 12, II, "c" da presente Ata.

- 6. O pagamento será efetuado conforme a entrega dos produtos, através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais INSS, de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- 6.1. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.
- 6.2. Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal. O prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).
- 6.3. Do montante, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente.
- 6.4. Em caso de atraso de pagamento em relação ao item 6, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (conforme art.40, XIV, "c", Lei Federal 8666/1993).
- 6.5. Para fins de efetivação do pagamento, deverá constar também:
- a) Cópia autenticada das folhas de salário dos empregados envolvidos na execução do objeto contratado;
- b) Declaração do responsável legal pela empresa dando conta da regular quitação de todos os direitos sociais trabalhistas de seus empregados;
- c) Cópia dos termos de rescisão contratual firmados no período e correspondente termo de quitação das verbas rescisórias e recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços FGTS;
- d) Declaração do responsável legal da empresa, contendo indicação dos empregados que desenvolveram as atividades previstas no objeto do contrato por posto de trabalho e período, integral ou parcial, de atuação no mês de apuração, com indicativo expresso da jornada cumprida em cada posto de trabalho e horário de intervalo de cada empregado;
- e) A declaração mencionada na alínea "d" acima deverá trazer, ainda, a qualificação civil e número da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS de cada um dos empregados envolvidos, bem como o motivo o afastamento durante o mês.
- 7. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses.
- 7.1. Em razão da vigência por 12 (doze) meses, somente serão deferidos eventuais reajustes de Rua Jacaranda, 300 Nações Fazenda Rio Grande/PR CEP 83823-901 Fone/Fax (41) 3627-8500.





preços:

- a) Em razão de alteração significativa de valores de mercado due, comprovadamente, impeçam o fornecedor de continuar o fornecimento sem o reajuste;
- b) Mediante pedido escrito e fundamentado por parte do fornecedor;
- c) Pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), caso tal índice seja suficiente para atualizar os valores para aqueles praticados pelo mercado.
- 7.1.1. O pedido poderá ser feito pelo fornecedor ou pela Secretaria interessada e o reajuste poderá ser para mais ou para menos, de acordo com os preços praticados no mercado.
- 7.1.2. O reequilíbrio econômico-financeiro estará condicionado à apresentação de notas fiscais de períodos diversos, sendo uma de data próxima ao certame e outra de data próxima à ocorrência que resultou no aumento de preço.
- 7.1.2.1. Havendo impossibilidade de apresentação de notas fiscais a empresa deverá expor sua justificativa, a qual deverá ser submetida à aceitação do(a) Secretário(a) Municipal.
- 7.1.2.2. O pedido de reequilíbrio econômico deve ser realizado através do protocolo geral da Prefeitura (https://www.fazendariogrande.pr.gov.br/conheca-o-novo-ambiente-de-protocolos).
- 8. Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Detentor da Ata, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º da Lei Federal nº. 8.666/93.
- 9. As despesas decorrentes da presente licitação onerarão os seguintes recursos orçamentários:

Código Reduzido	Funcional	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	Fonte	Secretaria
833	32.001.27.812.0047.2214.3.3.90.39	হা	1000	SMELJ
842	32.001.13.392.0047.2224.3.3.90.39	, ¹ 5	1000	SMELJ
235	15.001.10.301.0041.2051.3.3.90.39	424	1303	SMS
261	15.002.10.301.0041.2054.3.3.90.39	4,56 ±	1303	SMS
278	15.003.10.305.0041.2056.3.3.90.39	141 131	1494	SMS
294	15.004.10.303.0041.2058.3.3.90.39	1,12	1000	SMS
315	15.005.10.302.0041.2204.3.3.90.39	.17-1	1000	SMS
323	15.005.10.302.0041.2205.3.3.90.39	*i+'	1303	SMS
911	36.001.13.392.0046.2019.3.3.90.39	g Trafi gym	1000	SMC
920	36.001.13.392.0046.2020.3.3.90.39	(5)*	1000	SMC
937	37.001.13.392.0046.2142.3.3.90.39	<u> पुरा</u>	1000	SMC
438	17.001.08.244.0049.2078.3.3.90.39	3'd 4'	1000	SMAS
438	17.001.08.244.0049.2078.3.3.90.39	. g. VI.	1934	SMAS
443	17.001.08.241.0049.2079.3.3.90.39	(och i	1000	SMAS
453	17.001.08.243.0049.6001.3.3.90.39	ज ि	1000	SMAS

Rua Jacarandá, 300 – Nações – Fazenda Rio Grande/PR – CEP 83823-901 – Foné/Fax (41) 3627-8500.





453	17.001.08.243,0049.6001.3.3.90.39	1934	SMAS
463	17.001.08.243.0049.6001.3.3.90.39	11726	SMAS
475	17.002,08.244,0049.2081.3.3.90.39	1000	SMAS
475	17.002.08.244.0049.2081.3.3.90.39	1941	SMAS
480	17.002.08.244.0049.2082.3.3.90.39	1000	SMAS
480	17.002.08.244.0049.2082.3.3.90.39	1941	SMAS
480	17.002.08.244.0049.2082.3.3.90.39	1712	SMAS
491	17.002.08.244.0049.2203.3.3.90.39	0941	SMAS
491	17.002.08.244.0049.2203.3.3.90.39	1941	SMAS
508	17.003.08,244.0049.2085.3.3.90.39	1000	SMAS
508	17.003.08.244.0049.2085.3.3.90.39	0941	SMAS
508	17.003.08,244.0049.2085.3.3.90.39	1942	SMAS
514	17.003.08.243.0049.6005.3.3.90.39	1000	SMAS
514	17.003.08.243.0049.6005.3.3.90.39	0941	SMAS
514	17.003.08;243.0049.6005.3.3.90.39	1770	SMAS
530	17.004.08.244.0049.2088.3.3.90.39	1000	SMAS
537	17.004.08.244.0049.2089.3.3.90.39	1940	SMAS

10. A Detentora da Ata obriga-se a:

- 10.1. Efetuar os serviços nas condições, no(s) prazo(s) e no(s) local(is) indicados pela Secretaria/Órgão solicitante, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.
- 10.2. Efetuar a prestação dos eserviços nos quantitativos definidos pela CONTRATANTE, na forma especificada no Termo de Referência e Anexos.
- 10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).
- 10.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 2 (duas) horas o produto com avarias ou defeitos.
- 10.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;
- 10.6. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.7. Manter, durante toda a execução da ATA Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 10.8. Não transferir a terceiros por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições

58.





autorizadas no Termo de Referência, Edital ou na minuta da ATA de Registros de Preços.

- 10.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da ATA de Registro de Preços.
- 10.10. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- 10.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações frabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- 10.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 10.14. Atender, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a quaisquer solicitações do fiscal da ata em razão de regularidade fiscal e tributária.
- 10.15. Cumprir o estabelecido no Manual do Transportador, com regras estabelecidas pelo DER para o transporte de passageiros dentro do Estado do Paraná, para viagens intermunicipais (inclusive RM Região Metropolitana);
- 10.16. A empresa deverá disponibilizar os veículos em perfeitas condições de uso, bom estado de conservação e com certificados de vistorias dos órgãos competentes, válidos, e possuir todos os itens de segurança previstos na legislação vigente. A contratada é a única responsável por toda manutenção preventiva e mão de obra especializada, limpeza e abastecimento do veículo;
- 10.17. Em caso de defeitos ou avarias no veículo, que impeçam seu funcionamento e/ou que necessitem de manutenção pelo período superior a 2 (duas) horas, será de inteira responsabilidade da contratada a substituição do mesmo, evitando prejuízo ao município;
- 10.18. A empresa contratada será responsável direta e exclusiva pela execução do objeto e consequentemente, respondendo civilmente, criminalmente e ambientalmente por todos os danos e prejuízos que, na execução deste, venha direta ou indiretamente causar ao Município ou a terceiros, sendo punida com sanções administrativas de acordo com a Lei no 8666/93;





- 11. A Contratante obriga-se a:
- 11.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário.
- 11.2. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.
- 11.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 11.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor(es) especialmente designado(s), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.5. Expedir as comunicações dirigidas à CONTRATADA e exigir, a qualquer tempo, que seja refeito/entregue qualquer serviço/objeto que julgar insuficientes, inadequados ou em desconformidade com o solicitado.
- 11.6. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do item recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 11.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- 11.8. Efetuar o pagamento no prazo previsto.
- 12. No caso de inexecução total ou parcial, ou ainda, atraso injustificado do objeto desta licitação, sem prejuízos das responsabilidades civil e criminal, ressalvado as situações devidamente justificadas e comprovadas, a critério da Administração Pública, garantia a ampla defesa e o contraditório, serão aplicadas as seguintes penalidades, cumulativamente ou não:
- I. Advertência.
- a) A advertência será formalizada por meio de documento expedido pelo Município:
- II. Multa, nos seguintes termos: : ii
- b) Pelo atraso no fornecimento, será aplicada multa de mora de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor da Autorização de Fornecimento, até o prazo máximo de 10 (dez) dias. Vencido o prazo da Ata de Registro de Preço poderá ser considerada rescindida, a critério da Administração, ficando sujeita às penalidades previstas nos artigos 86, 87 e 88 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, assim como as contratuais, tudo sem prejuízo da multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.





- c) Pela recusa em realizar o fornecimento, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das perdas e danos e, se for o caso multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.
- d) Pela demora em substituir o material rejeitado ou corrigir as falhas do produto fornecido ou complementar a quantidade, a contar do quinto dia da notificação da rejeição, aplicar-se-á multa de 2% (dois por cento) do valor do material, por dia decorrido, até o limite de 10 % (dez por cento) do valor produtos não substituídos, corrigidos ou não complementados, tudo sem prejuízo da multa relativa à rescisão, prevista na letra "e" e perdas e danos.
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei 8.666/93, e suas alterações, ou no instrumento convocatório ou ainda, na Ata de Registro de Preços, e não abrangida nos incisos anteriores ou subsequentes, aplicar-se-á multa de 1% (um por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas relativas à rescisão e perdas e danos, prevista na letra "e" e perdas e danos.
- Pelo descumprimento parcial ou integral do Registro de Preços, que enseje rescisão, multa de 10% (dez por cento) do valor registrado, sem prejuízo de perdas e danos e das demais multas.
- III. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preço, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art. 4º da Lei 10520/02, pelo prazo de 02 (dois) anos até o máximo 05 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de 10 % (dez por cento) do valor da sua proposta atualizada e das demais cominações legais.
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com esta Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a penalizada ressarcir o Município, pelos prejuízos resultantes e, após, decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior. A Declaração terá sua publicação na Imprensa Oficial, de acordo com a Lei nº. 8.666/93.
- 12.1. Além do previsto acima, pelos motivos que se seguem, principalmente, a detentora da Ata estará sujeita às penalidades tratadas nos Incisos III e IV do Itemia 0, cumuladas com multas, tanto moratórias como sancionatórias.
- I pelo descumprimento do prazo de fornecimento;
- II pela recusa em atender alguma solicitação para correção no fornecimento, caracterizada se o atendimento à solicitação não ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias, contado da data da rejeição, devidamente notificada.
- III pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados em Rua Jacarandá, 300 Nações Fazenda Rio Grande/PR CEP 83823-901 Fore/Fax (41) 3627-8500.





Edital e nesta Ata de Registro de Preços.

- 12.2. Além das penalidades citadas, a Detentora da Ata/Contratada ficará sujeita, ainda, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.
- 12.3. As multas estabelecidas pódem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 20% (vinte por cento) do valor registrado ou da Proposta Atualizada, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 12.4. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à detentora da Ata as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em Lei.
- 12.5. Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada; tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com o Município, ou de declaração de inidoneidade, será obrigatória a comunicação do ato ao Tribunal de Contas do Estado.
- 13. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78 da Lei nº. 8.666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração, presente as razões orientadas pela Teoria da Imprevisão.
- 14. O fornecedor terá seu Registro de Preços cancelado quando:
- a) descumprir as condições da Atá de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) presentes razões de interesse público.
- e) o cancelamento de Registro de Preços, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e amplo defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- f) o fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.
- g) a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos no item nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.
- 14.1. O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.
- 14.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato





superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

- 14.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado nos casos previstos, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.
- 15. As partes CONTRATANTES comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate a corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013, e, no que forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais: Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) promulgada pelo Decreto nº 3.678, de 30 de novembro de 2000; a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) promulgada pelo Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002; e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) promulgada pelo Decreto nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.
- 15.2. O DETENTOR DA ATA, no desempenho das atividades objeto desta ATA, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m)constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5°.
- 15.3. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte do DETENTOR DA ATA, em qualquer um dos seus aspectos, poderão ensejar: I Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrava PAR, nos termos do Decreto nº 8.420/2015 e Instrução Normativa CGU nº 13/2019, com aplicação das sanções administravas porventura cabíveis; II Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013;
- 15.4. O DETENTOR DA ATA obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e integra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país.
- 15.5. O DETENTOR DA ATA declara, para todos os devidos fins, sob as penas da lei, que a empresa/organização ora qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem lesão à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 Lei Anticorrupção. Outrossim, declara que a empresa envida os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua atuação, pautando suas atividades nas melhores práticas do mercado, no que se refere ao combate de desvios





éticos e de integridade. As partes que o que subscrevem reconhecem que é verdade.

- 16. O Detentor da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023.
- 17. Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta da detentora da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
- 18. As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Fazenda Rio Grande, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná, esgotadas as vias administrativas.
- 19. Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelo Prefeito Municipal de Fazenda Rio Grande, e pelo representante do Detentor, e duas testemunhas.
- 20. Fazem parte da presente Áta os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE INTEGRIDADE E ÉTICA.

Fazenda Rio Grande, xx de xxxxx de 2022.

Marco Antonio Marco	ondes Sil	va	(Razão Social)
Prefeito Munic	ipal 🦾		(Representante)
Órgão Gerencia	ador 🗀		Detentor da Ata de
	$\sqrt{g} g^2$		Registro de Preços
1419***********************************	işte.		
Procurador do Mu	nicípio		Secretário Municipal
OAB n°	inis 		Decreto nº
Testemunhas:	аўа		
Nome:	estar.	Assinatura:	
Nome:	នាទី	Assinatura:	





PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023
PROTOCOLO Nº 17437/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº. 67/2023

ANEXO I DO CONTRATO- TERMO DE INTEGRIDADE E ÉTICA

Service of Fig.

	٠.	14 -	_ ~	
L	IC	ıτa	çã	а

do-de-Gotação-Ele	68. 886.				
Este /	Aviso de Licitação será Divulg	ado no gov.br/co	mpras (www.	gov.br/compras) na data de	04/05/2023:
lesumo do Aviso de Licitaçã	io				
)rgão	10 - 20 - 16 i i i i i i i i i i i i i i i i i i		UASG Respo	onsável	
96120 - ESTADO DO PARA	NA T		989983 - PF	EFEITURA MUN. DE FAZI	ENDA RIO GRANDE
fodalidade de Licitação	Nº da Licitação △	Característica		Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	00030/2023	Tradicional		Eletrônico	Aberto
eī	\vec{j}_1				
ei nº 10.520/2002	<u>*</u>				
lº do Processo	Tipo de Licitação				
7437/2023	Menor Preço				
	ler Augs	Quantic	dade de Itens		
Equalização de ICMS	☐ Internacional		4		
bjeto					
<u>- </u>	nara prestacão de ser	vicos de loc	acão de ve-	ículos tino ônibus e	van, com motoristas, para
uprir as demandas da	s Secretarias Municipa:	is, conforme	solicitação	o da Secretaria Munic	ipal de Esporte, Lazer e
luventude.	}				
-1-1-51-1	7. 7.				
ata da Divulgação 04/05/2023	۱ او د پاره				
ata da Disponibilidade do I				Abertura da Licitação	
partir de 04/05/2023	às 08:00		Em 17/05/20	023 às 09:00 '	
isponibilizar apenas p	ara Divulgação				
	·	Aviso de L	icitação		
		Aviso de L	icitação		
	99-7 14				
	J_{j}				
	(). ()				
	<u>uş</u> 1				
	; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ; ;				
	918 1 - 3				
	, • ' • ' • 				
	rin 4				
	proje				
	5.4				
	 4.				
	;				
					and the second s
			FEERPRO	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	





Diário Oficial Eletrônico

Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande



LAZZANDA

MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE ESTADO DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N. 6945/2023. De 84 de maio de 2023.

Súmula: Dispõe Sobre a Alteração de Nomendatura de Chofa na Estratura Administrativa do Duadro Propho de Pretetara do Manicipo Fizzanda Rio Grande de Secretara Manicipal de Debra Social, referente ao unigo 1º do Decreto n. 3343 de D4 de março de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Perena, no uso das alibuições legais e constitucionais, que tro são conferidas, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, ango 90, inacio, clínica *a*, bem como nos moldes do processo administrativo electrónico». 11.250/2023.

Art. 1º Fice eberado no artigo 1º do Decreto n. 3343 de 04 de merço de 2013, na Estrutura Administrativa do Quadro Próprio da Prefeitara do Município de Fazenda Rio Grande Secrutaria Municipal de Delasa Social, a seguinte challa, conforma

SECRETARIA MUNICIP	AL DE DEFERA SOCIAL
DE:	PARA
Coordenação/Assessoria II - Apolo Administrativo - Posto do Detran	Coordenação/Assessona II - Apolo e Área Administrativa de Trânsito - FezTrans

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadar as disposições em contrário.

Fazenda Rio Granda, 04 de maio de 2023.

Rum Jacanerdá, et 300, Nectors — CEP 83.823-901 - Fazenda Rio Grando_{s, P}PI



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

DECRETO Nº 6948/2023 DE 4 DE MAJO DE 2023.

Súmula: Abortura de cristito adicional suplementar no Organistico Garat do Município de Fazenda Rio Grande no valor de RS3.012.110,64 (urás mitirés, doze mil, cardo e dez reas a sessenta e quatro cartavos), conforme espec

O PREFEITO MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, no uso de suas artesactes que ha contero a Lei Organica de Municipio de FAZENDA RIO GRANDE a autorização comos na Lei Municipal nº 1917/2022, de 21 de Dezentro de 2022.

DECRETA:

Art. 1° - Fice aberto no comenta exercicio Cródito no valor de R\$ 3.012.110,04(très milhões, doze mil, cento e dez resis o sessenta e quatro centaros) , para a(s) seguinta(s) dotação(des) organismista(s):

22.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

2291 - ON DE BETO ANSTERTE
MANAGENÇO de sis brong de Drivera Padria
Managenço de Sis Brong de Managenço de Sis Brong de Terceros Padria
Managenço de Sis Brong de Managenço de Managenço de Sis Brong de Managenço de Mana

34.941 - FUNDO MURICIPAL DO MEDIO AMBRENTE Mansterção de Franda Municipal de Misi Ambiente 18-542-57-2122.33030000000000 - MATERAL DE CONSURIO 0071-00100 MEMORIA 32.880.000 - GET-CONVINO BANDARA - 19 DAS RECEITAS

30,000 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

30.000 • FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

30.000 - PUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

3.0.001 - PUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
18.642.57.2122.44005200000000 - EOUP-MARTOS 8 MATERIAL PERMANENTE
00743700181432122.880,000 (87) - COMPHAN 10.00 BMGPAN - 18 DM RECERM

GR.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

i (tag)

4.1.2

RS650,000,00

RS428,707,52

ROBINSON F!GUEIREDO

なる

Assinado de forma digital por ROBINSON FIGUEIREDO LIMA:02945772973 Dados: 2023.05,04 17:02:25 -03:00'

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

18.452.42.2034.3330530000000 - PIDENZAÇÕES E RESTITUSÇÕES 0173.0000.ELBULUNI,TOUDOS 271 - Combine INDIRTS - PROFESSION AND 38.000 - BECRETARIA MUNICIPAL DIE CULTURA E TURISMO

R\$718.26

R\$243.44

7

54.011 - BM DE CULTURA E TURRINO
Manutanglo des Alfridades de Stá de Celtur
13.5244.2671-23000000000-9 PADENZAÇÕES 6 RESTITUÇÕES
000 (475) LINBURILIZATION UP / Acoto Progradus documbus in Station (475) (4 RS84.441,42

abri de exercicio sedartor (Art. 43, || 1º, lociso | de Loi 4.32094) -

RS800.000.00 constant and the company RS200.000.00 R\$60,000,00 00710.01000.00.00.00.12.2.004.0000 (IP) - CONNÉNIO SANCEPAR - 1% DAS RECEITAS R\$450,000.00 OLI NYTHONNESSA STREET, STREET (SP)+CONNENC SAMETHAL TE DAS RECEITAS R\$626,707,52 (BF) - Aphia Energonce b o 11.846/200 - (COVID-11) R\$243,44

ornareoconario (pr) Coerce 20291 - Protection Peters (pr) Coerce 20291 - Protection Peters (pr) Coerce 20291 - Protection Peters (pr) Coerce 2029 - Or Principal 2022-2025, em valores (guale cos alterados nos orágos anteriores nos respectivos programas, órgãos e seções respectivos, em conformidade com o que dispõe e tal Aunicipal nº 1977/2022.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na date de sua publicação, com efettre e partir de 4 de Maio do 2023, revogado as disposições em contrário.

MUKOMOD STREET



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº, 30/2023 PROTOCOLO [743/7/02] - Processe Administrativa nº, 867/2023 Tipo: Mesor Preça Par Lois

OBJETO: Computação de emputas para protação de acreiços de locação de vérsidos (po Balless e vas, com motariato, para appeir en demandas das recreates Mantiques, construer melicitação de Secretaria Mantiques, construer melicitação de Secretaria Mantiques de Esporte. Dante o Serventado Educia de Debrya dos proposos diquebroias aparte do 6405-202) de 300.00 de not in higarifente, por higistoposos de plante dos Proposas 1747-7023 de 90.00 (notice de Balles) do site higarifentes que heirostoposas 1747-7023 de 90.00 (notice de Balles) do site higarifentes que heirostoposa forte.

Fazenda Rio Grando/PR, 83 de maio 4a 2023.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Coordenação de Contratos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2023 - ID 3888

ocatário: prefeitura do município de fazenda Rio Grande; Ocador: L molina construções LTDA;

LOCATÁRIO: PREFEITIRA DO MUNICIPIO DE L'OCADRE L'ACADRE LA MOLDRE LA MOLDRE LA MOLDRE LA MOLDRE CONSTRUÇÕES L'IDA; LOCADRE LA MOLDRE ACADRE LA MOLDRE LA MOL

VALENCAL SOU (ECCENTIOS E SOSSENIA) DAS CONTACIOS DA CIRIA DE ESLEVILLAS DO PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 (cento e ofisicia), des e contar de Ordem de Serviços VALOR TOTAL: RS 403,769,39 (Quatrocentos e três mil setecentos e sessenta e

EXTRATO DO EDITAL DE LEILAO

Nº 17/2023 - SENAD FUNAD MJ - PF

A Socrataria Nacional de Politicas Sobro Drogas e Gesião de Ativos SENAD, com spolo de Estrutura Organizacional de Policia Faderal no
Estado do Parand, neste sou representada pola Comissão Regional de
Levantemento, Identificação, Avaliação, Classificação, Formação de
Levantemento, Identificação, Avaliação, Classificação, Formação de
Lovas e Leilão de selectido se precedidos e confissão Regional de
Levantemento, Identificação, Avaliação, Classificação, Formação de
Lovas e Leilão de selectido se precedidos e confissão regional de
Leilas de Selectido e precedidos e confissão de lorda de
10 do junho de 2022, Coma potitico que no local, cidad e hordio indicados
no lean 1º Corosonio edital, será cestizada libelação, na mocalidado
LEILAO ELETRONICO, do tipo mator lances, para venda de 10 bento 10 de
10 do junho de 2022, Coma potitico que no local, para venda de 10 bento 10 de
10 de 10 de

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2023

AVISO DE PREGAO ELETRONICO Nº 447223

OSJETO: Implantação de registro de procos para futura, eventual e fractionada aquisição de materiais elétricos para manutenção, conservação e ampliação das redes de energia do Município, em atendimento 1 todas as Socretarias e Departamentos da Administração Municípal, conforme condições e demais especificações estabelecidas no Edital

I seus enexos.
PRECO MÁXIMO GLOBAL: R\$ 8.323.818.00.
DATA DE ABERTURA: 18 de maio de 2023, às 00h00min, no endereço eletrónico: jikins Zidwar que Nicomoras.
O Edital podo ser obtolo no elle www.ratobranco.or.com/br - https://www.com/branco.or.com/br - https://www.com/branco.or.com/br - https://www.com/branco.or.com/br-- https://www.com/branco.or.com/br-- https://www.com/branco.or.com/br-- https://www.com/branco.or.com/

SWEdish Match. EVERADONALIS SVEDISH MATCH DO BRASIL SALAS SVEDISH MATCH DO BRASIL SALAS SVEDISH MATCH DO BRASIL SALAS SVEDISH SALAS SVEDISH MATCH DO BRASIL SALAS SVEDISH SALAS SVEDISH

PREFEITURA MUNICIPAL **DE QUATRO BARRAS**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2023

OBJETO A presente ata tem probjeto o registro de preço pere eventual necessidade de contratação de empresa para locação de estruturas para realizações de eventos no município, a serem utilizados pereses para realizações de eventos no município, a serem utilizado estruturas para realizações de eventos no município, a serem utilizado estruturas para realizações de eventos no município, a serem utilizado por peresentos estruturas puntações de ovidencias do constitución estruturas para realizações de eventos no município, a serem utilizado peresentos estruturas para realizações de centra de contrato estrutura de constitución de const

PREFEITURA MUNICIPAL
DE FAZENDA RIO GRANDE
PREGAO ELETRONICO N°. 30/2023
PROTOCOLO 1743/7/2023 - Processo Administrativo
05/7/2023

Tebas & Cartago Securitizadora S.A.

CNPUMF 09.439,5510001-05- NTRE 41300074623

Edital de Convocação de Assemblais Garal Extraordinária
Ficam convocado o Seniorea Acordate de 1766a 4 Cartago Securitiza
para servarisma en Assemblais Geral Extraordinária que sent realizada no Avagenta, n° 210, Corjuino 30.4, 3" andez, CEP. 80.240-210, Agua Verda, C
sendo referido enderego a nova sede da Companhia, no dia 10 de maio de 202
horas, a fim do diabera sobre a seguinte ordem do dia: 1- Lyadegão e dia
Companhia; e II- Outros essuntos de Interesse da societade.

Guritador R. Sendo de 1800 de 1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS E PLANEJAMENTO
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
COMISSÃO DE RELEGÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE EDITAL
munico quo fica protrogada a data da betura do Pregão Eleirônico 1º,
2023, quo tem por objeto a AGUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA
STRIBLIÇÃO AS FAMILIAS EM SITUAÇÃO DE VULHERABILIDACADASTRADAS JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO
CICIAL, FAMILIA E CULTURA, CONFORME DESCRITATO E GUÁNTATIVO CONSTANTES NO ANEXO I E LI DO EDITAL, para o día 17
maio de 2023, às GRIDOMINI, tende em vista alteração no vaior que
modem o kil da cesta básica, bom como no valor total da licitação.
O Edida letendo e prorrogado encortarse no Fortal de Transparência desta
mebal dada no sile: https://www.compinagrandebosu.pr.gov.br/ o na platatorma
proda eletrônico COMPRASCOV no size improvence objetomina 10-12- For proposito COMPRASCOV no size improvence do transparance
Pedo presente alo ficam infirmados de licitação de Tregão Eletrônico
- Pedo presente alo ficam infirmados de licitação de Tregão Eletrônico
- Pedo presente alo ficam infirmados de licitação de Tregão Eletrônico
- Pedo presente alo ficam infirmados de licitação de decisõe estabelecinos artigos antárdores.

- Pelo presente eto nomento de la composición del composición de la composición del composición de la composición de la

PIRAQUARA Secretaria do Administração

AMISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO
DA TOLIADA DE PREÇO M' 12/202 à
AMISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO
DA TOLIADA DE PREÇON M' 12/202 à
Litancipio de presente de presente de Corrisado de Libergalo, toma polício
da contecimento des interescetes, que a escala para ASPETURA de envelope el 12/2
constante el Preço, lacerda de lacerda de Presi, de lacerda de Presi, de lacerda de lacerda de Presi, de lacerda de lacerda de Presi, personale de lacerda personale de lacerda de Presi, de lacerda de

Faça suas publicações legais no DI&C.

A transparência é total e a cobertura é perfeita.

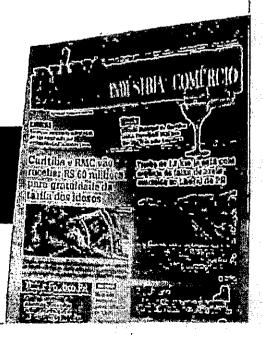
Um jornal com a tradição de 46 anos de circulação, é muito mais adequado para suas publicações legais. Atas, editais. balanços, seja o material que for, você pode contar com a agilidade e a frequência de nossas páginas.

- TRADIÇÃO NA PUBLICIDADE LEGAL
- CLASSÈ EMPRESARIAL E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O DI&C.

- 46 ANOS DE CREDIBILIDADE EDITORIAL EDIÇÕES IMPRESSAS DE 2ªA 6ª FEIRA PORTAL DE PUBLICAÇÕES NO SITE : www,diarioinduscom.com.br

ENTRE EM CONTATO (41) 3333-9800 ou E-MAIL publegal@induscom.com.br





DOCUMENTO CERTIFICADO

AS ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS DE MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS COM RECUI das seguintes proponentes credenciadas: Propon Amperense dos Produtores de Vinho - COOPEV

Cooperativa Agropecuária Familiar Rural - CNP E HOMOLOGA referido procedimento, pois ater o resultado ser oportuno e conveniente aos intere Dois Vizinhos, 26 de abr Luis Carlos Tura

CÓDIGO LOCALIZADOR: 311452823 Documento emitido em 04/05/2023 11:45:26.

Diario Oficial Com. Ind. e Servicos

Nº 11402 | 04/05/2023 | PAG. 28

Para verificar a autenticidade desta página, basta injectivo

Código Localizador no sile do DICE

www.imprensaolicial.pr.gov.pr

TO THE fenor Preço Por Lote
presa para prestação de serviços de
com motoristas, para suprir as deman
rme solicitação da Secretaria Munic om motoristas, para suprir as demandis Algorime solicitação da Secretaria Municipal de lital e Entrega das propostas disponíveis a partirhttps://www.gov.br/compras/pt-br_. Abertura das

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Prefeito

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, toma público, para fins de direito, que ADJUDICA, o objeto da licitação relativamente ao CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023, cujo objeto é: o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS, em favor da

seguinte proponente:
Credenciada: DEFAVERI TOPOGRAFIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA. Ordem: 04 CNPJ/CPF: 26.608.725/0001-86

E HOMOLOGA o referido procedimento, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dols Vizinhos, 26 de abril de 2023. Luis Carlos Turatto Prefeito

45188/2023

ŤĮ.

Doutor Camargo

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR CAMARGO AVISO DE LICITAÇÃO ... EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS № 02/2023 - PROCESSO № 38/2023

O Municipio de Doutor Camargo, Estado do Paraná torna público que fará realizar às 08h30min do dia 19 DE MAIO DE 2023, em sua sede à Rua Xavier da Silva, 1000, na Divisão de Licitação, a seleção da proposta para a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria em captação de recursos e gestão de convênios Estaduais e Federais.

O Edital nº 02/2023 com todos os detalhes da TOMADA DE PREÇOS MENOR PREÇO GLOBAL, estarão à disposição dos interessados, na Divisão de Licitação e no site do Município de Doutor Camargo.

Doutor Camargo/PR, 02 de MAIO de 2023.

1 7

. . .

4, 4, 11

300 T

ÉDILEN HENRIQUE XAVIER Prefeito do Município

44830/2023

Espigão Alto do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2023/PMEAI

EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimiento de materiais de consumo e serviços diversos, com recursos do PROVIGIA Custeio, através da Secretaria Municipal de Saúde de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, em conformidade com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital,

As propostas serão recebidas até às 08:00 horas do dia 17/05/2023,

Autorização: Agenor Bertoncelo - Prefeito Municipal.

Informações sobre o pregão: O edital poderá ser obtido na página eletrônica do Banco do Brasil, disponibilizado no site www.licitacoes-e.com.br, ou na Comissão de Licitações, localizada no Edificio Sede da Prefeitura Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, sito a Avenida Brasilia, n° 551; fonc. (46) 3553-1484.

guaçu, sito a Avenida Diasina, il Espigão Alto do Iguaçu, 03 de maio de 2023, MARCIO BONELLA Pregociro

44833/2023

Fazenda Rio Grande

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 30/2023 PROTOCOLO 17437/2023 - Processo Administrativo nº. 067/2023

Figueira

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 028/2023 PREGÃO ELETRONICO Nº. 021/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.063,732/0001-18, com sede na Rua Dr. Zoilo Meira Simões 410, Figueira, PR, através de seu Pregoeiro, legalmente designado através da Portaria nº. 004/2023 toma público

aos interessados que receberá propostas a partir do dia 04/05/2023 até dia 16/05/2023 as 08:00. Inicio da Sessão de Disputa as 9:00 horas do dia 16/05/2023, CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PLANTÕES, PEDIATRIA, FISIOTERAPEUTA, SERVIÇOS DE AUXILIAR OU TÉCNICO DE ENFERMAGEM, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL E RECEPCIONISTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FIGUEIRA PR. Notifica-se aos proponentes interessados que os serviços deverão ser prestados no Município de Figueira. Demais informações bem como cópia do Edital completo poderão ser obtidas, junto ao Departamento de Licitação, na PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA, Rua Zoilo Meira Simões 410, Figueira, Paraná, horário das 08:00 às 11:00H e das 13:00 às 17:00, ou pelo fonc 43-35471114 ou e-mail: licitacao@figueira.pr.gov.br edital disponível no site www. figueira.pr.gov.br EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA, em 03/05/2023, Joares Rodrigues de Proença.

44925/2023

Foz do Iguaçu

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 063/2023

Objeto: Seleção de propostas para registro de preços visando à aquisição de fraldas descartáveis infantis, adulto e fraldas geriátricas tamanho M adulto, para atender as necessidades da Secretaria da Saúde de Foz do Iguaçu, para um período de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. Abertura e avaliação das propostas: 17 de maio de 2023, as 9 horas. Pregão Eletrônico nº. 064/2023

Objeto: Seleção de propostas visando o registro de preços para futura e eventual aquisição de enxoval hospitalar para uso nos seguintes serviços: UPA João Samek, UPA Dr. Walter Cavalcanti Barbosa e nos demais serviços desta Secretaria da Saúde de Foz do Iguaçu/PR, para o período de doze meses, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. Abertura e avallação das propostas: 17 de maio de 2023, às 9 horas.

Os editais poderão ser retirados no sito www.gov.br/compras/pt-br
UASG 987563, Maiores informações podem ser obtidas no horário das 08:00 às 17:00 horas de 2º a 6º feira, pelos e-mail's direi.des@pmfi.pr.gov.br dirlei.dcs@gmail.com.

Foz do Iguaçu-Pr, 03 de maio de 2023.

Pregão Eletrônico nº. 037/2023 - Republicado

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação predial, recepção, conte de grama e roçada e controladoria de acesso, em próprios públicos sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme descrito no Anexo I - Termo de Referência. Abertura e avaliação das propostas: 18 de maio de 2023, às 10:00 horas. O edital poderá ser retirado no site www.gov.br/compras/pt-br UASG 987563. Maiores informações podem ser obtidas no horário das 08:00 às 13:30 horas de 2º a 6º feira, pelo e-mail natanael na@pmfi.pr.gov.br

Foz do Iguaçu, 03 de maio de 2023.

Raphael Buiar Pereira de Camargo Diretor de Licitações e Contratos

45155/2023

Guaira

MUNICIPIO DE GUAIRA - ESTADO DO PARANÁ/COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES AVISO DE LICITAÇÃO

ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS COM RECURSOS DO FNDE/PNAE, em favor das seguintes proponentes credenciadas: Proponentes Credenciadas: Cooperativa Amperense dos Produtores de Vinho - COOPEVI - CNPJ/CPF: 09.182,492/0001-

Cooperativa Agropecuária Familiar Rural - CNPJ/CPF: 09.204.373/0001-59 E HOMOLOGA referido procedimento, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 26 de abril de 2023. Luis Carlos Turatto Prefeito

45183/2023

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Parana, no uso de suas atribuições legais, torna público, para fins de direito, que ADJUDICA, o objeto da licitação relativamente ao CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023, cujo objeto é: o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS É JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS, em favor da

seguinte proponente: Credenciada: DEFAVERI TOPOGRAFIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS L'IDA. Ordem: 04 CNPJ/CPF: 26.608.725/0001-86

E HOMOLOGA o referido procedimento, pois atende todas as formalidades legais e o resultado ser oportuno e conveniente aos interesses da Administração.

Dois Vizinhos, 26 de abril de 2023.

Luis Carlos Turatto

Prefeito

45188/2023

Doutor Camargo

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR CAMARGO AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS № 02/2023 - PROCESSO № 38/2023

O Município de Doutor Camargo, Estado do Paraná, torna público que fará realizar às 08h30min do dia 19 DE MAIO DE 2023, em sua sede à Rua Xavier da Sliva, 1000, na Divisão de Licitação, a seleção da proposta para a contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria em captação de recursos e gestão de convênios Estaduais e Federais.

O Edital nº 02/2023 com todos os detalhes da TOMADA DE PREÇOS MENOR PREÇO GLOBAL, estarão à disposição dos interessados, na Divisão de Licitação e no site do Município de Doutor Camargo.

Doutor Camargo/PR, 02 de MAIO de 2023.

EDILEN HENRIQUE XAVIER Prefeito do Município

44830/2023

Espigão Alto do Iguaçu

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2023/PMEAI

EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de materiais de consumo e serviços diversos, com recursos do PROVIGIA Custeio, através da Secretaria Municipal de Saúde de Espigão Alto do Iguaçu. Estado do Paraná, em conformidade com as quantidades e especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

As propostas serão recebidas até às 08:00 horas do dia 17/05/2023. Autorização: Agenor Bertoncelo - Prefeito Municipal.

Informações sobre o pregão: O edital poderá ser obtido na página eletrônica do Banco do Brasil, disponibilizado no site www.licitacces-e.com.br, ou na Comissão de Licitações, localizada no Edificio Sede da Prefeitura Municipal de

Espigão Alto do Iguaçu, sito a Avenida Brasilia. Espigão Alto do Iguaçu, 03 de la companio de la MARCIO BONEI

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 311422823

Documento emilido em 04/05/2023 11:46:07.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços Nº 11402 | 04/05/2023 | PAG. 28

Para verificar a autenticidade desta pagina, basta interior Código Localizador no sile do DIOE WWW.Jimprensao(clal.pr.gov.ps.

Tipo: Menor Preco Por Lote

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de de veículos tipo ônibus e van, com motoristas, para suprir as demand Secretarlas Municipals, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. Edital e Entrega das propostas disponíveis a partir de 04/05/2023 às 08:00h no site https://www.gov.br/compras/pt-br . Abertura das Propostas 17/05/2023 às 09:00h (horário de Brasília) no site: https://www.gov.br/ compras/pt-br

Fazenda Rio Grande/PR, 03 de maio de 2023. Gislaine Erardt Rodrigues de Oliveira Pregoeira Municipal

45147/2023

Figueira

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 028/2023 PREGÃO ELETRONICO Nº. 021/2023

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.063.732/0001-18, com sede na Rua Dr. Zoilo Meira Simões 410, Figueira, PR, através de seu Pregociro. legalmento designado através da Portaria nº. 004/2023 torna público

aos interessados que receberá propostas a partir do dia 04/05/2023 até dia 16/05/2023 as 08:00. Inicio da Sessão de Disputa as 9:00 horas do dia 16/05/2023, CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PLANTÕES, PEDIATRIA, FISIOTERAPEUTA, SERVIÇOS DE AUXILIAR OU TÉCNICO DE ENFERMAGEM, AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL E RECEPCIONISTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FIGUEIRA PR. Notifica-se aos proponentes interessados que os serviços deverão ser prestados no Município de Figueira. Demais informações bem como cópia do Edital completo poderão ser obtidas, junto ao Departamento de Licitação, na PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA, Rua Zoilo Meira Simões 410, Figueira, Paraná, horário das 08:00 às 11:00H e das 13:00 às 17:00, ou pelo fone 43-35471114 ou e-mail: licitacao@figueira.pr.gov.br edital disponível no site www. figueira.pr.gov.br EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRA, em 03/05/2023, Joares Rodrigues de Proença.

44925/2023

Foz do Iguaçu

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº. 063/2023

Objeto: Seleção de propostas para registro de preços visando à aquisição de fraldas descartáveis infantis, adulto e fraldas geriátricas tamanho M adulto, para atender as necessidades da Secretaria da Saúde de Foz do Iguaçu, para um período de 12 (doze) meses, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. Abertura e avaliação das propostas: 17 de maio de 2023, às 9 horas. Pregão Eletrônico nº. 064/2023

Objeto: Seleção de propostas visando o registro de preços para futura e eventual aquisição de enxoval hospitalar para uso nos seguintes serviços: UPA João Samek, UPA Dr. Walter Cavalcanti Barbosa e nos demais serviços desta Secretaria da Saúde de Foz do Iguaçu/PR, para o período de doze meses, conforme especificações contidas no edital e seus anexos. Abertura e avaliação das propostas: 17 de maio de 2023, às 9 horas.

Os editais poderão ser retirados no site www.gov.br/compras/nt-br
UASG 987563, Maiores informações podem ser obtidas no horário das 08:00 às 17:00 horas de 2ª a 6º feira, pelos e-mail's dirlei.des@pmfi.pr.gov.br dirlei.des@gmail.com.

Foz do Iguaçu-Pr, 03 de maio de 2023.

Pregão Eletrônico nº. 037/2023 - Republicado Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação predial, recepção, corte de grama e roçada e controladoria de acesso, em próprios públicos sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, conforme descrito no Anexo I - Termo de Referência. Abertura e avaliação das propostas: 18 de maio de 2023, às 10:00 horas. O edital poderá ser retirado no site www.gov.br/compras/pt-br UASG 987563. Maiores informações podem ser obtidas no horário das 08:00 às 13:30 horas de 2º a 6º feira, pelo e-mail natanael na@pmfi.pr.gov.br

Foz do Iguaçu, 03 de maio de 2023.

Suiar Pereira de Camargo

45155/2023

ESTADO DO PARANA/COMISSÃO

PROTOCOLO 17437/2023 - Processo Administrativo nº. 067/2023

#i₹ÕES AVISO DE LICITAÇÃO

Fazenda Rio Grand

ALO ON ACTUAL OF THE CIP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA RETIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 2/2022 No Diário Oficial da União do dia 28/04/2023, página 320, ISSN1677-7069 Onde se lê: R\$ 220.170,02 Duzentos e Vinte Mil, Cento e Setenta Reals e Dois

Centavos).

Lela-se: R\$ 233.369,61 (Duzentos e trinta e trés mili trezentos e sessenta e nove reals e sessenta e um centavos)

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 19/2023

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna publico que realizara Processo Licitatario, nos termos a seguir: Modalidade: PREGAO ELETRONICO nº19/2023. Tipo de Julgamento: Menor preco Por Item. Modo de Disputa: Aberto Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E CORTINAS DE AR PARA O USO DAS DIVERSAS SECRETARIAS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA-PR- PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.. R\$ 397.887,45 Trezentos e-Noventa e Sete Mill, Oitocentos e Oitenta e Sete Reals e Quarenta e Cinco Centavos). Abertura das propostas: 08:30Horas do día 19/05/2023. Local: https://www.comprasgovernamentals.gov.br demais Informacoes podem ser adquiridas no Departamento de Contratecoes Publicas , Prefeitura Municipal de Capanema, sito a Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080-Capanema - Parana - Centro e tambem no site www.capanema.gr.gov.br.

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI Pregoeira, ...

and the state of t

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 18/2023

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, toma publico que realizara Processo Licitatario, nos termos a seguir: Modalidade: PREGAO ELETRONICO nº18/2023. Tipo de Julgamento: Menor preco Por Item. Modo de Disputa: Aberto Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURDICA ESPEÇIALIZADA NA ÁREA DE PSICULIATRIA, PARA ATENDIMENTO JUNTO À SECRETARIA MUNICÍPAL DE SAÚDE DE CAPANEMA/PR, PROCESSADO PELO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS... R\$ 443.010,00 Quatrocentos e Quarenta e Três Mil e Dez Reais). Abertura dás propostas: 13:30Horas do dia 18/05/2023. Local: https://www.comprasgovernamentais.gov.br., demais Informacoes podem ser adquiridas no Departamento de Contratacoes Publicas, Prefeitura Municipal de Capanema, sito a Av. Gov. Pedro Virlato Parigot de Souza, 1030- Capanema - Parana - Centro e tambem no site www.capanema.pr.gov.br.

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

AVISO DE ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS № 3/2023

OLIVEIRA NUNES, PREFEITA MUNICIPAL DE CARAMBÉI, ESTADO DO PARANÁ, adjudico o objeto da licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS N. 9, 3/2023 - Construção do Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, no valor de R\$ 822.474,30 (oltocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e quatro-reais e trinta centavos) à empresa:

concernos e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reals e trinto centravos) a empresa:

CW PHOINIX CONSTRUTORA LTDA - CNPJ: 33.572,329/0001-86

Lote: 1; Item: 1; Produto/Serviço: CONSTRUÇÃO : CENTRO DE REFERENCIA

ESPECIALIZADA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CREAS. PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE

SERVIÇOS DO SISTEMA UNICO DE ASSITENCIA SOCIAL (SUAS); Unidade: SERV; Quantidade:

0,3451; Preço: 822.474,30; Preço Total: 283.854,30

Lote: 1; Item: 1; Produto/Serviço: CONSTRUÇÃO : CENTRO DE REFERENCIA

ESPECIALIZADA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CREAS. PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE

SERVIÇOS DO SISTEMA UNICO DE ASSITENCIA SOCIAL (SUAS); Unidade: SERV; Quantidade:

0,6549; Preço: 822.474,39; Preço Total: 538.620,00

DOTAÇÕES - Exercíclo da despesa: 2023; Conta da, despesa: 772; Funcional programática: 07.002.0008.0244.0802.2055; Fonte de recurso: (0000); Natureza da despesa: 344905101990000000; Grupo da fonte: Outras edificações

2023; Conta da despesa: 773; Funcional programática: 07.002.0008.0244.0802.2055; Fonte de recurso: (0000); Ratureza da despesa: 3449051019900000000; Grupo da fonte: Outras edificações

ELISANGELA PEDROSO DE OUVEIRA NUNES 2

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2023

TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2023

Aos 24 dias de abril de 2023, eu, ELISANGELA PEDROSO DE OLIVEIRA NUNES, PREFEITA MUNICIPAL DE CARAMBEI, ESTADO DO PARANÁ, horiologo a presente licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2023 - Construção do Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS. Conforme adjudicado pela Comissão de Licitação o objeto da referida licitação, no valor de RS 822.474,39 (oltrocentos e vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reals e trinta centavos) à empresa:

305576 - CW PHOINIX CONSTRUTORA LITDA - CNP1: 33.572.329/0001-85
Lote: 1; Item: 1; Unidade: SERV; Quantidade: 1; Preçon 8 822.474,30; Preço Tosal: RS 822.474,30; Produto/Servipo: CONTRUÇÃO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTENCIA SOCIAL - CREAS. PARA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SISTEMA UNICO DE ASSITENCIA SOCIAL (SUAS)

DOTAÇÕES - Exercído da despesa: 2023; Conta da despesa: 772; Funcional programática: 07.002.0008.0244.0802.2056; Fonte de recurso; 00956; Natureza da despesa: 344905101990000000; Grupo da fonte: Outras edificações. Exercício da despesa: 2023; Conta da despesa: 773; Funcional programática: 07.002.0008.0244.0802.2056; Fonte de recurso; 00956; Natureza da despesa: 3449051019900000000; Grupo da fonte: Outras edificações.

ELISANGELA PEDROSO DE OLVEIRA NUNES

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2023

OBJETO: Aquisição de Luminárias Públicas em LED E Acessórios, devidamente instaladas SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE - RECURSOS: 507
COSIP (Contribuição lluminação Pública) - REGISTRO DE PREÇOS.

EMISSÃO: 03 de maio de 2023. ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: Até 08H30 do dia 18 de maio de 2023.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08H31 do dia 18 de maio de 2023, DISPUTA: 09H00 do dia 18 de maio de 2023. VALOR MÁXIMO: R\$ 3.175.961,00

LUIZ CARLOS. L É, OLÍVEIRA

٠.,

· ·

1

Pregoniro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 28/2023

Municipio de CHOPINZINHO/PR Modalidade: Pregão. Edital nº 28/2023. Forma: Eletronico. Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/. Data da Ucitacao: Dia 17 de maio de 2023, as 09:00 (nove) horas. Objeto: Aquisicao de Colhedora de Forragem e Grade Aradora Convenio nº 921575. Valor máximo estimado: R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reals). Genero: Equipamentos Permanentes.

O Edital encontra-se a disposicao dos interessados no Predio da Prefeitura de

Chopinzinho, Divisao de Licitacoes e Contratos, Rua Miguel Procopio Kurpel, nº 3.811 - Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00hrs, e no endereco eletronico: www.chopinzinho.pr.gov.br. Informacoes pelo telefone: (46) 3242-8614 (046) 9 8401-

Chopinzinho-PR, 3 de maio de 2023. **EDSON LUIZ CENCI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL SUPERINTENDÊNCIA EXECUTIVA

COORDENADORIA DE REFERÊNCIA LEGISLATIVA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAL E TECNOLOGIA DA INFORMÁÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 123/2023 - SMAP

O MUNICIPIO DE CURITIBA, através da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoal e Tecnologia da Informação (SMAP) torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará PREGÃO ELETRÔNICO, Visando AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADOR, DO TIPO THINCLIENT/MINIPC, COMPLETOS (COM TECLADO, MOUSE E MONITOR), PARA UTILIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. As propostas

deverão ser encaminhadas via Internet na data e horários determinados abalxo. Somente poderão participar do envio de lances as empresas que estiverem

devidamente cadastradas no portal de compras e que apresentarem propostas.

DATA/HORA ENVIO DE PROPOSTA: 18/05/2023 - 9h às 10h.

DATA/HORA ENVIO DE LANCES: 18/05/2023 - 10h05min às 10h35min. O edital esté à disposição dos interessados no portal de compras da Prefeitura

Municipal de Curitiba: www.e-compras.curitiba.pr.gov.br Informações contatar pelos fones: (0xx41) 3350-9023 - 3350-9077 e 3350-

Curitiba-PR, 3 de maio de 2023. SANDRA TEREZINHA PEREIRA DOS SANTOS Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 3/2022

Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, no uso de suas atribulções legais, torna público, para fins de direito, que ADJUDICA, o objeto da licitação relativamente ao CHAMAMENTO PÚBLICO № 003/2022, cujo objeto é: CREDENCIAMENTO FEIRIVAMENTE 30 CHARMAMENTO PUBLICO Nº 03/2022, CUJO OBJETO E: CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, DESTINADA ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS COM RECURSOS DO FNDE/PNAE, em favor das seguintes proponentes

Cooperativa Amperense dos Produtores de Vinho-COOPEVI-09.182.492/0001-58 Cooperativa Agropecuária Familiar Rural - 09.204.373/0001-59

E HOMOLOGA referido procedimento, pols atende todas as formalidades legals e o resultado ser oportuno e conveniente aos Interesses da Administração.

Dois Vizinhos-PR, 26 de abril de 2023. LUIS CARLOS TURATTO

AVISO DE SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 4/2023

O Município de Dois Vizinhos, em alusão ao edital da Tomada de Preços nº 004/2023 que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REGULARIZAÇÃO E MELHORAMENTO DE CAMA DE ROLAMENTO COM REPERFILAGEM ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO DA ESTRADA DO EMPOSSADO NO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS PR, COM RECURSOS ORIUNDOS A OPERAÇÃO DE CRÉDITO Nº 0608830-22 PROGRAMA FINISA, informa que, faz-se necessária a suspensão do certame, para alteração no valor da licitação conforme planilhas.

> Dois Vizinhos, 2 de maio de 2023. LUIS CARLOS TURATTO Prefelto

PREFEITURA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2023

PROTOCOLO 17437/2023-Processo Administrativo nº. 067/23

Tipo: Menor Preco Por Lote

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos tipo ônibus e van, com motoristas, para suprir as demandas das Secretarias Municipais, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.

Edital e Entrega das propostas disponíveis a partir de 04/05/2023 às 08:00h no site

mpras gov.br.
Abertura das Propostas 17/05/2023 às 09:00h (horário de Brasília) no site:

https://www.gov.br/compras/pt-br.

Fezenda Rio Grande-PR, 3 de maio de 2023 GISLAINE ERARDT RODRIGUES DE OLIVEIRA Pregoeira







<u>Voltar</u>

Detalhes processo licitatório	NA	
Entidade Executora	MUNICÍPIO DE FAZENDA RIO GRANDE	
Ano*	2023	
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*		
Modalidade*	Pregão.	
Número edital/processo*	67/2023 L B	
Recursos provonientes de organismo	s Internacionals/multilaterals de crédito	
Instituição Financeira		
Contrato de Empréstimo	very'	
Descrição Resumída do Objeto*	Contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos tipo ônibus e van, com motoristas, para suprir as demandas das Secretarias Municipais, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude	
Forma de Avalição	Menor Preço	
Dotação Orçamentária*	3200127812004722143390390000	
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	9.163.385,49	
K\$*	341	
Data de Lançamento do Edital	04/05/2023	
(Data da Abertura das Propostas	17/05/2023 j Data Registro 04/05/2023	
NOVA Data da Abertura das Propostas	Data Registro	
Data de Lançamento do Edital	(Anti-	
Data da Abertura das Propostas	de la companya del companya de la companya de la companya del companya de la companya del la companya de la com	
Há itens exclusivos para EPP/ME7 Não		
Há cota de participação para EPP/ME? Não Percentual de participação: 0,00		
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME? Não		
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais? Não		
Data Cancelamento		

CPF: 8794035946 (Logout)

Editar

Excluir